

DESENVOLVIMENTO RURAL:
PERSPETIVAS GEOGRÁFICAS



Paulo Carvalho

1260

Desenvolvimento rural

Paulo Carvalho



Editado por la Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso para eumed.net

Derechos de autor protegidos. Solo se permite la impresión y copia de este texto para uso personal y/o académico.

Este libro puede obtenerse gratis solamente desde
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1260/index.htm>

Cualquier otra copia de este texto en Internet es ilegal.

Paulo Carvalho

DESENVOLVIMENTO RURAL: PERSPETIVAS GEOGRÁFICAS



2013

Paulo Carvalho

**DESENVOLVIMENTO RURAL:
PERSPETIVAS GEOGRÁFICAS**

2013

FICHA TÉCNICA:

Título: Desenvolvimento Rural. Perspetivas Geográficas

Autor: Paulo Carvalho

Infografia: Paulo Carvalho

Fotografias da Capa (Paulo Carvalho): Monsanto (2005), São Miguel (Açores, 2007), Chão de Lamas (Miranda do Corvo, 2011), Antigo Ramal de Mora (Évora, 2011)

Edição: EUMED (Universidade de Málaga – Espanha)

Copyright: © Autor

Nº. Registo:

ISBN:

ÍNDICE

Índice	5
Dedicatória.	7
Autor	9
Nota de Abertura	11
Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha	13
Património e (re)descoberta dos territórios	41
Património, território, atores e desenvolvimento rural sustentável. o ecomuseu da Serra da Lousã: desafio ou utopia?	55
População, território e desenvolvimento rural	73
O património construído e o turismo cultural nas novas políticas de desenvolvimento rural	83

DEDICATÓRIA

À memória do Avô José, e da sua paixão pelo campo, com quem aprendi (a conhecer e admirar) a estética, as cores, os sons e os odores das paisagens rurais.

AUTOR

Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Licenciado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Departamento de Geografia, e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra, Porto e Braga.

Orienta dissertações de mestrado (duas dezenas e meia já concluídas) e doutoramento em geografia, turismo, lazer e património, bem como estágios profissionalizantes e curriculares.

Tem participado com regularidade em reuniões científicas, com apresentação de comunicações, e proferido intervenções (moderação de debates, palestras e conferências) em instituições académicas, instituições administrativas e políticas, coletividades culturais e organizações cívicas. Além destas tem colaborado na imprensa regional e local e em projetos de investigação.

É membro de diversas organizações científicas nacionais e internacionais e autor de mais de uma centena de trabalhos, publicados em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Itália, Israel, Inglaterra, Irlanda, África do Sul, Brasil e Cabo Verde), e de outros tantos textos sob a forma de resumos, notas e notícias, com destaque para: *Landscape and heritage as strategic resources for the rural development*, 2002; *Ordenamento do território e desenvolvimento sustentável: problemas e desafios*, 2003; *Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade*, 2006; *Conservation, development and the environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies?*, 2007 (em colaboração); *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspetivas*, 2008; *Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas*, 2008; *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, 2009; *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais*, 2009; *União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural*, 2009; *The municipal charter for heritage as an innovative tool in urban planning in Portugal: from conceptualisation to operationalisation?*, 2009; *Turismo e sustentabilidade do desenvolvimento no contexto das Aldeias Históricas de Portugal: o exemplo do Piódão (Serra do Açor)*, 2010 (em colaboração); *Pedestrianismo e percursos pedestres em Portugal*, 2010 (em colaboração); *Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation*, 2011; *Ordenamento e Desenvolvimento Territorial*, 2012; *The Historic Gardens: from the Heritage Dimension to its Touristic Potencial*, 2012 (em colaboração); *Património, Turismo e Lazer: temáticas e percursos de investigação*, 2012; *Património Cultural e Paisagístico: políticas, intervenções e representações*, 2012 (em colaboração).

NOTA DE ABERTURA

Documentos orientadores e normativos, eventos científicos, fóruns de discussão, entre outras manifestações e tomadas de posição, revelam uma atenção múltipla e cruzada de diversas instituições nacionais e internacionais, das organizações do sector e da sociedade civil no que diz respeito ao desenvolvimento do mundo rural.

No caso da União Europeia, desde meados dos anos 80 (século XX), é evidente uma progressiva afirmação de novas perspectivas para o conjunto da população que reside ou tem influência nas dinâmicas de desenvolvimento dos espaços rurais, através de uma visão alicerçada em princípios como a multifuncionalidade, a organização em rede, a partilha de responsabilidade, a territorialização de instrumentos de ação, que está na base de intervenções inovadoras e resultados incontornáveis para a consolidação de uma política integrada e integradora de desenvolvimento rural.

Nesta atmosfera de mudança assumem relevância os recursos endógenos (com destaque para o património natural, cultural e paisagístico) ao mesmo tempo que o rural emerge de forma recorrente nas escolhas geográficas associadas às novas práticas de lazer.

Partindo de comunicações e publicações em eventos científicos nacionais e internacionais, com destaque para o período que coincide com a implementação do Quadro Comunitário de Apoio III (2000 a 2006) – ou seja as políticas públicas e os respetivos instrumentos de programação e concretização da União Europeia – procurámos recuperar um conjunto de reflexões com o intuito de explicitar orientações e opções normativas, identificar e analisar resultados de instrumentos de intervenção, e definir (traços gerais de) cenários prospetivos.

Na linha dos objetivos que estiveram subjacentes às propostas que culminaram em trabalhos já editados através da EUMED, é nossa pretensão principal utilizar as vantagens inerentes a esta importante plataforma digital para uma divulgação mais eficaz e de maior amplitude (em termos de raio de ação) do conhecimento científico, em particular no que diz respeito ao universo de estudantes, docentes, investigadores, técnicos e entidades com responsabilidade na gestão do território.

As narrativas repartem-se entre reflexões de natureza teórica/conceptual e preocupações empíricas, através de escalas articuláveis. A valorização de territórios rurais da Cordilheira Central é uma outra particularidade evidente em alguns capítulos.

Importa, por último, explicitar os textos selecionados (na génese do alinhamento dos capítulos) para este livrinho e a respetiva proveniência, a saber:

– “Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha”. Comunicação ao 14º Congresso da APDR/2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza (Tomar, 5 de julho de 2008). Texto publicado em: Instituto Politécnico de Tomar e Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (2008): *Atas do 14º Congresso da APDR/2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*, 30 pp. (em colaboração com Susana Silva).

– “Património e (re)descoberta dos territórios rurais”. Comunicação ao II Congresso Internacional “El Nuevo Pueblo. El futuro de los Espacios Rurales” (Santander, 27 de setembro de 2002). Adaptado dos textos publicados em: Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos (2005): *II Congreso Internacional “El Nuevo Pueblo”. El futuro de los Espacios Rurales*. Santander, Universidad de Cantabria, pp. 371-387; Boletim Goiano de Geografia (2006), Universidade Federal de Goiás, v. 23, nº 2, Jul./Dez. 2003, pp. 173-196.

– “Património, território, atores e desenvolvimento rural sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou utopia?”. Comunicação ao I Congresso de Estudos Rurais (Vila Real, 16-18 de setembro de 2001). Texto publicado em: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2001): *Comunicações do I Congresso de Estudos Rurais (Território, Sociedade e Política – Continuidades e Rururas)*. Vila Real, 23 pp. (também disponível em <http://www.home.utad.pt/~des/cer/CER/download/1010.pdf>).

– “População, território e desenvolvimento”. Comunicação ao X Encontro Nacional da APDR (Évora, 26-28 de junho de 2003). Adaptação do texto original publicado em: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento (2004): *Atas do X Encontro Nacional da APDR. Demografia e Desenvolvimento Regional*. APDR e Universidade de Évora, 20 pp.

– “O património construído e o turismo cultural nas novas políticas territorializadas de desenvolvimento rural”. Comunicação às II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado (Miranda do Douro, 21 e 22 de abril de 2006). Texto publicado em: CRUZ, F. (2006): *Vestígios do Passado*. Póvoa de Varzim, AGIR (Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural), 23 pp.

Coimbra, 31 de janeiro de 2013.

Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Departamento de Geografia e CEGOT
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra (Portugal)

OS PROGRAMAS LEADER E O DESENVOLVIMENTO RURAL EM AMBIENTES DE MONTANHA

Resumo

As orientações da União Europeia para o mundo rural revelam importantes ruturas com a história recente da Política Agrícola Comum, em resultado das perspetivas ambientalistas e territorialistas de promoção do desenvolvimento, designadamente a afirmação da dimensão multifuncional da agricultura e dos espaços rurais, o reconhecimento da especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e a adoção dos conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria.

A Iniciativa LEADER, pelo seu carácter inovador, configura o eixo de maior visibilidade desta nova conceção de desenvolvimento rural, de tal maneira que foi consignada como metodologia de referência no âmbito do atual período de programação das políticas públicas Comunitárias.

A presente reflexão, partindo de uma abordagem conceptual que visa enquadrar a temática em discussão, pretende refletir sobre os resultados da intervenção LEADER+ numa área de montanha do Centro de Portugal, a partir da análise geográfica dos projetos aprovados e seu contributo para a promoção do potencial endógeno e do desenvolvimento sustentado dos territórios rurais.

1. A União Europeia e as políticas para o mundo rural: tendências evolutivas e novas orientações

Heterogeneidade, assimetrias, continuidades e ruturas são alguns dos traços mais expressivos de caracterização da Europa rural neste início de milénio. Se a matriz territorial traduz a coexistência de áreas periurbanas com elevadas densidades demográficas e áreas despovoadas, isoladas e de fraca dotação de infraestruturas e serviços básicos, o perfil funcional revela, também, lugares em que a atividade agrícola, silvícola ou ganadeira é dominante, e outros cada vez menos vinculados às atividades produtivas tradicionais dando lugar a novos usos e funções como o turismo, a indústria ou o artesanato.

A Europa Comunitária, reconhecendo a especificidade e as dificuldades (estruturais) do mundo rural, incluiu no seu Tratado fundador (Roma, 1957), as regiões rurais como preocupações prioritárias de promoção do desenvolvimento económico e social. A elevação dos rendimentos e do nível de vida da população rural (designadamente os ativos vinculados

ao setor agrícola) e a resolução do problema decorrente do défice de produção de leite, carne e cereais por parte da Comunidade Económico Europeia (CEE), configuram objetivos da maior relevância que emergem na génese da Política Agrícola Comum (PAC).

A trajetória da política da União Europeia para o mundo rural reflete a transição de uma conceção agrícola, centrada no apoio e estímulo direto às produções e aos agricultores, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica do espaço rural, para uma conceção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios e das paisagens rurais por parte da população urbana.

O mundo rural europeu, depois de um período em que dominaram as preocupações produtivistas (do início dos anos 60 ao final dos anos 80 do século XX) começa a evidenciar os efeitos das perspetivas territorialistas ambientalistas e patrimonialistas. Estas enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do mundo rural, reconhecem a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria. O objetivo principal é conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do património cultural, e ao mesmo tempo encontrar novas funções/usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios orientadores (Carvalho, 2006).

Em quase meio século de aplicação de orientações políticas para o mundo rural europeu, destacam-se duas grandes tendências evolutivas que, por sua vez, configuram outras tantas conceções de desenvolvimento: uma, de cariz agrícola, centrada no papel da agricultura e direcionada para os agricultores e suas organizações; outra, de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural. No primeiro caso, o apoio da União Europeia é orientado exclusivamente para os agricultores (através de ações como, por exemplo, a modernização das explorações agrícolas, a renovação de gerações, a instalação de jovens agricultores, a introdução de novos sistemas de produção agrícola e as medidas agroambientais) e a multifuncionalidade da agricultura é o seu principal contributo para o desenvolvimento rural, incorporando as novas noções de sustentabilidade, eficiência e competitividade. A segunda perspetiva, ao contrário de enfatizar a importância da agricultura para o desenvolvimento rural, considera que a agricultura já não é o motor do desenvolvimento das áreas rurais uma vez que existem outras atividades de maior relevância na criação de emprego e na dinamização social e económica. De acordo com esta última conceção, a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de

desenvolvimento rural que impulse a diversificação de atividades e dote os territórios rurais de infraestruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade (Estrada, 2005) e, ao mesmo tempo, responda às exigências da sociedade do lazer (Carvalho *et al.*, 2007).

Contudo, a afirmação do desenvolvimento rural como dimensão autónoma e a sua importância crescente nas políticas europeias designadamente no âmbito da PAC, é recente e tem a Agenda 2000 como referência incontornável. Na sequência de importantes documentos orientadores/normativos e eventos como, por exemplo, o “Futuro do Mundo Rural” (1988) e a “Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural” (1996), a União Europeia, na Cimeira de Berlim (1999), reconhecendo a necessidade de um conjunto de reformas estruturais (Agenda 2000), assumiu como prioritária a reforma da PAC e assim aumentou o papel e a importância do desenvolvimento rural. As preocupações em relação à modernização do modelo agrícola, segundo a tese de que o modelo agrícola europeu se destina a cumprir diversas funções, incluindo a promoção do desenvolvimento económico e ambiental, tendo em vista preservar os modos de vida rurais e as paisagens agrícolas, levaram a União Europeia a adotar novas disposições que apontam para um modelo agrícola mais ecológico e economizador de recursos, com garantias de qualidade e segurança dos alimentos para os consumidores (Carvalho *et al.*, *op. cit.*).

Como consequência da Agenda 2000, o Conselho adotou o Regulamento (CE) 1.257/1999, de 17 de maio, sobre a ajuda ao desenvolvimento rural a cargo do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que passou a integrar todas as medidas de desenvolvimento rural, de aplicação no período 2000-2006. O referido Regulamento marcou um ponto de viragem na perspectiva da União Europeia sobre o desenvolvimento rural, contribuiu para a simplificação da política rural (na realidade constituiu o único documento normativo base para a programação do período 2000-2006) e aumentou a margem de manobra dos Estados Membros e das regiões na aplicação das diferentes medidas (subsidiariedade). De entre as suas dimensões mais inovadoras, importa salientar o conceito de diversificação da atividade económica do meio rural, que desempenha um papel decisivo na recuperação dos espaços rurais. A agricultura é considerada uma atividade essencial que necessita do complemento de outras para manter a população e consolidar a atividade e a qualidade de vida do mundo rural (Arroyo, 2006).

Deste modo, o desenvolvimento rural emerge como segundo pilar da PAC, mediante o objetivo de estabelecer um quadro coerente e sustentável para o futuro das áreas rurais. Trata-se de complementar as reformas dos mercados – centradas na redução dos preços garantidos

nos setores das culturas arvenses, carne de bovino, leite e produtos lácteos e vitivinícolas – com outras ações que promovam uma atividade agrícola mais competitiva e multifuncional. Os grandes objetivos do pacote de medidas desta nova abordagem dos desafios colocados às economias rurais são criar um setor agrícola e silvícola mais forte, melhorar a competitividade das áreas rurais e preservar o ambiente e o património rural da Europa.

Pouco tempo depois, no âmbito da “2ª Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural” (2003), realizada em Salzburgo, com o propósito de avaliar a execução da política de desenvolvimento rural da União Europeia, desde a Agenda 2000, e analisar as necessidades futuras, reafirma-se que o “desenvolvimento das áreas rurais já não pode assentar exclusivamente na agricultura, e que a diversificação, quer dentro do setor agrícola, quer para além dele, é indispensável para a promoção de comunidades rurais viáveis e sustentáveis” (Carvalho, 2005: 121).

De forma gradual a União Europeia preparou e adotou as bases de uma verdadeira política de desenvolvimento rural. A aprovação do Regulamento (CE) 1698/2005 do Conselho, de 20 de setembro de 2005, relativo ao financiamento do desenvolvimento rural através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), é um marco decisivo e um ponto de viragem neste domínio. Com o objetivo de cumprir as prioridades relativas à melhoria da competitividade e ao fomento do crescimento económico e do emprego que se estabeleceram no Conselho Europeu de Lisboa em 2001, e as prioridades relativas ao desenvolvimento sustentável e à integração dos aspetos ambientais nas políticas comunitárias, estabelecidas também no ano de 2001 no Conselho Europeu de Gotemburgo (Arroyo, 2006), o Regulamento propõe três eixos temáticos de atuação/objetivos fundamentais: o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da atividade económica no conjunto dos espaços rurais. Ao mesmo tempo, o FEADER criou um eixo transversal, não temático, de aplicação nos outros três eixos, baseado na metodologia da iniciativa LEADER que, assim, se consolida como uma medida de aplicação obrigatória no âmbito do Regulamento de desenvolvimento rural. Determina, ainda, a obrigatoriedade de cada Estado Membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (que indique as suas prioridades temáticas e territoriais, tendo em conta as diretrizes estratégicas da União Europeia), e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (neste caso o Plano Estratégico Nacional deve constituir um quadro de referência, que permita estabelecer uma coordenação horizontal compatível com os programas regionais).

Em síntese, o novo Regulamento, que define as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 em resposta aos grandes objetivos políticos dos Conselhos Europeus de Lisboa e Gotemburgo, corresponde a um esforço para simplificar a normativa de desenvolvimento rural, estabelece a integração de todas as medidas de desenvolvimento rural no âmbito de um instrumento único, e concede uma importante margem de manobra aos Estados Membros para gerir esta política.

2. O LEADER como ferramenta da política de desenvolvimento rural

As recentes orientações europeias em matéria de desenvolvimento do mundo rural, com a transição de um modelo orientado para o setor agrícola (com objetivos produtivistas alicerçados nos mercados, preços e excedentes, entre outros) em direção a um modelo centrado na sociedade rural e na modelação das suas paisagens, são acompanhadas de uma valorização crescente da participação dos atores rurais na definição e gestão das políticas.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) constitui uma abordagem inovadora e pioneira neste domínio e configura uma ferramenta chave da política de desenvolvimento do mundo rural a partir de uma metodologia ascendente e de um conjunto de intervenções (com uma componente territorial muito marcada (Gutiérrez, 2006). O Programa, lançado pela Comissão Europeia, em 1991, apresenta como traços inovadores a programação e gestão do território (“zonas de intervenção” que correspondem a uma escala sub-regional) mediante parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo privados a título individual, embora com enquadramento regulamentar e cofinanciamento público comunitário e nacional (Carvalho, 2005).

2.1 Resultados do LEADER em Portugal

No caso de Portugal, a iniciativa LEADER I envolveu 20 “zonas de intervenção”, num total superior a 2000 projetos repartidos por diversas áreas temáticas, embora o turismo rural tenha assumido lugar de destaque: 46% dos projetos e 56% do investimento aprovado (GEOIDEIA/IESE, 1999: 146). A segunda fase do Programa (com a designação de LEADER II, 1994-1999), marcada pelo aprofundamento, generalização e reforço financeiro, enquadrou um conjunto de 48 entidades locais que geriram subvenções globais, na base de um “Plano de Ação Local” (PAL) que essas mesmas entidades conceberam, em interpretação própria de um conjunto de diretivas comunitárias e de orientações nacionais, e de acordo com uma leitura,

também própria, de determinadas dimensões-problema das respetivas “zonas de intervenção” (GEOIDEIA/IESE, *op cit.*, 116).

Segundo o Relatório de avaliação elaborado pela GEOIDEIA/IESE (2002), citado por Carvalho *et al.* (2007), o LEADER II aprovou 7030 projetos e um investimento total de 217.650.460 euros. O número de projetos aprovados por Entidade Local foi de 146.5, com variações regionais, as mais importantes entre os valores extremos: 103 (Madeira) e 218 (Açores).

No que diz respeito aos domínios de intervenção foram identificados 22 domínios, dos quais “ressaltam 3 categorias que incluem mais de metade dos projetos aprovados (51.5%) e do investimento total (53.3%):

- Apoio a atividades económicas (instalações, equipamentos, contratação, comercialização e modernização): 27.3% dos projetos e 32.2% do investimento; estas atividades subdividem-se em turismo rural (4.9% do total de projetos e 10.6% do investimento), artesanato (5% do total de projetos e 4.2% do investimento) e outras atividades (17.4% do total de projetos e 17.4% do investimento) entre as quais sobressaem as atividades de restauração e a agricultura;

- Divulgação dos lugares e das produções: 13.2% dos projetos e 7.2% do investimento; esta categoria inclui, sobretudo, ações publicitárias e a realização e participação em feiras, exposições e certames;

- Ambiente e ordenamento do território: 11% dos projetos e 13.9% do investimento; este domínio abarca especialmente as iniciativas que visam a preservação e a valorização das paisagens e do ambiente natural, bem como as intervenções urbanísticas (jardins, parques, arranjos de largos ou de conjuntos urbanos)” (GEOIDEIA/IESE, *op. cit.*, cit. por Carvalho, 2005: 152).

Merecem também uma referência, pelo relevo que assumiram, os domínios da valorização do património e museologia (7.6% dos projetos e 8.4% do investimento), bem como o do apoio a associações sociais e culturais (9.8% dos projetos e 6,7% do investimento).

A dimensão financeira média foi de 30.960 euros por projeto, embora muito diferenciada, conforme os domínios em que se integra. “Globalmente, diferenciam-se dois grandes grupos – as ações imateriais, de dimensão relativamente reduzida, e as iniciativas materiais que envolvem investimentos bastante superiores. Entre as segundas, destacam-se nitidamente os projetos no âmbito do turismo rural com uma dimensão média de 13311 contos [66.495 euros]” (GEOIDEIA/IESE, *op. cit.*, 36-37).

Por seu lado os promotores repartem-se entre: autarquias locais (27.1% dos projetos e 29.7% do investimento aprovado), com especial destaque para a presença das Câmaras Municipais); associações sociais e culturais (20.1% dos projetos e 12.3% do investimento aprovado); entidades locais LEADER (15.6% dos projetos e 22.2% do investimento); promotores individuais (17.6% dos projetos e 17.2% do investimento), com especial destaque para os homens que representam quase 2/3 deste grupo.

“Os dados relativos à localização geográfica dos projetos (classificada em duas categorias principais que traduzem, de alguma forma, o carácter mais ou menos rural dos territórios) revelam um equilíbrio numérico entre o número de projetos situados nas freguesias sede de concelho (37.8%) e os que se desenvolvem fora desses espaços (44.8%); os restantes projetos tiveram lugar em várias ou na totalidade das freguesias das Zonas de Intervenção (14.1%)” (*idem*: 38).

A fase do Programa para o período 2000-2006, denominada de LEADER+, é uma iniciativa mais ambiciosa destinada a incentivar e apoiar estratégias integradas de alta qualidade alicerçadas na cooperação e constituição de redes entre territórios rurais (CARVALHO, *op. cit.*). A iniciativa visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade cujo objeto seja a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, e a melhoria da capacidade organizacional das respetivas comunidades.

Segundo estas linhas de orientação a Comissão definiu que a iniciativa LEADER+ se articula obrigatoriamente em torno de três vetores (eixos):

- Vetor 1: “Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto”;
- Vetor 2: “Apoio à cooperação entre territórios rurais”;
- Vetor 3: “Colocação em rede”.

O Programa LEADER+ para Portugal – aprovado pela Comissão Europeia em 25 de julho de 2001 – reflete, por um lado, as orientações da Comissão e, por outro, as especificidades dos territórios rurais portugueses. Assim foram estabelecidos objetivos específicos para a iniciativa, em função de cada um dos vetores (eixos) – quadro 1.

Quadro 1. Objetivos específicos do PIC LEADER+ (2000-2006) em Portugal

Vetores	Objetivos específicos
1. Estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto	<ul style="list-style-type: none"> . Utilização de novos repositórios de saber-fazer e de novas tecnologias . Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais . Valorização dos produtos locais . Salvaguarda do ambiente e da paisagem . Preservação do património e da identidade cultural dos territórios rurais . Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das “zonas rurais”
2. Apoio à cooperação entre territórios	<ul style="list-style-type: none"> . Incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais
3. Colocação em rede	<ul style="list-style-type: none"> . Incrementar a informação, a troca de experiências e boas práticas, a reflexão conjunta e a concertação de pontos de vista entre os parceiros e outros atores do desenvolvimento rural . Contribuir para uma maior articulação das políticas e uma melhor aplicação dos outros instrumentos de intervenção com impacto nas “zonas rurais” . Criar condições para o estabelecimento de novas relações de cooperação

Fonte: Programa LEADER+. Portugal. Relatório 2001 (<http://www.madrp.pt>)

Para a prossecução destes objetivos foi delineada uma estrutura de regimes de apoio constituída por medidas e submedidas. Em relação ao Eixo 1 foram definidas quatro medidas: “Investimentos” (investimentos em infraestruturas; apoio a atividades produtivas; outras ações materiais); “Ações Imateriais” (formação profissional; outras ações imateriais); “Aquisição de Competências” e “Despesas de Funcionamento dos GAL”. Por sua vez o Eixo 2 compreende duas medidas: uma, designada de “Cooperação Interterritorial”, para a cooperação entre territórios rurais nacionais, e outra, denominada “Cooperação Transnacional”, para a cooperação internacional entre territórios rurais.

“A despesa pública total programada é de 223.638.333 euros, repartida pelo FEOGA-Orientação – 161.6000.0000 euros (72,26%) – e por recursos públicos nacionais – 62.038.333

(27.74%). O efeito alavanca mínimo previsto (custo total/despesa pública) é de 1.2, como resultado de um financiamento privado mínimo de 43.373.000 euros” (MADRP, 2002: 10). Contudo, a importância financeira de cada um dos eixos é muito desigual. A título de exemplo, podemos dizer que ao Eixo 1 foram afetos fundos públicos no valor de quase 192.000.000 de euros (85% do total), enquanto aos Eixos 2 e 3 foram consignados cerca de 17.300.000 euros (7.7%) e 5.600.000 euros (2,5%) das verbas públicas, respetivamente.

De igual modo, a repartição dos fundos públicos por medidas obedeceu a diferenças significativas, como acontece ao nível do Eixo 1, em que assumem particular expressão a Medida 1. Investimentos, com quase 60% dos fundos públicos adstritos ao Eixo, e a Medida 2. Ações Imateriais, para a qual estão afetos cerca de 23% dos fundos públicos (Carvalho, *op. cit.*).

A implementação do LEADER+ em Portugal teve início na segunda metade de 2001 e incidiu em particular em duas áreas fundamentais: a seleção dos GAL, beneficiários da subvenção global no contexto dos Eixos 1 e 2, e respetivos Planos de Desenvolvimento, e a preparação dos dispositivos, legais e outros, para a gestão, acompanhamento e controlo da intervenção. A elegibilidade dos territórios propostos pelos GAL obedeceu a condições específicas¹, do mesmo modo que foram ainda, para além dos atrás expostos, considerados outros indicadores² para fundamentar a análise da ruralidade dos referidos territórios (Carvalho, *op. cit.*).

Assim, após o processo de apresentação de candidaturas dos GAL, que decorreu de 2 de julho a 31 de agosto de 2001, foram selecionadas 52 candidaturas (das 54 apresentadas), o que corresponde a mais quatro Entidades Locais em relação ao LEADER II. A geografia do

¹ “a) A população residente não deverá exceder os 100.000 habitantes nem ser inferior a 10.000 habitantes, não sendo elegíveis os núcleos urbanos com mais de 15.000 habitantes;

b) A densidade demográfica não deverá exceder, em geral, 120 habitantes por km²;

c) A relação entre a população empregada na agricultura e a população empregada total no território proposto não deve ser inferior a 10%;

d) A evolução da população residente nos últimos 10 anos não deve ser superior a 05% ou o grau de ruralidade – relação entre a população dispersa ou residente em localidades com menos de 2.000 habitantes e a população total – deve ser igual ou superior a 50%” (MADRP, *op. cit.*, 15).

² “a) Superfície total e superfície desfavorecida;

b) Grau de urbanização (% da população residente em lugares com 5000 ou mais habitantes);

c) Relação de feminilidade (relação entre o número de mulheres e o número de homens);

d) Índice de dependência total (relação entre a população com 0-14 anos e com 65 ou mais anos e a população com 15-64 anos);

e) Índice de envelhecimento (relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos);

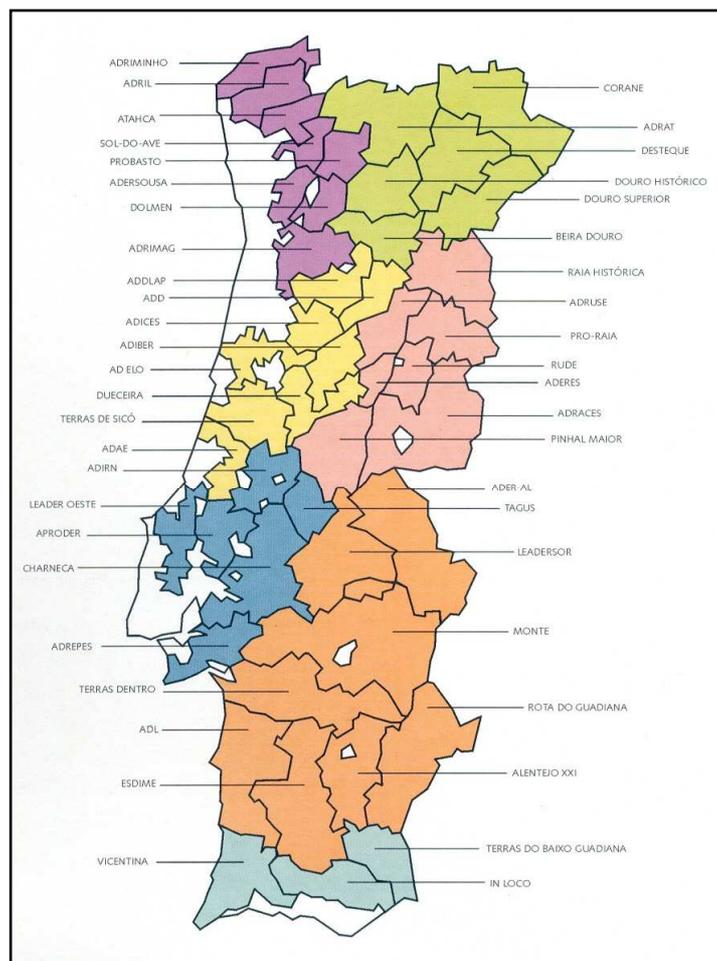
f) Índice de desenvolvimento social (índice composto que integra a esperança de vida à nascença, o nível educacional e o conforto e saneamento)” (*idem*: 15-16).

LEADER+ em Portugal Continental (figura 1) revela a integração de um território até agora não abrangido pelo Programa (com um novo GAL, a ADREPES) e a reorganização territorial de “Zonas de Intervenção” já credenciadas na base de novas Entidades Locais: “Terras do Baixo Guadiana”, “Alentejo XXI” e “ADL”. Através dos Planos de Desenvolvimento Local apresentados por cada um dos GAL selecionados sabemos que os territórios objeto de intervenção ocupam cerca de 87.5% da superfície do território nacional, sendo que em média cada PDL tem uma área de intervenção de quase 1550 km². A população residente nas zonas de intervenção dos GAL aproxima-se de 3.409.000, valor que representa cerca de 32.9% do total nacional. A população residente média por zona de intervenção é de 65.555 habitantes» (*idem*: 25). A partir de diversos indicadores, como os utilizados na apreciação das candidaturas, constata-se na generalidade dos territórios de intervenção dos GAL dinâmicas territoriais e populacionais negativas (Carvalho, *op. cit.*).

Finalmente, em 2002, após a aprovação dos PDL e a assinatura das respetivas Convenções Locais de Financiamento (entre o Organismo Intermédio – Direção Geral de Desenvolvimento Rural – e os Grupos de Ação Local), teve início o arranque efetivo do LEADER+ (Eixo 1) com a implementação do Programa junto dos territórios abrangidos pelos GAL.

Com base nos resultados já apurados reunidos nos relatórios de execução anuais, até 31 de dezembro de 2006, o LEADER+ aprovou 6574 projetos (91% referentes ao vetor 1 e 9% afetos ao vetor 2) para um investimento total aprovado de 258.594.683 euros (95% referente ao vetor 1 e 5% ao vetor 2), com uma média de 126.4 projetos por Entidade Local e de 39.336 euros de dimensão média financeira por projeto.

Centrando a análise no âmbito do vetor 1 (com 5979 projetos e um investimento de 244.520.084 euros), constatamos o predomínio dos projetos de caráter material em detrimento do imaterial, com a medida 1 (investimentos) a representar 60% dos projetos e 67,1% do investimento financeiro deste vetor, com destaque para a sub-medida 1.2 (apoio a atividades produtivas) com 26,8% dos projetos e 38,4% do investimento. No âmbito da medida 2 (ações imateriais), com cerca de 35% dos projetos e 18% do investimento, destaca-se a sub-medida 2.2 (outras ações imateriais) com 33,2% dos projetos e 17,2% do investimento. Com efeito, a análise da execução financeira por sub-medidas revela que as sub-medidas 2.2 e 1.2 concentram cerca de 60% dos projetos aprovados.



Fonte: www.leader.pt (15/11/2006)

Figura 1. A Iniciativa Comunitária LEADER+ (2000-2006) em Portugal Continental

De acordo com o Relatório Anual de Execução de 2006, a distribuição dos projetos aprovados por tipologia de promotor mostra que os Privados Coletivos assumem 21% dos projetos, os GAL 28% e a Entidade Gestora 12%. Os Privados Individuais assumem 13% dos projetos aprovados, e a Administração Local não integrada na parceria do GAL e constituída sobretudo por Juntas de Freguesia, assume 12% dos projetos aprovados.

Quanto ao investimento aprovado, segundo a mesma fonte, verifica-se uma elevada representatividade da Parceria LEADER+, e do setor empresarial com 29% logo seguida pelo setor associativo com 12%. No setor empresarial destacam-se os 15% de investimento assumidos pelas Empresas e no que diz respeito ao setor associativo 10% de investimento das associações.

A distribuição por sub-medida mostra que os privados individuais e as empresas promovem cerca de 72% dos projetos da sub-medida 1.2 (quer em número quer em

investimento aprovado). A Administração Local domina a sub-medida 1.1 (infraestruturas) seja em investimento seja em número de projetos aprovados enquanto as Associações têm primazia na sub-medida 1.3 (outras ações materiais). Para além destes projetos ambos promovem maioritariamente investimento na medida 2.2 (outras ações imateriais).

No que diz respeito à distribuição geográfica das iniciativas neste vetor do LEADER+, destacam-se, na perspetiva da concentração do número de projetos, as regiões do Alentejo (18,7%), Beira Litoral (14,4%) e Entre Douro e Minho (12,2%), em oposição às regiões do Algarve (5,7%) e Madeira (4,2%).

Seguidamente, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os efeitos territoriais e sociais do LEADER+, apresentamos os resultados preliminares de um estudo de caso (no âmbito de um conjunto territorial mais alargado que estamos a investigar) centrado em ambientes de montanha.

2.2 A intervenção LEADER+ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)

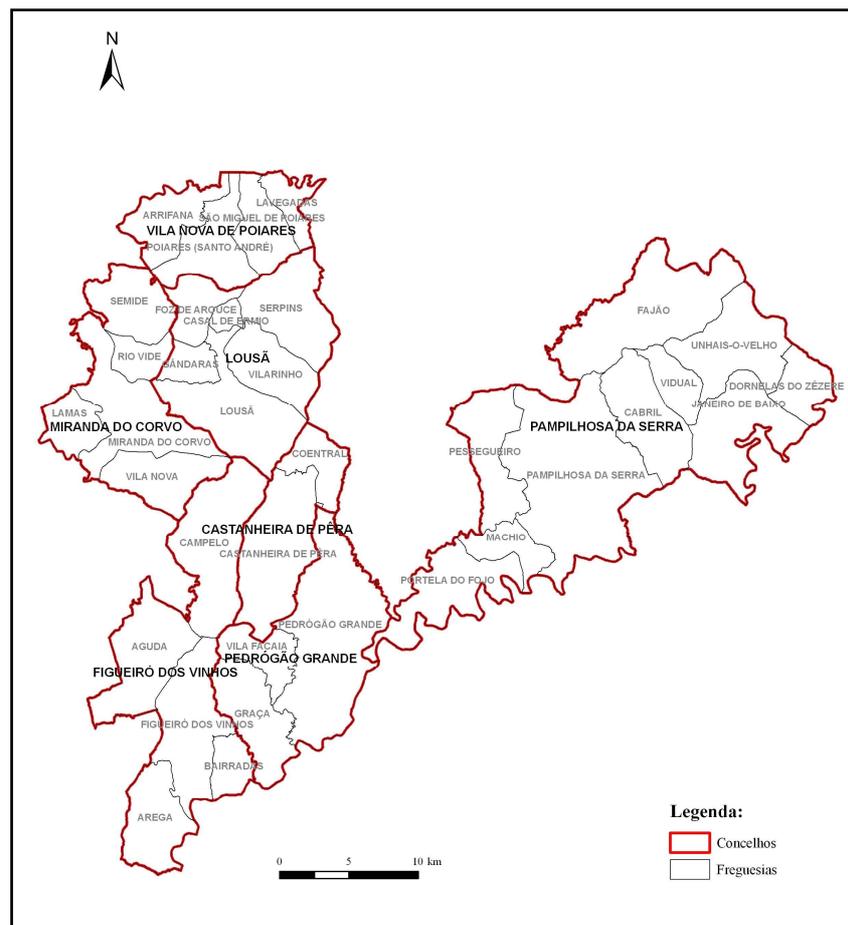
2.2.1 Retrato territorial da Zona de Intervenção

A Zona de Intervenção ELOZ (Entre Lousã e Zêzere), com os municípios de Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra (figuras 1e 2), corresponde a uma área de 1.115 Km² (cerca de 4,7% da Região Centro de Portugal), pela qual se repartem, de forma desigual, cerca de 56.586 habitantes (3,2% do total de residentes na Região Centro), isto segundo os resultados definitivos dos Censos 2001. A densidade populacional era de 50,7 hab./km², bastante inferior aos valores da Região Centro (75,4 hab./km²) e do País (110 hab./km²).

A matriz geográfica da ZI ELOZ é dominada pelas serras de xisto da Cordilheira Central, em particular a Serra da Lousã, e pelas linhas de água que se desprendem das montanhas e suas bordaduras, designadamente os rios Ceira, Arouce, Dueça, Unhais e Zêzere, e as ribeiras de Alge, Pera e Mega.

As “Terras de Entre Lousã e Zêzere”, tal como o Pinhal Interior Norte (quadro 2), unidade estatística de enquadramento (com uma área de 2617 Km² e 138.535 habitantes, em 2001), apresentam importantes assimetrias internas. De forma simplificada é possível identificar dois blocos ou subconjuntos com características diferenciadas. No setor setentrional-ocidental, onde reside 63,4% da população da ZI ELOZ, por entre áreas de pequena altitude, localizam-se os lugares mais importantes da hierarquia do povoamento sub-regional, que coincidem com as sedes dos concelhos mais dinâmicos: Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares. Aí as densidades populacionais são mais elevadas (repartem-se

entre 84 hab./km², em Vila Nova de Poiares, e 113.3 hab./km², na Lousã) em relação ao padrão da ZI ELOZ (e do Pinhal Interior Norte), a variação da população residente é positiva, e a dinâmica e características urbanas são mais expressivas. A capital regional, a cidade de Coimbra, pólo estruturante de um sistema urbano com mais de 300 mil habitantes, interfere de forma mais ou menos significativa na alteração das suas estruturas demográficas, económicas e sociais.



Elaboração própria

Figura 2. Zona de Intervenção LEADER+ELOZ (2000-2006)

O setor meridional-oriental, essencialmente montanhoso, com reduzidas densidades populacionais (entre 13.2 hab./km², em Pampilhosa da Serra, e 55,9 hab./km², em Castanheira de Pera), configura um mosaico de territórios profundamente marcados por diversos problemas estruturais designadamente: orografia acidentada; reduzida acessibilidade viária (baixas densidades e medíocre qualidade das vias de comunicação); fragilidades que

decorrem da base produtiva; défice (baixa densidade) de estruturas organizativas formais; fragilidade da estrutura de povoamento (dominada por pequenos lugares) e da rede urbana (de baixo nível hierárquico); decréscimo demográfico muito acentuado; forte despovoamento rural e abandono da montanha; envelhecimento da população; degradação progressiva da floresta: do carvalhal e dos soutos ao pinhal, ao eucaliptal, aos matagais e às áreas desérticas; elevada sensibilidade aos incêndios florestais; propriedade fundiária dispersa, descontínua e de pequena dimensão; elevado absentismo dos proprietários; subaproveitamento dos recursos naturais: metálicos, hídricos, florestais, eólicos e paisagísticos (Carvalho, 2005).

Quadro 2. Indicadores demográficos da ZI LEADER+ELOZ, em 2001

Distribuição Geográfica	População Residente	Área Km ²	Nº de Freguesias	Densidade Populacional	Pop. Residente no Lugar mais Importante	Idem/Total de Pop. Residente no Concelho
Portugal	10 356 117	92 141.5	4 241	112.4	564 657	100.0
Região Centro	1 783 596	23 667.8	1 109	75.4	101108	68.1
Pinhal Interior Norte	138 535	2 618.2	114	52.9	6941	44.1
ZI Entre Lousã e Zêzere	56 586	1 115.5	34	50.7	6941	44.1
Castanheira de Pera	3 733	66.8	2	55.9	1164	31.2
Figueiró dos Vinhos	7 352	173.5	5	42.4	1597	21.7
Lousã	15 753	139	5	113.3	6941	44.1
Miranda do Corvo	13 069	126.9	5	103	2811	21.5
Pampilhosa da Serra	5 220	396.5	10	13.2	857	16.4
Pedrógão Grande	4 398	128.8	3	34.1	1011	23
Vila Nova de Poiares	7 061	84	4	84.1	709	10

Fonte: *Censos 2001: Resultados Definitivos. Centro*, Lisboa INE, 2002.
Anuário Estatístico de Portugal (2001), Lisboa, INE, 2002.
Anuário Estatístico da Região Centro (2000), Lisboa, INE, 2001.

Nesta perspetiva, a ZI ELOZ reflete os traços mais marcantes da geografia do Pinhal Interior: as vilas e as serras, sendo estas últimas a componente mais expressiva em termos de extensão territorial e persistência nos efeitos negativos sobre as populações. Com efeito, a ZI ELOZ (tal como a Serra da Lousã) faz a transição entre um setor de características marcadamente urbanas, com diferente expressão subregional, e o domínio da montanha, que se anuncia em direção ao interior, qual janela aberta para lugares e territórios persistentemente esquecidos, marginalizados e em acentuada desvitalização económica e demográfica (Carvalho, 2005).

Os resultados das últimas estimativas demográficas (31 de dezembro de 2006), publicados no Anuário Estatístico da Região Centro (INE, 2006), confirmam estas tendências.

Com efeito, segundo a referida fonte, a população residente nas Terras de entre Lousã e Zêzere apresenta um acréscimo de 3.07% (fixando-se em 58.325 habitantes), arrastado pela dinâmica positiva dos municípios (urbanos) de Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares que, em conjunto, representam 67.5% do total da população da ZI ELOZ. Contudo, os municípios de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra, continuam a registar um decréscimo demográfico muito significativo.

2.2.2 Estratégia de Desenvolvimento Local

A DUECEIRA (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça), associação de direito privado (sem fins lucrativos), é a entidade local credenciada no âmbito do LEADER+ (como aconteceu, também, em 1994-1999 – LEADER II, embora sem incluir, nessa fase, o concelho de Pampilhosa da Serra).

Como referimos em trabalho anterior (Carvalho, 2002), o modelo e estratégia de desenvolvimento, concebido para a aplicação do Programa LEADER+ELOZ, envolve dois desafios para a ZI ELOZ: 1. A(s) originalidade(s) do território como fator de afirmação e fortalecimento da autoestima das comunidades locais visando a sua fixação e valorização; 2. Promoção da originalidade do território valorizando, qualificando e reinventando a imagem e unidade serrana.

A estratégia geral do Plano de Desenvolvimento Local preconiza a melhoria da qualidade de vida das populações através da construção de uma imagem positiva, renovada e atrativa do mundo rural, alicerçada nos recursos originais do território como fator de afirmação e reforço da autoestima das comunidades locais, tendo em vista a sua fixação e valorização. Uma vez que o reforço da competitividade territorial é assumido como objetivo primordial, as abordagens ao território são expressas no plano social (promovendo agitação sócio-cultural); ambiental (promovendo ações de compreensão e valorização do meio-ambiente); económico (afirmando e qualificando as economias locais); e global (adaptando mentalidades e processos locais às transformações globais). Da conjugação destas dimensões, preconiza a meta de uma região solidária.

No que concerne aos objetivos operacionais, importa destacar:

- Produzir uma imagem territorial forte e capaz de congregar vontades;
- Articular ações existentes e estruturar novos projetos em cooperação;
- Promover a animação das comunidades e dos territórios;
- Aumentar a capacidade de inovação e exercício de cidadania;
- Revitalizar a imagem e consolidar a identidade territorial ELOZ;

- Reordenar e refuncionalizar o espaço rural (conceito de novas ruralidades), com “ações” como a divulgação externa do território e suas qualidades físico-ambientais;
- Potenciar o produto turístico ELOZ: o verde/azul, a serra e o rio;
- Reutilizar/preservar o património histórico construído e reavivar os bens culturais imateriais;
- Criar mecanismos de defesa e valorização do património construído e qualificação dos lugares;
- Proteger e valorizar o património natural e ambiental (definir ações integradas de preservação e conservação da Serra da Lousã enquanto património natural protegido – Rede Natura 2000);
- Diversificar produções e abordagens que visem a melhoria da qualidade ambiental;
- Reforçar a competitividade empresarial promovendo a capacidade dos agentes económicos para produzir e reter o máximo de valor acrescentado na ZI;
- Assegurar a presença do território nos espaços abertos pela globalização - (promover produtos, definir rótulos coletivos que tragam novas mensagens e imagens (marketing territorial), qualidade dos produtos, valorizar os recursos esquecidos;
- Reforçar a atitude coletiva de troca e de formas de solidariedade e de transferência;
- Dar a conhecer a capacidade de inovação da ação local junto da administração e outros organismos (DUECEIRA, 2001).

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Local teve a participação da sociedade civil, através de um inquérito lançado à comunidade residente na ZI ELOZ. Este instrumento de análise do território e de avaliação da intervenção da DUECEIRA revelou-se de grande significado para a definição de uma estratégia territorial.

2.2.3 Análise e discussão dos resultados

A última parte do nosso trabalho, enfatizando a leitura geográfica da aplicação do Programa LEADER+ no âmbito da ZI ELOZ, tem como eixo vertebrador o conjunto de projetos aprovados pela DUECEIRA e desdobra-se de acordo com as principais variáveis intervenientes, nomeadamente as medidas e sub-medidas de intervenção, a tipologia dos promotores, a localização geográfica dos projetos e a situação dos mesmos. A informação de base, reportada ao final de 2007, aparece estruturada em função do número de projetos, investimento total e dimensão média financeira por projeto.

Em termos globais foram analisados 105 projetos, cujo montante total de investimento ascendeu aos 5.131.902,24 euros, referentes na sua grande maioria ao vetor 1, “Estratégias

territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto”, com 93% dos projetos e investimento. O vetor 2, “Apoio à cooperação entre territórios rurais”, representa apenas 7% dos projetos e investimento total.

2.2.3.1 Medidas e sub-medidas de intervenção

As políticas europeias consagradas em diversos programas, como acontece com o LEADER+, organizam-se num conjunto de medidas e sub-medidas de intervenção, destinadas a orientar os processos de desenvolvimento. No caso da ZI ELOZ (quadro 3), seguindo a tendência nacional, destaca-se o vetor 1, onde sobressai a importância da medida 1 (investimentos) com 72% dos projetos e 69% do investimento total. De modo mais detalhado, é evidente a preponderância das sub-medidas 1.2 e 1.3 que, em conjunto, foram responsáveis por mais de metade quer dos projetos aprovados quer do investimento total (57% e 52%, respetivamente).

Com 27% dos projetos aprovados, 37% do investimento e com uma dimensão média financeira elevada (quase 70 mil euros) em relação às restantes (cujo valor médio se aproxima de 49 mil euros), a sub-medida 1.2, destinada a apoiar atividades produtivas, tem uma expressão significativa na ZI ELOZ, designadamente na promoção do alojamento (turismo em espaço rural) por meio de reconversão, recuperação, ampliação e equipamento de antigas estruturas edificadas com valor patrimonial, e da promoção de atividades de animação lúdica e turística, representando quase 50% dos projetos aprovados neste domínio. De igual modo relevante é a criação e o apoio às pequenas e médias empresas, em diversos setores de atividade como a panificação; a produção de azeite; a produção e comercialização de artesanato nas áreas de olaria, mobiliário em vime/cestaria e tecelagem; a prestação de serviços gráficos; a atividade editorial; os serviços culturais e as atividades lúdicas. Contudo, a taxa de comparticipação não ultrapassa os 50%, ao contrário do que acontece com os projetos aprovados âmbito das outras sub-medidas, em que o apoio da União Europeia e do Estado Português é igual ou superior a 75% (no caso da medida 4, direcionada para as despesas de funcionamento do GAL, o apoio é de 100%).

A sub-medida 1.3, com maior expressão ao nível dos projetos (30% do total) e menor peso relativo no quadro do investimento (apenas 15%) e da dimensão média do investimento por projeto (ligeiramente superior a 25 mil euros), reflete duas preocupações: por um lado, a recuperação, adaptação, ampliação e a construção de equipamentos sociais (incluindo, em algumas situações, o seu apetrechamento), no sentido de promover a melhoria dos serviços prestados e a qualidade de vida da população (cerca de 50% dos projetos); por outro lado, a

valorização do património construído (cerca de 29% dos projetos), em particular o património religioso.

Quadro 3. Número de projetos e investimento aprovado por vetores, medidas e sub-medidas de intervenção

	Medida	Sub-medida	Projetos		Investimento		Dimensão Média	
			Nº	%	Euros	%	Euros	
Vetor 1	1	1.1	17	16	836.108,83 €	16	49.182,87 €	
		1.2	28	27	1.922.001,34 €	37	68.642,91 €	
		1.3	31	30	783.151,13 €	15	25.262,94 €	
		Total		76	72	3.541.261,30 €	69	46.595,54 €
	2	2.2	16	15	526.913,05 €	10	32.932,07 €	
		Total		16	15	526.913,05 €	10	32.932,07 €
	4	4.1	1	1	543.809,23 €	11	543.809,23 €	
		4.2	1	1	26.021,92 €	1	26.021,92 €	
		4.3	1	1	2.049,59 €	0	2.049,59 €	
		4.4	1	1	100,00 €	0	100,00 €	
		4.5	1	1	17.908,29 €	0	17.908,29 €	
		4.9	1	1	139.308,15 €	3	139.308,15 €	
		Total		6	6	729.197,18 €	14	121.532,86 €
Total Vetor 1			98	93	4.797.371,53 €	93	48.952,77 €	
Vetor 2	1	1.1	4	4	199.769,25 €	4	49.942,31 €	
		Total	4	4	199.769,25 €	4	49.942,31 €	
	2	2.1	1	1	49.247,57 €	1	49.247,57 €	
		2.3	1	1	32.849,63 €	1	32.849,63 €	
		Total	2	2	82.097,20 €	2	41.048,60 €	
	3	3.0	1	1	52.664,26 €	1	52.664,26 €	
	Total	1	1	52.664,26 €	1	52.664,26 €		
Total Vetor 2			7	7	334.530,71 €	7	47.790,10 €	
Total Global			105	100	5.131.902,24 €	100	48.875,26 €	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Importa, ainda, referir que a medida 2 (ações imateriais), representada através da sub-medida 2.2, em articulação com o objetivo de promover os territórios e seus valores/recursos diferenciadores, tem expressão em 15% dos projetos e 10% do investimento, por sua vez repartido por projetos cujas orientações temáticas privilegiam o marketing e a imagem territorial através da realização de eventos culturais (mais de 40% dos projetos) e da dinamização do património em diversas vertentes através de roteiros, percursos, publicações, entre outros.

A importância da vertente imaterial das ações denota um esforço, da ZI e do Programa, na promoção de uma imagem de qualidade do mundo rural e sua projeção nacional e internacional, através da valorização dos recursos endógenos.

No âmbito da cooperação entre territórios rurais, contemplada no vetor 2, é a cooperação interterritorial que apresenta maior relevância, com 4% dos projetos e investimento, traduzida em iniciativas da DUECEIRA, na perspetiva de promoção conjunta dos territórios e produtos rurais e de um conjunto de ações tendo por base a definição de novas abordagens do conceito de solidariedade. No que diz respeito à cooperação internacional merece destaque o projeto de cooperação com países de expressão portuguesa que visa a troca de informações e experiências em matéria de processos locais de desenvolvimento, e o projeto de criação de uma rede de museus vivos (que inclui uma plataforma digital de promoção e divulgação conjunta do património natural e cultural dos seus territórios), com a participação de 10 associações de desenvolvimento local/rural de Portugal (com as regiões Norte, Centro Alentejo e Algarve, representadas pela ATAHCA, DUECEIRA, LEADERSOR, MONTE e VICENTINA, respetivamente) e de Espanha (Astúrias, Cantábria e Galiza).

2.2.3.2 Promotores

Em qualquer processo de desenvolvimento a componente social é fundamental, mais ainda quando se trata de territórios rurais, em que os atores locais detêm um papel preponderante no sucesso da aplicação dos programas.

Na ZI ELOZ, a aparente diversidade de promotores envolvidos na concretização do LEADER+ esconde uma flagrante concentração, visível num olhar mais atento. Uma análise global (tendo em conta os dois vetores do Programa) da distribuição dos projetos por promotor (quadro 4), permite salientar a importância dos promotores privados, com 58% dos projetos e 53% do investimento, distinguindo-se do conjunto, os privados coletivos com a maior representatividade em termos de projetos (50%) e investimento (44%). Isto significa que os privados individuais representam apenas 8% dos projetos e 9% do investimento. Os promotores públicos foram responsáveis por 30% dos projetos aprovados e 24 % do financiamento. A Entidade Local, com 13% dos projetos e 23% do investimento, é o promotor que realizou o maior investimento médio por projeto, fixando-se em 84.2 mil euros (72% acima da dimensão média dos projetos da ZI ELOZ). A sua ação está relacionada com a medida 4 (despesas de funcionamento) e a concretização dos projetos do vetor 2 (promoção da cooperação entre regiões).

Quadro 4. Número de projetos e investimentos aprovados, por grandes tipos de promotores

Promotores	Projetos		Investimento		Dimensão Média
	Nº	%	Euros	%	Euros
Públicos	31	30	1.222.342,71 €	24	39.430,41 €
Privados Individuais	8	8	452.605,87 €	9	56.575,73 €
Privados Coletivos	52	50	2.278.368,16 €	44	43.814,77 €
Entidade Local	14	13	1.178.585,50 €	23	84.184,68 €
Total Eloz	105	100	5.131.902,24 €	100	48.875,26 €

Fonte: Elaboração Própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Através de uma leitura mais pormenorizada, sobressaem dois grandes tipos de promotores (quadro 5), a saber: na esfera dos promotores privados coletivos, as Associações e Coletividades (sociais, culturais e desportivas) distinguem-se pela sua dinâmica em termos de projetos aprovados (36%), a que corresponde também o maior investimento total do Programa (quase 1 milhão e 300 mil euros), embora a dimensão média por projeto seja a mais baixa; no domínio das entidades públicas, as Câmaras Municipais foram responsáveis por 29% dos projetos e 23% do investimento total aprovado.

Quadro 5. Número de projetos e investimentos aprovados, por tipos de promotores

Promotores	Projetos		Investimento		Dimensão Média
	Nº	%	Euros	%	Euros
Câmaras Municipais	30	29	1.168.716,40 €	23	38.957,21 €
Juntas de Freguesia	1	1	53.626,31 €	1	53.626,31 €
Associações/Coletividades	38	36	1.286.182,88 €	25	33.846,92 €
Cooperativas	4	4	315.796,26 €	6	78.949,07 €
Empresas	10	10	676.389,02 €	13	67.638,90 €
Privados Individuais	8	8	452.605,87 €	9	56.575,73 €
Entidade Local	14	13	1.178.585,50 €	23	84.184,68 €
Total Eloz	105	100	5.131.902,24 €	100	48.875,26 €

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Da análise realizada até ao momento algumas conclusões podem já sublinhar-se:

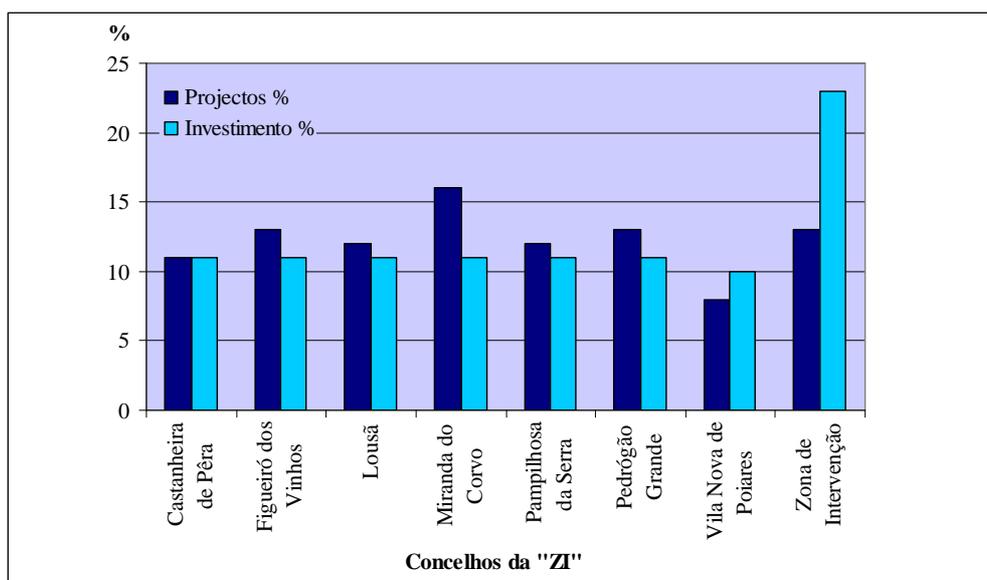
- O papel de relevo dos promotores privados coletivos na concretização de projetos de natureza material, ou seja, afetos à medida 1;
- O papel destacado das associações e coletividades na promoção de projetos da sub-medida 1.3 (outras ações materiais);

– A vinculação dos promotores privados individuais, embora pouco representados em número de projetos e investimentos aprovados, às dimensões materiais, em particular projetos relacionados com atividades produtivas (1.2), perspetivando a diversificação e a dinamização do tecido produtivo;

– A importância do setor público na concretização de ações de caráter imaterial (sub-medida 2.2), designadamente as Câmaras Municipais com mais de 90% dos projetos promovidos nesta sub-medida (que se centram fundamentalmente em ações promocionais estratégicas da imagem turística e da cultura dos territórios).

2.2.3.3 Distribuição geográfica dos projetos e investimentos

A leitura da repartição geográfica dos projetos e investimentos aprovados pela DUECEIRA, no âmbito do LEADER+, permite caracterizar o dinamismo dos territórios da ZI ELOZ (figura 3).

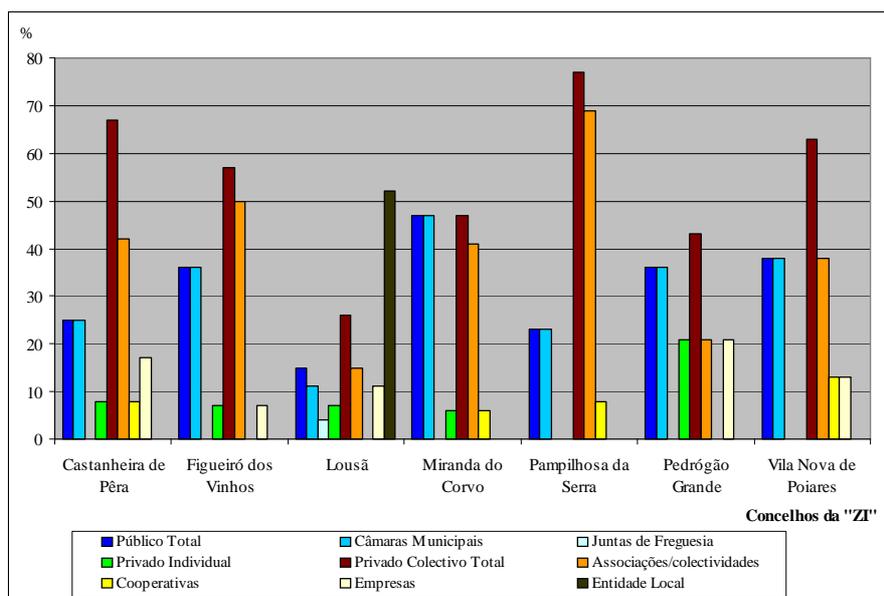


Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Figura 3. Número de projetos e investimento aprovado, por localização geográfica do projeto (concelhos)

Utilizando como escala de referência os municípios, verificamos algumas assimetrias no que diz respeito ao número de projetos aprovados e seu peso relativo no conjunto do Programa (no intervalo de variação definido pelos valores 8%, em Vila Nova de Poiares, e 16% em Miranda do Corvo). Contudo, no plano dos investimentos, os concelhos da ZI ELOZ apresentam valores muito próximos (de 10 a 11% do total).

Estabelecendo um paralelismo a partir de outras variáveis relacionadas com os projetos, constatamos que a iniciativa privada coletiva é muito elevada em quase todos os concelhos, sobressaindo a Pampilhosa da Serra com quase 80% dos projetos, a maior parte (69%) promovidos pelas Associações e Coletividades (figura 4). Por sua vez, o setor público, através da iniciativa dos Municípios, tem uma grande expressão em Miranda do Corvo (47% dos projetos), afetos principalmente à sub-medida 2.2 (29%).



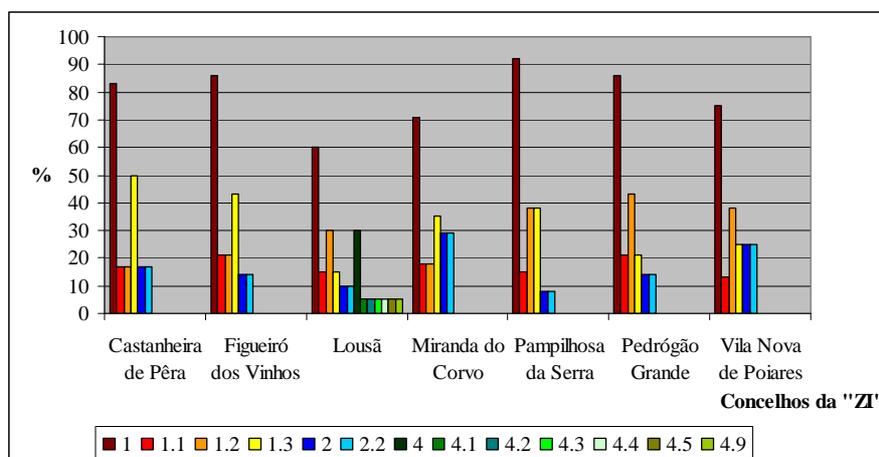
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Figuras 4. Distribuição dos projetos consoante o tipo de promotor, por concelho

Destacamos ainda a relevância da medida 1 em todos os concelhos, sendo que a sub-medida 1.2 (apoio a atividades produtivas) domina em Pedrógão Grande (43% dos projetos) e a sub-medida 1.3 é maioritária em Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos (50% e 43%, respetivamente) (figura 5).

Contudo, os desequilíbrios territoriais mais acentuados ocorrem no âmbito das freguesias. De modo simplificado, podemos referir que 37% das freguesias da ZI ELOZ não aparecem representadas na listagem dos projetos aprovados pela DUECEIRA, ou seja 13 (das 35) freguesias da ZI ELOZ não têm projetos aprovados. Por outro lado, verificamos que as freguesias sede de concelho concentram cerca de metade dos projetos relacionados diretamente com os municípios (neste particular não considerámos os projetos que envolvem toda a ZI). Esta situação é mais evidente em Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, com

valores acima dos 70%. Pelo contrário, a importância relativa das freguesias fora da sede de concelho é muito elevada em Figueiró dos Vinhos (86%) e Vila Nova de Poiares (75%).



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Figuras 5. Distribuição dos projetos consoante o tipo medida e sub-medida de intervenção, por concelho

2.2.3.4 Situação dos projetos

Em relação à situação dos projetos, verificamos que mais de 60% dos projetos estão já concluídos. Cerca de 36%, apesar de aprovados, ainda não se encontram finalizados (quadro 6).

De igual modo, importa considerar, como relevante para o entendimento da dinâmica do Programa ao longo do seu período de execução, a análise segundo o ano de aprovação e conclusão dos projetos (quadro 7). Assim, destaca-se o ano de 2002 (que marca o lançamento das fases de candidatura), com 50 dos 105 projetos aprovados e 62% do investimento total aprovado, e verifica-se para os restantes uma certa irregularidade. Os anos de 2005 e 2007 com apenas 2 projetos, correspondem ao período menos dinâmico, mas apenas em termos de aprovação, pois 2004 e 2005 mostraram ser os anos mais dinâmicos no que concerne à conclusão dos projetos (com quase 70% do total).

Quadro 6. Número de projetos aprovados, por situação do projeto, em 2007

Situação do Projeto	Projetos		Investimento	
	Nº	%	Euros	%
Aprovados (não concluídos)	38	36	2.021.839,97 €	39
Concluídos	67	64	3.110.062,27 €	61
Total	105	100	5.131.902,24 €	100

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

Quadro 7. Número de projetos e investimento aprovado e concluído, por ano

Ano de Aprovação	Projetos aprovados		Investimento aprovado		Projetos concluídos		Investimento realizado	
	Nº	%	Euros	%	Nº	%	Euros	%
2002	50	48	3.167.294,65 €	62	0	0	0 €	0
2003	13	12	645.617,88 €	13	7	10	413.073,13 €	13
2004	20	19	731.011,75 €	14	32	48	1.337.844,87 €	43
2005	2	2	82.097,20 €	2	14	21	767.372,05 €	25
2006	18	17	471.605,81 €	9	9	13	513.203,15 €	17
2007	2	2	34.275,15 €	1	5	8	78.569,07 €	3
Total	105	100	5.131.902,24 €	100	67	100	3.110.062,27 €	100

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados da DUECEIRA-ELOZ (2007)

3. Notas finais

Como já se referiu, a União Europeia, desde finais dos anos 80, assumiu como linha de ação prioritária para a promoção do desenvolvimento do mundo rural uma conceção renovada de políticas e instrumentos. Depois de um período dominado por preocupações produtivistas e perspectivas redutoras (sobre o desenvolvimento) dos territórios rurais, assumem relevância novas orientações, de inspiração ambientalista, patrimonialista e territorialista, que preconizam a diversificação económica do mundo rural, reconhecem a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e advogam a adoção de metodologias de implementação dos conceitos de subsidiariedade, parceria e rede. De tal maneira, que o desenvolvimento rural emerge, em particular desde o alvor deste novo século, como um dos eixos de maior visibilidade das políticas públicas de desenvolvimento territorial da União Europeia.

Esta nova conceção de desenvolvimento do mundo rural europeu tem como referência incontornável o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, lançado pela Comissão Europeia em 1991. A Iniciativa LEADER (LEADER+ na programação 2000-2006) pretendeu desenvolver a diversificação da economia das áreas rurais mediante a aplicação de programas supramunicipais vertebrados em torno da melhoria da qualidade de vida da população, a

utilização de novos conhecimentos e tecnologias e a valorização dos recursos naturais e culturais. A recente aprovação do FEADER, veio reconhecer também a importância da participação dos atores do mundo rural na definição e gestão das políticas e, assim, consolidar a abordagem LEADER.

Partindo desta abordagem conceptual, procurámos contextualizar a reflexão, através do exemplo de Portugal, e aprofundar a análise das suas dimensões geográficas mais relevantes, a partir de um estudo de caso localizado na montanha do Centro de Portugal.

A leitura preliminar dos resultados da Iniciativa LEADER+, nas Terras de Entre Lousã e Zêzere, com base nos projetos aprovados, é demonstrativa da importância do Programa para a diversificação das economias locais, a melhoria da qualidade de vida da população, a promoção do potencial endógeno designadamente através da sua inserção nas novas plataformas de difusão da informação, e a consolidação de processos de cooperação e construção de redes na nova janela de oportunidades do mundo global.

Na perspectiva de uma análise comparativa com o anterior período de programação (LEADER II, 1994-1999), não obstante o ajuste dos limites territoriais da ZI ELOZ (que em 2000-2006 aumentou a sua área de intervenção com a inclusão do município de Pampilhosa da Serra) e as especificidades estruturais do próprio Programa (nas suas diferentes fases), deixamos os principais traços evolutivos, a saber:

- O número de projetos aprovados em sede do LEADER+ decresceu face ao LEADER II (de 123 para 105), embora o investimento aprovado tenha aumentado (de 3.540.062,9 euros, para 5.131.902,24 euros), assim como a dimensão média de cada projeto (28.781 euros, em 1994-1999; 48.875,26 euros, em 2000-2006);

- No que concerne aos domínios de intervenção, apesar da terminologia específica de cada uma das fases LEADER (áreas e subáreas no LEADER II, e medidas e sub-medidas no LEADER+), destacamos dois factos: o decréscimo do número de projetos e investimentos aprovados no domínio do apoio à diversificação das atividades económicas (54% e 45%, em 1994-1999; 27% e 37%, em 2000-2006, respetivamente), e o aumento das intervenções no domínio da preservação do ambiente e da qualidade de vida, de 15% para 46% dos projetos, e de 12% para 31% dos investimentos aprovados (considerando as sub-medidas 1.1 e 1.3 do LEADER+ e o seu contributo para a prossecução deste objetivo).

- Em relação aos promotores dos projetos, destaca-se o reforço da importância dos promotores privados coletivos na fase LEADER+, quer em número de projetos (de 30% para 50%) quer em investimento aprovados (de 33% para 44%), em resultado do maior dinamismo das empresas e das cooperativas, e o decréscimo de protagonismo dos promotores privados

individuais (21% dos projetos e 18% do investimento, em 1994-1999; 8% dos projetos e 9% do investimento, em 2000-2006) e dos promotores públicos (40% dos projetos e 29% do investimento, em 1994-1999; 30% dos projetos e 24% do investimento, em 2000-2006)

– No que diz respeito à localização geográfica dos projetos, verifica-se um aumento da percentagem de freguesias não referenciadas nos projetos aprovados (25% em 1994-1999; 37% em 2000-2006), embora seja necessário recordar que o número de freguesias no LEADER+ELOZ é superior em relação ao LEADER II (24), em consequência da inclusão do município de Pampilhosa da Serra e da criação da freguesia das Gândaras (Lousã). As freguesias de Arrifana e Lavegadas (Vila Nova de Poiares), Rio de Vide (Miranda do Corvo) e Foz de Arouce (Lousã) são reincidentes nesta matéria. Outras freguesias de matriz nitidamente rural, do coração da Serra da Lousã, como Coentral (Castanheira de Pera) e Campelo (Figueiró dos Vinhos), têm apenas um ou dois projetos aprovado nas duas fases do Programa LEADER. Por outro lado, o número de projetos aprovados nas freguesias sede de concelho passou de 65% para 50%.

Uma derradeira nota para sublinhar a necessidade de sedimentar uma verdadeira ação política integrada e coordenada para os territórios rurais, e reafirmar que quem realmente pode materializar as mudanças que se pretendem são as próprias populações rurais (Doblado, 2006).

Referências Bibliográficas

- ARROYO, F. M. (2006): “El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea”. *Norba. Revista de Geografía*, XI, 11-20.
- BATISTA, F. O. (2006): “O rural depois da agricultura”. In FONSECA, Maria L. (coord): *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 85-105.
- COVAS, A. (2006): “A ruralidade do nosso tempo: decálogo da para uma 2ª modernidade”. In FONSECA, M. L. (coord): *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 107-126.
- DOBLADO, F. A. (2006): “El futuro y perspectivas del desarrollo rural en España o el desarrollo rural en España”. *Norba. Revista de Geografía*, XI, 7-10.
- CARVALHO, P. (2002): “Landscape and heritage as strategic resources for the rural development. The example of the Lousã Mountain”. *Preproceedings Fifth IFSA European Symposium. Local Identities and Globalisation*. Florence, IFSA, 336-346.
- CARVALHO, P. (2005): *Património Cultural e Trajetórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 67-108.

CARVALHO, P. e FERNANDES, J. L. (2001): “Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)”. In CAETANO, L. (coord.): *Território, Inovação e Trajetórias de Desenvolvimento*, Coimbra, CEG, 241-271.

CARVALHO, P. *et al.* (2007): “Políticas e iniciativas europeias com incidência no desenvolvimento rural: o exemplo do LEADER+ AD ELO (Centro Litoral de Portugal). In CRUZ, F. (org.): *Atas IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*, Póvoa de Varzim, 1771-1808.

CAVACO, C. (1999): “O mundo rural português: desafios e futuros?”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa, CEG, 135-148.

CHESHIRE, L. (2006): *Governing Rural Development*. Ashgate, Aldershot.

ESTARELLAS, P. B. *et al.* (2005): “Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible”. *Boletín de la A.G.E.*, 39, 423-446.

ESTRADA, E. M. (2006): “Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del Nuevo Regulamento de Desarrollo Rural”. *Atas del VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*, Huelva, Universidade Internacional de Andaluzia, 21 pp. (edição em cd-rom)

GEOIDEIA/IESE (1999): *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II. Relatório Final*. Lisboa.

GEOIDEIA/IESE (2002): *Avaliação Final (Ex-post) do PIC LEADER II*. Lisboa.

GOLD, J., THORPE, R. & MUMFORD, A. (eds.): (2008): *Gower Handbook of Leadership and Management Development*. Ashgate, Aldershot.

GUTIÉRREZ, J. P. (2006): “Territorio, geografía rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad en las áreas rurales”. *Boletín de la A.G.E.*, 41, 69-95.

MORENO, L. (2002): *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 190-205; 235-243.

MORENO, L. (2003): “O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos”. *Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais (Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada)*. Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, 19 pp.

PASCUAL, F. G. (2006): “Políticas públicas y sustentabilidad en las zonas desfavorecidas y de montaña en España”. *Boletín de la A.G.E.*, 41, 151-182.

PRICE, M. (2007): *Mountain Area Research and Management. Integrated Approaches*. London, Earthscan.

VEIGA, J. F. (2007): “Que atores para o desenvolvimento rural?”. In DENTINHO, T. e RODRIGUES, O. (coord.): *Periferias e Espaços Rurais (Comunicações do II Congresso de Estudos Rurais)*. Estoril, Príncipea, 351-362

Outras Fontes

Base de dados do LEADER+ELOZ, DUECEIRA, Lousã, 2008.

Programa LEADER+ELOZ. Plano de Desenvolvimento Estratégico de Novas Ruralidades, DUECEIRA, Lousã, 2001.

Relatório Anual de Execução do LEADER+ (2006) (www.leader.pt; acesso em 23/05/2008).
Anuário Estatístico da Região Centro (2006) (www.ine.pt; acesso em 10/05/2008).

PATRIMÓNIO E (RE)DESCOBERTA DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Resumo

A temática do desenvolvimento rural ganhou ampla visibilidade na última década, no âmbito da conceção de um novo quadro de referência, bem como na perspectiva da participação e relação dos atores.

Os espaços rurais do mundo ocidental, com as suas fragilidades e respetivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente sentidos e olhados sob a ótica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, poderem ganhar complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, afirmou-se a importância crescente da imagem e identidade dos territórios rurais, e o valor estratégico da sua gestão e ordenamento.

O património é hoje reconhecido como elemento estruturante da memória, imagem e identidade territorial, e um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias de desenvolvimento territorial (mormente as teses territorialistas, as que melhor respondem às maiores exigências sociais e de cidadania participativa). Trata-se de uma temática estratégica para a sustentabilidade e o desenvolvimento dos territórios e das populações.

1. Rural(idade) e desenvolvimento territorial no alvor do novo milénio: traços de uma geografia em mudança

Refletir sobre os caminhos do desenvolvimento que se hoje se abrem num contexto social mais heterogéneo e complexo, mais imprevisível e, porventura, exigente na busca de respostas criativas face aos novos desafios é, ao mesmo tempo, questionar os modos de organizar e consumir os territórios, e de intervir sobre esses mesmos espaços geográficos de vida quotidiana.

Na Europa, logo após a Segunda Guerra Mundial, tiveram o seu apogeu as teses difusionistas de desenvolvimento, uma crença em determinados princípios que supostamente seriam o garante da felicidade, do progresso e do bem-estar das populações. Foi o mito do crescimento económico (confundido com o desenvolvimento, aqui interpretado de um modo redutor, pelo menos à luz dos critérios atuais) e a fé inabalável na razão dos avanços tecnológicos. Neste contexto, com facilidade se atribuíam os epítetos redutores de “centros” e “periferias”, sendo os primeiros os dignos depositários do progresso que a partir dos quais se difundiriam para as periferias, consideradas por isso mais atrasadas, em termos de uma

imaginária, mas ao mesmo tempo palpável e orientadora de políticas, linha unívoca de desenvolvimento. Isto é, ser-se desenvolvido implicava seguir os modelos pré-definidos por centros urbano-industriais (Perroux, 1950) que seriam assim os motores de arrastamento dos (ditos) territórios menos dinâmicos. Este processo traduziu-se numa linha de progressão descendente, pouco participada, burocratizada e acrítica, no sentido de que não poderia ser questionada, até por não implicar em si um verdadeiro esquema de avaliação de processos. A consequência lógica seria a uniformização de processos, a produção massificada (fordismo), a perda de diversidade. Esta filosofia de desenvolvimento acabou por ter repercussões diretas no modo de entender e organizar os territórios. Se o desenvolvimento se resume e se pode simplificar pelo conceito abrangente de desenvolvimento urbano e industrial, num sistema competitivo, racional, seletivo e hierarquizante, os territórios menos adaptados a esta realidade acabam por sucumbir, definhando e perder poder e relevância económica, com a consequente perda de protagonismo político. Às áreas perdedoras estava assim reservado um sentimento de caridade, de assistencialismo aos mais carenciados coberto pelos sistemas de “Welfare State” característicos da Europa pós II Guerra Mundial (Carvalho e Fernandes, 2001).

Interessava produzir muito e mais barato, o que não estava ao alcance de todos. O capital, ao mesmo tempo que se internacionaliza vai, desde modo, circular à procura de mais valias competitivas, num contexto de forte segregação a coberto da divisão internacional do trabalho: as mais-valias e os maiores valores acrescentados concentram-se nos territórios e nos protagonistas mais poderosos; as atividades de menor nobreza circulam e “aterram” em territórios e nas mãos dos que menos possibilidades têm para tomar uma opção. Trata-se de um quadro funcionalista e redutor das reais capacidades intrínsecas de cada um. Em consequência desta tese, chegou mesmo a negligenciar-se o verdadeiro desenvolvimento territorial. Interessaria mais o ‘desenvolvimento das pessoas’ que o dos lugares. Este conceito e esta visão acabaria mesmo por enquadrar e estimular a mobilidade espacial das populações: a concentração dos investimentos arrastou a concentração das populações. O êxodo rural e os processos de despovoamento verificados na Europa e, mais recentemente, em Portugal, comprovam os efeitos territoriais desta visão.

Com efeito, as políticas produtivistas deixaram as suas marcas no Portugal rural contemporâneo, sobretudo nas áreas mais isoladas, mais marcadas por constrangimentos físicos e mais remotas. Os ciclos emigratórios brasileiro e europeu, em finais do século XIX e meados do século XX respetivamente, serve de contexto e, ao mesmo tempo, de testemunho para estas realidades. Em primeira análise, a razão de ser deste êxodo emigratório deve-se à

histórica posição semiperiférica de Portugal em relação aos territórios que desde a Revolução Industrial tomaram a vanguarda do crescimento económico. A essa posição relativa correspondeu uma crónica dependência do exterior. As populações portuguesas entraram então nas suas transições demográfica e epistemológica. A curva da demografia não foi, no entanto, acompanhada pela curva da economia. A esse desnível respondeu a população com a mobilidade espacial. Em direção ao exterior, mas também em direção ao litoral, sobretudo para as principais áreas metropolitanas, em especial para Lisboa, que assim cada vez mais se foi assumindo como o centro geoeconómico e político de Portugal. O interior despovoou-se, para o que contribuíram políticas como a Campanha do Trigo e a Florestação Estatal dos Baldios (serranos), assim como o fracasso dos processos da Junta de Colonização Interna, a juntar aos fracassos dos polos de desenvolvimento preconizados pelos Planos de Fomento, assim como da ausência clara de uma política de desenvolvimento rural. As teses ruralistas do Estado Novo limitaram-se muitas vezes a realçar o bucolismo saudoso e tradicional dos modos simples de viver de uma população submissa e pouco instruída.

A maior parte dos concelhos rurais portugueses, num Portugal de distâncias relativas ainda muito grandes e concentrado no litoral, viram a sua população diminuir e envelhecer, perdendo assim vantagem no que respeita à localização de recursos humanos. A ausência de funcionalidade e o abandono deixaram marcas profundas na paisagem rural portuguesa. Assim, perdeu-se uma parte importante da identidade portuguesa e degradou-se uma parte do património: as florestas, os “montes alentejanos”, as aldeias serranas do Portugal Setentrional e Central. Entretanto, a Política Agrícola Comum (PAC) e a entrada de Portugal na União Europeia (1986) também deixaram alguns traços, pois em termos agrícolas têm dominado políticas de ganhos a curto prazo: “A PAC e a disponibilidade de fundos levou ao aumento dos investimentos embora em projetos desenquadrados da realidade portuguesa e segregadores dos pequenos agricultores, os mais prejudicados (que são a maioria), o que tem levado ao despovoamento e a um cada vez maior desequilíbrio do sistema de povoamento” (Firmino, 1999: 87).

Mas, as sociedades mudaram! Ganhou-se em instrução, em formação, em espírito crítico e em cidadania. Os ganhos materiais foram inegavelmente importantes para a população europeia em geral e portuguesa em particular. A educação, apesar de não ter sido, pelo menos até há pouco, um fator estrategicamente considerado, deu sinais de melhoria, pelo menos após os anos 60. O país abriu-se. O turismo e a emigração (que foi sinal de desequilíbrio) foram fatores de maior abertura.

Por outro lado, o sistema fordista deu sinais de fracasso. A ideia de que as teses anteriores não conseguiam resolver o problema da qualidade de vida a todas as populações e em todos os territórios desencadeou respostas e a procura de modelos diferentes de intervenção e de perceção dos territórios (Stöhr, 1974; Friedmann and Weaver, 1979; Schumacher, 1985). Modelos mais participados, mais contextualizados, mais adaptados a cada população, com uma face ao mesmo tempo mais humana. Não existe uma linha comum, que todos num “seguidismo” redutor, devem trilhar, mas sim diferentes alternativas de progresso: este torna-se também mais abrangente. Não se trata de crescimento económico, mas de um conceito mais qualitativo que tem de ser entendido em cada lugar de modo muito próprio. Deixamos de poder hierarquizar os lugares segundo os epítetos: “centros”; “periferias”, para acentuarmos o uso do termo território, cuja inserção no contexto global deverá ser lido (e ainda mais no caso dos espaços rurais portugueses, pela sua especificidade e ao mesmo tempo diversidade) por uma geometria variável (Jacinto, 1995). Assim, cada território tem o seu modo de inserção no sistema, um modo individualizado, contextualizado. São os modelos territorialistas que, de um modo geral, realçam os valores intrínsecos de cada território.

Cada território não pode ser apenas lido no contexto da sua inserção vertical no sistema produtivo internacional. Há aqui um “salto” qualitativo que vem abrir as perspetivas a uma inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade. É certo que a globalização, que se aprofundou nas últimas décadas, é um apontada como um fator de racionalidade e de difusão de um modelo neoliberal. Ainda assim, fatores como as novas tecnologias de informação vêm também abrir as possibilidades de reafirmação da cidadania participativa e da identidade própria de cada local. O desenvolvimento local surge assim como o processo de ligação do global ao local. Uma ligação interdependente e pró-ativa, em sociedades mais terciarizadas e mais conscientes das suas responsabilidades, dos seus direitos e deveres.

Assim, os últimos anos testemunham a crescente revalorização da importância do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do sistema mundial. Na Europa (Occidental), descortinam-se em cada território as suas potencialidades específicas e procuram alicerçar-se as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiariedade (Carvalho, 2001).

Esta revalorização do rural, não esquece o papel central da atividade agrícola (em todas as suas componentes: biológica, ambiental,...e não apenas na sua versão produtivista). Ao agricultor fica então reservado o estatuto de um importante ator na tarefa da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos do mundo rural. Com efeito, a agricultura assume-se mesmo como o cerne da multifuncionalidade que se pretende para os espaços rurais europeus, sem a qual se inviabilizarão outras funcionalidades, como por exemplo o Turismo em Espaço Rural. Nesta lógica, a paisagem rural, que em consequência da sua inclusão no sistema produtivista se tornou mais monótona (Dewailly, 1998), (re)coloca-se no centro das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, revelando-se cada vez mais como um fator de qualidade de vida a preservar (Beudet, 1999). O envolvimento das populações com a paisagem faz-se quer com base nos elementos materiais, quer com base nos símbolos imateriais dessa mesma paisagem (Carvalho e Fernandes, op. cit.).

É assim que se deve apostar na valorização quer das culturas materiais próprias de cada lugar, quer das suas culturas simbólicas, importantes para a afirmação do autoconceito das populações locais (Reis, 1998). Neste sentido, num contexto competitivo aberto, a afirmação de um território ou lugar faz-se também através da construção e divulgação de uma imagem de distinção e de qualidade, em muito centrada nas identidades e nos recursos simbólicos de cada lugar (Janiskee and Drews, 1998), não sendo aqui relevante a questão da escala geográfica.

A salvaguarda e a valorização do património é condição necessária para uma paisagem mais equilibrada e atrativa, reforçando a sua identidade e pode constituir um recurso importante para a afirmação do território e reforço da autoestima das populações e, enfim, para o desenvolvimento local. Um território com qualidade e com identidade, portanto com relevância geográfica é potencialmente atrativo. Um território uniforme e vago, cria psicologias de fuga (Carvalho e Fernandes, s/d). O “Programa das Aldeias Históricas de Portugal”, enquadrado no Plano de Desenvolvimento Regional (QCA II) e centrado num conjunto simbólico de dez aldeias “rurais” do interior da Região Centro de Portugal (a saber: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), com intervenções materiais diversas (das obras públicas à recuperação de imóveis particulares e monumentos), ações de dinamização cultural e sócio-económica, e promoção turística no mercado nacional e internacional, é um exemplo recente da utilização do “(...) património para ativar meios de vida e capacidades de fixação” (CCRC,1999, cit. em Carvalho, 2001, 4), na perspetiva da qualificação dos territórios e elevação da autoestima das populações.

Cruzam-se valores como a paisagem, a estética, o bem-estar e a qualidade de vida (Donadieu, 1999); a geografia, mesmo nos espaços rurais, torna-se mais complexa e cultural.

2. Património e territórios rurais: quadro conceptual, instrumentos orientadores e iniciativas de desenvolvimento local

Hoje o património é reconhecido como temática de grande atualidade; a rápida delapidação dos recursos naturais, a degradação progressiva das condições gerais de vida e fruição do planeta rumo ao caos que parece inevitável – “um teatro de catástrofe possível”, para utilizar a expressão de Jeudy (1990: 2) – explicam o crescente interesse da sociedade (mais instruída e exigente) pelo património, tanto natural como cultural (Calvo, 1998). Contudo, a utilização generalizada deste termo é relativamente recente (afirmou-se no decurso das últimas três décadas), tal como acontece com a moderna preocupação patrimonial (Lowenthal, 1998) – não obstante as raízes renascentistas italianas que lançaram a semente do culto do património – e a sua profunda renovação (Lamy, 1995).

Até há pouco tempo, a palavra património – oriunda do *patrimonium* romano – foi conotada com significações bastante distintas dos elementos da cultura e da natureza que hoje valorizamos; tradicionalmente referia-se ao legado tangível deixado pela geração anterior: a propriedade (herança material) privada transmitida de pais para filhos. Mais tarde, o conceito veio a aplicar-se também ao intangível: ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma coletividade (Miranda, 1998); na expressão de Amirou (2000) o património imaterial (a cultura popular e tradicional faz parte desse património vivo) foi reconhecido como tal desde o alvor dos anos 90. Por outro lado, a universalidade do património é também uma conquista relativamente recente (de meados da centúria anterior), no quadro da constituição da Unesco (Audrerie et al., 1998). Porém, não devemos esquecer que a conservação do património esteve inicialmente confinada, no essencial, ao nível nacional (Leimgruber, s/d).

Atualmente insiste-se na necessidade de rever o conceito de património, abandonando a ideia de “tesouro” e adotando uma visão integral, que inter-relacione os diferentes testemunhos da ação do homem e da natureza (Garrigós, 1998); de igual modo enfatiza-se o contexto original (*in situ*) e simbólico do património (Amirou, op. cit.). De acordo com o Conselho da Europa, “El Patrimonio es todo testimonio, de cualquier naturaleza, capaz de iluminar el pasado de la humanidad” (cit. em Garrigós, op. cit., 37). Por isso, a sociedade procura a sua identidade, exercendo um direito fundamental dos povos, que só pode ser satisfeito graças aos especialistas capazes de interpretar a informação e ajudar os povos a encontrar o seu património. Esta perspetiva entronca “(...) na problemática mais geral da

discussão sobre a viabilidade do nosso planeta enquanto pátria comum de uma Humanidade cada vez mais considerada no seu sentido global” (Carvalho e Fernandes, 2002, 279). Ao mesmo tempo, a literatura dos últimos anos enfatizou a arte de aproximar o património natural e cultural ao público visitante, e a pertinência da “interpretação do património”, “(...) enquanto estratégia de comunicação [educação informal] destinada ao público geral visitante (indivíduos ou grupos que visitam algum sítio [áreas naturais protegidas, sítios e conjuntos históricos, parques arqueológicos, museus de sítio, museus temáticos, ecomuseus, itinerários temáticos, miradouros de paisagem, áreas recreativas] com valor patrimonial durante o seu tempo de ócio) e “(...) que revela o significado do lugar com o fim de que o apreciem e adotem uma atualidade favorável à sua conservação” (Aldrige, 1989, cit. em Miranda, op. cit., 19) e desenvolvimento (nas diferentes aceções que marcam as últimas duas décadas: ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano). Convém sublinhar que o próprio conceito de espaço protegido está em evolução: a inclusão dos fenómenos históricos e culturais a um mesmo nível de importância dos aspetos naturais, a conceção dos espaços protegidos já não como ilhas de carácter virgem (tendência originária dos parques naturais dos EUA), mas como instrumentos de estudo, diagnóstico, aplicação de metodologias e utilização de recursos dentro de um esquema de desenvolvimento inteligente. Hoje em dia é imprescindível incluir variável humana nesses espaços – habitantes e utilizador – e aplicar as melhores estratégias para comunicar com eles. Por isso, também o conceito de interpretação mudou recentemente: de “ambiental” passou a ser “do património”, mais amplo e globalizador (ibidem).

Em suma, ampliaram-se os limites que definem o património; por isso, o conceito atual de património percorre o amplo espectro da natureza material: património natural ou físico e construído (já não apenas os edifícios e construções isoladas: pontes, moinhos de vento ou hidráulicos, muros de pedra solta, fontanários, cruzeiros, ermidas e capelas, alminhas, mas igualmente os conjuntos de edifícios dos velhos centros urbanos, grupos de construções rurais, e os novos desafios inerentes ao património industrial, património do espetáculo, arquitetura de qualidade dos séculos XIX-XX, arquitetura vernacular, jardins), e da dimensão imaterial da cultura: língua e costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades gastronómicas, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer. Abrem-se, então, novos campos da memória. O fim último é oferecer às gerações vindouras uma herança de qualidade – leia-se territórios qualificados. Esta diversidade é também territorial: cada "região" possui o seu carácter próprio,

uma "alma" que faz muitas vezes o orgulho dos habitantes e atrai o visitante exterior (Dower, 1998). O entendimento (ou significado) do património depois do longo período marcado por uma perspectiva reducionista e monumentalista (Ashworth, 1994), pois ancorada ao culto dos monumentos excepcionais, abriu-se para englobar igualmente, entre outros, os conjuntos urbanos e as paisagens rurais (Vincent, 1997). No contexto da civilização material, a ligação entre o imaginário e o material é uma das dimensões essenciais do património (Roncayolo, 1997). Por isso (também) a leitura geográfica tende a enfatizar o conjunto arquitetónico, o enquadramento paisagístico em detrimento do monumento ou da obra isolada.

Segundo Dewailly (op. cit.) é inquestionável que o património rural é hoje objeto de grande atenção, mais pelo seu valor sociocultural do que pela sua importância económica. O património rural vai muito para além do mero património agrícola. É o resultado de uma união mais ou menos harmoniosa entre património natural e património cultural, resultado de uma longa interação homem/meio. Com efeito, hoje aceitamos uma visão multidimensional do património rural que envolve diferentes manifestações: arquitetónicas, festividades, modos de fazer, artes tradicionais, idiomas locais, lendas (ibid.). O problema do património e das tradições arrasta consigo a questão da raridade, da autenticidade e da identidade, afinal o primado dos critérios de conservação. Estes são cada vez mais procurados para a afirmação das identidades locais.

Chiva (1997), a respeito do património cultural rural, refere a diversidade das paisagens e dos parcelados rurais, a sensibilidade crescente do grande público (e também da classe política) para as questões do rural (e da natureza), e a propensão ao seu estudo interdisciplinar. Na expressão do autor, a noção de património aplicado à cultura rural envolve três características, a saber: 1. a (referida) diversidade; 2. a heterogeneidade dos seus elementos constitutivos, que compreende os modos de existência material e de organização social, os saberes técnicos e simbólicos, o imaginário social e as formas de comunicar; 3. a urgência imposta ao nível da observação e intervenção pela amplitude do processo incessante de desaparecimentos e criações dos bens culturais.

A urbanização, a diminuição da população agrícola, as mutações técnicas e económicas que afetaram a agricultura, a decomposição e a perda de diversidade das paisagens agrárias (devido ao avanço da agricultura produtivista), sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e quando se desenvolve o grande movimento do turismo de massas na Europa, sem esquecer a preocupação/motivação ambiental lançada nos anos 70, são os principais argumentos para que a proteção e a conservação do património rural se tenham imposto como imperativos urgentes. Com efeito, a conservação do património rural tem

origem na Europa sobretudo em áreas onde o modo de vida rural foi mais afetado pelo êxodo rural e pela Revolução Industrial. Dewailly (op. cit.) refere os “folk museums” na Escandinávia, sobretudo a criação do Museu Nórdico, em Estocolmo, por Hazelius em 1873, e o primeiro museu mundial ao ar-livre, em Skansen, aberto em 1891, reconstituindo aldeias características e mostrando atividades tradicionais da população, que evoluíram rapidamente para novos padrões da sociedade tecnológica moderna. De igual modo, devemos considerar o parque natural europeu (com origem na Alemanha, cerca de 1920) segundo o objetivo de preservar certos aspetos de algumas regiões rurais onde se mantinha uma relação harmoniosa das ações humanas, protegendo pontualmente alguns aspetos significativos da fauna e da flora e tentando manter atividades tradicionais da população que estavam na origem da paisagem criada (Pessoa, 2001), e que afinal influenciou, anos mais tarde, a criação dos parques naturais regionais franceses (nos quais Georges-Henri Rivière lançou em definitivo a conceção e a prática ecomuseológica).

Tudo isto explica que o património é hoje reconhecido como um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias do desenvolvimento territorial. Trata-se de uma temática estratégica para a sustentabilidade e o desenvolvimento dos territórios e das populações (Carvalho e Fernandes, 2002; Carvalho, 2002) como se traduz em convenções, recomendações, resoluções, e diversos instrumentos e doutrinas da gestão e ordenamento do território, na amplitude das escalas internacional, europeia e nacional. No âmbito global, a “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” (adotada pela Conferência Geral da Unesco, Paris, 1972) é a mais importante e emblemática. No quadro europeu, destacam-se a “Carta Europeia do Ordenamento do Território” (Conselho da Europa, 1984), a “Carta Europeia da Paisagem” (Conselho da Europa, 2000) e a “Rede Natura 2000” (União Europeia, 1992). Em Portugal, para além das decorrências das anteriores, o quadro jurídico envolve os seguintes instrumentos fundamentais: Lei de Bases do Ambiente (1987); Rede Nacional de Áreas Protegidas (1993); Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (1998); Lei 380/99 (Sistemas e Instrumentos de Gestão Territorial); Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (1999); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (2001) e a Lei 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português.

Nos últimos anos assistimos a tentativas de ativação do património cultural (em contextos rurais e urbanos, e neste último essencialmente macro-intervenções no âmbito do

património construído), na génese de estratégias de desenvolvimento cada vez mais ligadas ao turismo (cultural e de natureza), na tentativa de preservar e ativar memórias, aprofundar identidades e fortalecer os territórios na ótica da sua inserção na nova ordem global. O turismo, visto como tendo efeitos terapêuticos, mas também como ilusão de panaceia económica, deve ser enquadrado na nova ideologia de desenvolvimento de rosto humano; isto significa integrar o património numa prática conciliatória entre consumo turístico e melhoria das condições de vida da população local (residente).

Pérez (2001) investigou a patrimonialização e transformação das identidades culturais, com base em micro-intervenções patrimoniais centradas em quatro casos de estudo do noroeste ibérico. Segundo o investigador, as ações de reconhecimento, conservação, valorização e consumo turístico do património cultural, em quadros rurais de baixa densidade, reduzida pressão na paisagem rural e menor conflitualidade entre os atores, conduziram a que os diferentes elementos patrimoniais, antes símbolo do atraso, representassem na atualidade o progresso e o futuro, graças a uma mudança de função, significado e valor social desses bens patrimoniais. Do mesmo modo indissociável de consumos marcadamente urbanos é o fenómeno da residência secundária no espaço rural embora com impactos sociais, ambientais e patrimoniais diferenciados (Cravidão, 1989; Gallent and Tewdwr-Jones, 2000).

“O papel que o património cultural teve no recente processo de desenvolvimento rural europeu foi de grande importância na Europa – recordamos a nova ênfase das políticas de desenvolvimento rural: de um modelo essencialmente produtivista, lançado no alvor dos anos 60, idealizado no período de nascimento da EU, para um modelo pós-produtivista, desenvolvido sobretudo com a aplicação do PIC Leader II (1994-1999), que outorgava ao mundo rural e aos seus habitantes um papel mais ambientalista, ecológico e participativo” (Fernández de Larrinoa, 2000, cit. em Pérez, op. cit., 7).

3. Conclusão

Os novos valores e paradigmas de desenvolvimento (participado, individualizado e contextualizado, de inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade) completam as políticas macro-estruturais de desenvolvimento, enfatizam a imagem de individualidade e especificidade dos territórios (alicerçada em características únicas e exclusivas), enquanto condições basilares para a sua afirmação e integração no sistema global.

O património é estruturante da memória, imagem e identidade dos territórios, e assim pode constituir um recurso importante para a afirmação dos territórios e reforço da autoestima das populações e, enfim, para o desenvolvimento local

O desenvolvimento faz-se pela qualidade de vida das populações e esta depende também da qualidade e sustentabilidade do espaço geográfico. Não apenas pelas consequências diretas na vivência do cidadão, mas pelo bem-estar que uma paisagem em equilíbrio implica (Fernandes, 2001, cit. em Carvalho, 2002: 345). A aposta numa política territorial de qualidade pode valer pelos ganhos diretos na vida quotidiana do cidadão, mas reverterá sobretudo, se bem orientada, para a autoestima das populações – para que se sintam os territórios como geograficamente relevantes.

Os territórios rurais pela sua diversidade e riqueza patrimonial justificam o investimento na sua preservação e valorização, enquanto reservas qualificadas para funções de aprendizagem, fruição e tempo de lazer, em complementaridade com aquelas atividades tradicionais que hoje (renovadas) são ainda viáveis e sobretudo desejáveis.

Referências Bibliográficas

AMIROU, R. (2000): *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris, PUF.

ASHWORTH, G.J. (1994): “From history to heritage: from heritage to identity: in search of concepts and models”. In ASHWORTH, G.J.; LARKHAM, P.J. (Eds.): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge, 13-30.

AUDRERIE, D. et al. (1998): *Le patrimoine mondial*. Paris, PUF.

BEAUDET, G. (1999): “Paysage et investissement de valeur. In GONIDEC-POULLAOUËC, Ph. et al. (Dir.). *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris, L'Harmattan.

CARVALHO, P. (2002): “Landscape and heritage as strategic resources for the rural development. The example of the Lousã Mountain (Central Portuguese Mountain Range)”, *Preproceedings Fifth IFSA (International Farming Systems Association) European Symposium. Farming and Rural Systems Research and Extension. Local Identities and Globalisation*, Florence, 336-346.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. L. (2001): “Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português”. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere). In CAETANO, L. (Coord): *Território e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 241-271.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. L. (2002): “Paisagem e apropriação dos Territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire de Candeeiros”. In CAETANO, L. (Coord.): *Territórios, Globalização e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 275-320.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. L. (in press): *New logics of development in the countryside*. (Paper presented to IGU Commission on Evolving Issues of Geographical Marginality in the Early 21st Century World joint meeting in Stockholm 28.6. 2001).

CHIVA, I. (1997) : “Le patrimoine rural”. In NORA, P. (Dir.): *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entretien du Patrimoine*. Éditions du Patrimoine, 226-231.

- CRAVIDÃO, F. (1989): *Residência secundária e espaço rural. Duas Aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DEWAILLY, J.-M. (1998): “Images of heritage in rural regions”. In BUTLER, R. et al. (Eds.): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley&Sons, 123-139.
- DONADIEU, P. (1999): “Campagnes urbaines : de la réalité aux symbols”. In GONIDEC-POULLAOUEC, Ph. et al. (Dir.): *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris, L'Harmattan.
- DOWER, M. (1998): “Um trunfo para o desenvolvimento local: o recurso património”. *LEADER Magazine*, 12, Bruxelas, AEIDL.
- FIRMINO, A. (1999): “Agriculture and landscape in Portugal”. *Landscape and Urban Planning*, 46; Amsterdam, Elsevier.
- FRIEDMANN, J; WEAVER, C. (1979): *Territory and function: the evolution of regional planning*. London, E. Arnold Publ.
- GALLENT, N.; TEWDWR-JONES, M. (2000): *Rural Second Homes in Europe. Examining housing supply and planning control*. Aldershot, Ashgate.
- GARRIGÓS, R.C. (1998): *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*. Murcia, Editorial KR.
- GEOIDEIA/IESE (1999): *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II. Relatório Final*. Lisboa, Direção Geral do Desenvolvimento Rural.
- JACINTO, R. (1995): “O mundo rural e o seu desenvolvimento”. *Cadernos de Geografia*, 14, Coimbra, 143-145.
- JANISKEE, R.; DREWS, P. (1998): “Rural festivals and community reimagining”. In BUTLER, R. et al. (Eds.): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley&Sons, 157-175.
- JEUDY, H.P. (1990): “Introduction”. In JEUDY, H.P. (Dir.): *Patrimoines en Folie*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1-12.
- LAMY, Y. (1995): “Le creuset du patrimoine collectif”. In LAMY, Y. (Dir.): *L'alchimie du patrimoine. Discours et politiques*. Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine.
- LEIMGRUBER, W. (in press): *Heritage conservation awards: stimuli to life for remote settlements?* (Paper presented to UGI Commission on the Dynamics of Marginal and Critical Regions joint meeting in Taegu, 08-13 August 2000).
- LOWENTHAL, D. (1998): *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MIRANDA, J.M. (1998): *Guia práctica para la interpretación del patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Sevilla, E.P.G. Junta de Andalucía.
- PÉREZ, X.P. (2001): “Patrimonialización y transformación de las identidades culturales”. *Atas do 1º Congresso de Estudos Rurais*. Vila Real, Universidade da Trás-os-Montes e Alto Douro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 12 págs.
- PERROUX, F. (1950): “Economic space; theory and applications”. *Quarterly Journal of Economics*, 64.
- PESSOA, F. (2001): *Reflexões sobre ecomuseologia*. Porto, Edições Afrontamento.

REIS, J. (1998): “Interior, desenvolvimento e território”. In *Perspetivas de desenvolvimento do interior*; Debates Presidência da República Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

RONCAYOLO, M. (1997): “La géographie humaine”. In NORA, P. (Dir.): *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entretiens du Patrimoine*. Éditions du Patrimoine, 19-24.

SCHUMACHER, E. (1985): *Small is beautiful. Um estudo de economia em que as pessoas também contam*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

STÖHR, W. (1974): *Regional development- experiences and projects in Latin America*. The Hague.

VINCENT, J.-M. (1997) : “Instruments et enjeux de la connaissance du patrimoine urbain”. In NORA, P. (Dir.): *Science et Conscience du Patrimoine. Actes des Entretiens du Patrimoine*. Éditions du Patrimoine, 16-230.

PATRIMÓNIO, TERRITÓRIO, ATORES E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. O ECOMUSEU DA SERRA DA LOUSÃ. DESAFIO OU UTOPIA?

Resumo

Nos últimos anos afirmou-se uma nova conceção de desenvolvimento rural: participado, individualizado e contextualizado, de inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade.

A Serra da Lousã (no Centro de Portugal) é um território periférico em processo de reestruturação funcional e crise de identidade, que corre o risco de vir a ser marginalizado.

A nossa proposta de “ecomuseu” pretende articular e integrar, numa rede coerente e dinâmica, ações e/ou propostas de intervenção de cada um dos agentes de desenvolvimento com incidência local mormente no âmbito da valorização dos recursos patrimoniais (no amplo espectro das dimensões natural e cultural), visando racionalizar os recursos financeiros envolvidos, conciliar as vertentes económica, social, cultural e ambiental, reforçar a imagem e a identidade do território, afirmar a atividade turística sustentável e melhorar as condições de vida da população serrana.

1. Nota introdutória

A organização social e territorial das sociedades ocidentais vive neste alvor de milénio uma fase de transição caracterizada por mudanças significativas.

Questionar os anteriores modelos de produção e de vivência (Amaro, 1996), é um pretexto para reconhecer a heterogeneidade, fluidez e complexidade, das sociedades e dos espaços geográficos, quiçá as principais linhas que identificam a pós-modernidade, e que não se desenham, por isso, vias únicas e uniformes de leitura, de organização e de atuação sobre os territórios. É tempo de repensar conceitos como desenvolvimento, ruralidade e urbanidade, de discutir problemáticas como a cidadania, a participação, as relações de poder e a estruturação das redes dos atores de desenvolvimento.

Os espaços rurais do mundo ocidental, com as suas fragilidades e respetivas propriedades difusas, deixaram de ser exclusivamente sentidos e olhados sob a ótica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, poderem ganhar em complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade, aquilo que perderam na sequência da aplicação desregrada de técnicas produtivistas a que foram sujeitos, sobretudo desde a Revolução

Agrícola inglesa e em especial após o fim da segunda Grande Guerra (Carvalho e Fernandes, 2000).

O grande desafio que se coloca perante a Geografia e os geógrafos, perseguindo o objetivo de manter e assegurar no futuro a diversidade da cultura, do espaço e do meio, perante o quadro tendencial de uniformização decorrente do processo de globalização, é ao mesmo tempo uma reflexão profunda sobre o significado atual dos espaços (geográficos e de fluxos) e territórios, e a sua relação com o exercício da cidadania. As relações estreitas entre a população, o território e o património, configuram o conceito de ecomuseu enquanto lugar de memórias e de construção de identidades.

2. O espaço rural no contexto das novas filosofias de desenvolvimento

A temática do desenvolvimento rural ganhou ampla visibilidade na última década, quer no âmbito da conceção de um novo quadro de referência, quer na ótica da participação efetiva e inovadora dos atores.

Um conjunto de documentos de enquadramento estratégico elaborados pela Comissão Europeia, Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento das Nações Unidas e OCDE, entre os mais importantes, serviram acima de tudo para a definição de linhas estratégicas de orientação para o ordenamento e o desenvolvimento rural.

Como diagnóstico os traços de uma crise de territórios com forte individualismo, embora com potencialidades diversificadas, e a importância do mundo rural e dos valores da ruralidade para o equilíbrio e coesão do próprio sistema. Na Europa, descortinam-se em cada território as suas potencialidades específicas e procuram alicerçar-se as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiariedade (Carvalho e Fernandes, op. cit.). As novas políticas e medidas específicas concebidas pela Comunidade para o mundo rural entroncam numa perspetiva integrada (multisectorial) e cimentada nas realidades locais. A eficácia na aplicação das políticas depende agora da parceria e repartição das responsabilidades, no amplo espectro da tomada de decisão, à implementação, gestão e, por fim, avaliação de processos e práticas.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), lançado neste ambiente de mudança, é expressão inequívoca desta nova conceção de desenvolvimento: participado, individualizado e contextualizado, de inserção vertical e horizontal, numa rede de cooperação e solidariedade.

A sustentabilidade do desenvolvimento arrasta consigo a questão dos recursos e sua gestão no quadro das políticas de afirmação e qualificação dos territórios, da participação e organização dos atores (e da população em geral), e das relações de poder.

A definição e promoção de uma imagem territorial de individualidade e especificidade, alicerçada em características únicas e exclusivas, e de qualidade, em muito centrada nas identidades e recursos simbólicos de cada lugar, sem que a questão da escala geográfica seja relevante, é um caminho de revalorização dos territórios onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade, e afinal a afirmação das teses territorialistas de desenvolvimento, as que melhor respondem às maiores exigências sociais e de cidadania participativa, num quadro global aberto e de forte competição entre populações e territórios, afinal uma nova lógica de organização social e territorial que complementa o conceito de desenvolvimento difusionista (de cariz urbano-industrial), descendente, pouco participado e uniformizador, incendiado no ambiente quantitativista e no mito do crescimento económico como via única para alcançar o progresso, com forte impulso no final da Segunda Guerra Mundial, e que deixou marcas bem profundas nos espaços rurais.

3. O Ecomuseu: população, território e património

A salvaguarda e valorização do património é garantia de uma paisagem mais equilibrada e atrativa, reforçando a sua identidade, e pode constituir um recurso importante na afirmação do território e no reforço da autoestima das populações. Um território com qualidade e com identidade, portanto com relevância geográfica (Fernandes e Carvalho, 1998) é potencialmente atrativo. Um território uniforme e vago, cria psicologias de fuga.

Os recursos patrimoniais naturais e culturais (estes entendidos nas dimensões arquitetónica e arqueológica) são considerados variáveis-chave nos sistemas e instrumentos de gestão territorial. Além de condicionantes do ordenamento do território e urbanismo na medida em que neste se estabelecem as medidas indispensáveis à proteção e valorização do mesmo e, em princípio, acautelam o uso dos espaços envolventes, são igualmente uma das componentes essenciais da estruturação da imagem dos territórios (Santana, 1995), e podem ser usados como referências de memória e indicações de identidade das comunidades, bem como definem uma matriz de especificidade e um potencial de qualidade e qualificação dos territórios, preocupações também recentemente assumidas no planeamento urbano português (Craveiro, 1999).

Devem, assim, assumir igualmente relevância estratégica na formulação de planos e políticas de desenvolvimento e na tomada de decisões sobre o ordenamento do território (com

alcance superior a uma certa perspectiva reducionista e insular do património), e permitam-me a veleidade de pensar que a gestão deste recurso de certa forma limitado é um dos grandes desafios de um certo entendimento de sustentabilidade alicerçada na forte preocupação em conciliar ambiente e economia, mediante uma utilização equilibrada de recursos, e numa ótica de solidariedade com as gerações futuras, às quais pretendemos legar um ambiente natural e construído mais rico, diversificado e qualificado do que o atual e que parece fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos atuais (que envolve os níveis de bem estar individual, familiar e social, incluindo aspetos psicológicos, culturais e históricos que se prendem com a identidade e o sentimento de pertença), ao mesmo tempo que é necessário promover a sensibilização e participação dos cidadãos nas decisões e melhorar a qualidade do relacionamento institucional – é a chamada eficiência institucional, que engloba as boas formas de relacionamento entre governantes, burocracias, máquinas empresariais e cidadãos (Roseta, 1999).

A significativa e crescente importância e preocupação que desperta o património rural explica-se mais pelo seu valor social e cultural do que pela sua importância económica.

A conservação do património rural tem origem na Europa, na segunda metade de oitocentos, sobretudo em áreas onde o modo de vida rural foi mais afetado pelo êxodo rural e pela Revolução Industrial (Dewailly, 1998).

Quanto às funções, a funcionalidade económica ganhou realce após a II Guerra Mundial, quando o espaço rural mais se decompunha e, ao mesmo tempo, perdia diversidade, por avanço da agricultura produtivista, e quando se desenvolve o grande movimento do turismo de massas na Europa. Nos anos 70 acrescenta-se a preocupação/motivação ambiental, sobretudo no que respeita ao turismo rural.

As perspetivas iniciais, centradas numa atitude monumentalista de contemplação de marcas históricas e etnográficas, deram lugar ao entendimento do valor dos conjuntos (envolvências) e das redes, e das formas ativas de participação das populações, instituições e atores.

Partindo da definição de ecomuseu de Georges Henri Rivière, o inspirador desta corrente: “C’est un miroir où une population se regarde pour s’y reconnaître, où elle cherche l’explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l’y ont précédée dans la discontinuité ou la continuité des générations; un miroir que cette population tend à ses hôtes, pour s’en faire mieux comprendre, dans le respect de son travail, de ses comportements, de son intimité...C’est une expression de l’homme et de la nature...” (Amirou, 2000), parece-nos de salientar: a ideia de mostra e defesa da cultura local e das

tradições sob uma perspectiva de valorização e não de simples conservação, pois o património cultural tem um valor de antiguidade, mas tem também um valor de continuidade; a valorização dos objetos, não pelo seu valor estético, mas sim enquanto documento etnográfico e de testemunho da história social e humana; a importância do contexto simbólico dos objetos; a importância das identidades locais e da autenticidade dos lugares e das tradições.

As reflexões e os trabalhos de George Henri Rivière, nas primeiras décadas deste século, ilustram a ideia clara de um museu que mostrasse não apenas as obras de arte mas as relações entre as sociedades humanas que as produzem e o meio que as rodeia (Pessoa, 1985).

Nasceu pois uma nova conceção museológica e museográfica em que o visitante penetra, de uma maneira ativa e participativa, nas formas de vida do espaço representado.

A diferença essencial para os museus tradicionais é que o ecomuseu em princípio não se confina a um edifício, antes espalha-se pelo território para em contexto próprio explicar a vida e a essência dos seus eixos estruturantes.

Por isso, o ecomuseu é entendido não como um edifício mas sim como uma rede de edifícios, com animação cultural, mas também com visita a células ativas (como fábricas artesanais de queijo, de tapeçarias, por exemplo); não como um simples inventário museológico, mas sim como uma rede articulada de comunidades, de territórios dotados de particularidades próprias, mas colaborando todos para a construção de uma mesma identidade cultural.

Varine (2000) advoga que o ecomuseu não busca a eficácia técnica institucional, mas o desenvolvimento de uma consciência comunitária.

O conceito de ecomuseu está sempre em evolução (Pessoa, op. cit.). Deve ser um museu do tempo (conhecer a História do território) e dos espaços (o território atual, com percursos temáticos) e integrar atividades de dinamização da cultura local, no sentido de dignificação das populações locais.

A ideia de conservação não pode ser estática, criando reservas e proibindo, mas sim dinâmica, ordenando o uso dos espaços.

Os estatutos de conservação e proteção da natureza, do património natural e cultural, enfim da paisagem, além de instrumentos de ordenamento, conservação e desenvolvimento, devem também constituir meios de divulgação dos valores ecológicos e excelentes formas pedagógicas de motivar a consciência coletiva para a problemática da sustentabilidade do desenvolvimento

Na Europa são hoje muitos os espaços que enformam este conceito. A título de exemplo, podemos referir o Ecomuseu da Alsácia e o Ecomuseu de Valls d'Àneu.

Em Portugal, o Ecomuseu Rural das Serras do Algarve, o Ecomuseu Municipal do Seixal e o Ecomuseu do Zêzere, entre outros, são expressão deste “novo” paradigma.

4. A Serra da Lousã: da percepção das dinâmicas territoriais aos “desafios” e iniciativas de desenvolvimento sustentável

Em Portugal as imagens contrastadas da ocupação e organização do território repartem-se entre as polarizações territoriais e as centralidades reforçadas pelas políticas públicas, e os territórios perdedores, quase sempre com posição excêntrica e marginal (Jacinto, 1998), como é o caso de vastas áreas do interior do país, que durante muitos anos perderam efetivos pelos movimentos migratórios e pelo saldo natural negativo, e o efeito cumulativo dessas perdas causou considerável rutura nas estruturas demográficas e sociais (Cravidão et al., 1998), tendência que nos últimos anos não foi possível travar e muito menos redirecionar (Fonseca e Cavaco, 1997).

A Serra da Lousã, no seio do Pinhal Interior Norte (Centro de Portugal), é um espelho dessas trajetórias e imagens contrastadas de desenvolvimento.

A NUT III Pinhal Interior é uma subregião heterogénea, marcada pela diversidade dos traços fisiográficos e geohumanos. De uma forma simplificada, parece-nos possível identificar pelo menos dois conjuntos com características diferenciadas.

No setor setentrional-ocidental, por entre áreas aplanadas ou suavemente onduladas mas sempre de pequena altitude, localizam-se os lugares de topo da hierarquia do povoamento sub-regional, que coincidem com as sedes dos concelhos mais dinâmicos, a saber: Lousã, Oliveira do Hospital, Arganil, Miranda do Corvo, Ansião.

A capital regional, a cidade de Coimbra (polo estruturante de um sistema urbano com mais de 300 mil habitantes), interfere de forma mais ou menos significativa na alteração das suas estruturas demográficas, económicas e sociais.

O setor meridional-oriental, essencialmente montanhoso, dominado pelos recortes cenográficos das serras da Lousã, Caveiras, Açor, Médio Zêzere e Cristas Quartzíticas, com reduzidas densidades populacionais (entre 11 hab./km², em Pampilhosa da Serra, e 56 hab./km², em Castanheira de Pera), é um espaço repulsivo profundamente marcado pelo efeito cumulativo de vários problemas: orografia acidentada; reduzidas acessibilidades viárias (baixas densidades e medíocre qualidade das vias de comunicação) e também a diversos serviços e equipamentos; fragilidades que decorrem da base produtiva; baixa densidade de estruturas organizativas formais; fragilidade da estrutura de povoamento (dominada por

pequenos lugares) e da rede urbana (de baixo nível hierárquico); decréscimo demográfico acentuado; forte despovoamento rural e abandono da montanha; envelhecimento da população; degradação progressiva da floresta (do carvalhal e dos soutos ao pinhal, ao eucaliptal, às formações do tipo matos e às áreas desérticas); elevada sensibilidade ao risco de incêndio florestal; propriedade fundiária dispersa, descontínua e de pequena dimensão; elevado absentismo dos proprietários; subaproveitamento dos recursos naturais: hídricos, florestais, eólicos e paisagísticos. As orientações da União Europeia para o mundo rural revelam importantes ruturas com a história recente da Política Agrícola Comum, em resultado das perspetivas ambientalistas e territorialistas de promoção do desenvolvimento, designadamente a emergência da dimensão multifuncional da agricultura e dos espaços rurais, o reconhecimento da especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e a adoção dos conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria.

Trata-se de um espaço que corre o risco de vir a ser marginalizado e excluído das dinâmicas de transformação da região, onde o desenvolvimento não pode deixar de considerar o voluntarismo público (Batista, 1999).

A análise aprofundada das mudanças e dos dinamismos territoriais recentes é fundamental para identificar e interpretar as dimensões locais dos processos de mudança, diferenciados e com dinamismos e velocidades variáveis, e para alicerçar as estratégias de intervenção local, diferenciadas conforme a especificidade dos problemas e dos territórios.

Nos territórios encravados na montanha, na amplitude extrema definida pelos níveis locais de abandono e de afastamento dos principais eixos de circulação e das cidades e vilas mais dinâmicas, as linhas estratégicas de intervenção devem considerar: a criação de emprego e a qualificação profissional dos ativos; a reestruturação do sistema de povoamento e da rede urbana, no sentido de configurar pequenos sistemas/eixos urbanos territoriais viáveis; o fomento da cooperação e coordenação entre os atores públicos e privados; a definição de uma base de pluriatividade, multifuncionalidade e de plurirrendimento; a promoção das artes e ofícios tradicionais; a valorização dos produtos genuínos (com indicação de proveniência e certificado de qualidade); o incremento científico da fileira florestal, com preocupações ambientais e sociais; a proteção, conservação e valorização do património natural e cultural (no amplo espectro das dimensões etnográfica, arquitetónica e arqueológica); lançamento de infraestruturas básicas e equipamentos adequados a uma boa qualidade de vida e ao acolhimento dos visitantes (Cavaco, 1996).

No caso das sedes concelhias, mormente as de maior dinamismo urbano (como é o caso da vila da Lousã), é fundamental que o ritmo de crescimento dos últimos anos seja

enquadrado numa estratégia clara e inequívoca de desenvolvimento sustentável, alicerçada na capacidade de oferta local de emprego e na fixação da população, tendo presente as diretrizes nucleares do moderno planeamento urbano e a importância da imagem urbana, da qualidade urbanística e da qualificação ambiental, e das acessibilidades, consideradas como fatores de bloqueio da organização e da qualificação do sistema urbano (CCRC, 1999-B).

A Serra da Lousã (Figura 1) reparte-se pelos municípios de Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, que ocupa de forma parcial, exceto este último onde se desenvolve totalmente.

A matriz das freguesias serranas integra o Coentral, Castanheira de Pera, Campelo e Álvares; nas freguesias de Vila Nova, Espinhal, Aguda, Lousã e Góis, a serra ocupa pelo menos metade das suas áreas.

A expressão demográfica global, aferida no âmbito administrativo dos concelhos, assinala cerca de 55000 habitantes em 1991, dos quais menos de 15% animam os povoados serranos. As densidades populacionais repartem-se no intervalo de variação 18 hab./km² (Góis) - 103 hab./km² (Lousã), em 1999.

Desde 1940 ou 1950 (ou mesmo desde o alvor da centúria), a redução dos efetivos populacionais é uma constante, problema que se acelera e consolida desde os anos 60 (Cravidão e Lourenço, 1994); no conjunto o decréscimo foi de um terço. Góis, Penela e Pedrógão Grande perderam, no período 1960-1999, cerca de metade da população residente.

Ao nível das freguesias, Coentral, Campelo e Espinhal iniciaram o decréscimo populacional em 1911, e desde então perderam 70% da população, como aconteceu em Álvares no período 1940-1999.

É a estrutura do despovoamento da montanha, a recomposição da rede dos lugares viáveis, sem determinismo demográfico na leitura geográfica, mas com preocupações na ótica da qualidade de vida dos serranos. A estrutura demográfica é marcada pelo envelhecimento acelerado da população e também por um desequilíbrio na composição da população por sexos, resultado da intensa mobilidade espacial, interna (especialmente para Lisboa) e externa (das Américas aos países da Europa Ocidental), que envolve a população ativa mais jovem. O desequilíbrio entre jovens e idosos é mais preocupante em Góis, Pedrógão Grande e Penela.

Os núcleos de povoamento mais importantes coincidem com as vilas, sede dos concelhos mais dinâmicos: Lousã (4865 habitantes) e Miranda do Corvo (2976 habitantes), na periferia ocidental da serra.

Na serra, o povoamento e a população são mais significativos no setor meridional; a vila de Castanheira de Pera (1401 habitantes, em 1991), no topo de uma lista de quase 50 pequenos lugares, na amplitude demográfica definida da existência mínima até menos de três centenas de habitantes.

À semelhança do que sucede em outras áreas do país também aqui se verifica uma progressiva terciarização da população, embora de nível inferior, ligado frequentemente ao comércio e serviços conectados com empresas locais, e também com alguma relação à atividade de natureza social - saúde, educação e cultura (Cravidão, op. cit.). No conjunto da população ativa, a agricultura/silvicultura, têm vindo a perder progressivamente importância.

Estas características territoriais deixam antever o posicionamento periférico da Serra da Lousã no quadro viário regional e nacional. O interior da serra é marcado pela rede viária secundária: estradas nacionais, municipais e florestais.

As aldeias serranas da Lousã formaram um grupo com identidade própria que tinha como espaço produtor a própria Serra (Osório et al., 1989). Resultaram primeiramente da ocupação sazonal pelos pastores (pelo menos desde o século XV), à qual se seguiu a fixação da população durante o século XVI (Carvalho, 1999).

Aproveitando o desenvolvimento de rechãs e a proximidade de vales, todas as aldeias serranas testemunham, pela tipologia, pela estrutura das habitações, pelo material de construção, e pela dimensão que apresentam, a precária economia agropastoril que dominava toda a Serra (Cravidão, 1989).

O crescimento (natural) da população, que ocorreu do final de oitocentos até meados do século XX (Quadro 1), não foi acompanhado de um aumento da produção e dos rendimentos, o que obrigou a um progressiva mobilidade populacional (Monteiro, 1985) e, afinal, anunciou o declínio irreversível dos povoados serranos.

Dos 804 habitantes recenseados nas aldeias do coração da Serra, em 1940, metade abandonaram-na até 1960, e em 1991 residiam nos povoados serranos 46 habitantes, dos quais 22 no Candal (junto à estrada asfaltada da serra). Bemposta (1970), Franco e Silveiras (1981) são hoje “rostos de pedra” em acelerada ruína.

Quadro 1. Evolução populacional das aldeias serranas da Lousã (1885-1991)

ALDEIAS	1885	1911	1940	1960	1970	1981	1991
CANDAL	112	129	201	100	72	19	22
CASAL NOVO	65	58	79	43	32	0	0
CATARREDOR	69	109	120	67	23	2	5
CERDEIRA	70	75	79	51	18	0	8
CHIQUEIRO	23	11	45	26	12	4	4
TALASNAL	74	129	135	90	59	2	0
VAQUEIRINHO	29	43	46	29	20	0	7
SILVEIRAS	105	108	99	41	22	0	0
V. PEREIRA DA SERRA	8	21	22	15	0	0	0
VALE DE NOGUEIRA	211	184	200	144	89	92	67
BEMPOSTA	32	37	9	5	0	0	0
FRANCO	45	51	59	30	9	0	0
TOTAL	843	955	1094	641	356	119	113
LOUSÃ (CONCELHO)	10868	12358	14367	13900	12161	13020	13447
ALDEIAS/LOUSÃ (%)	7,76	7,73	7,61	4,61	2,93	0,91	0,84

Legenda:

-  - Freguesia da Lousã
-  - Freguesia de Serpins
-  - Freguesia de Vilarinho

Fontes:

Censo da População, 1911, INE.

Recenseamentos da População: 1940, 1960, 1970, 1981 e 1991, INE.

Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra, 1885.

A residência secundária, responsável pela reabilitação de três povoados serranos, (Casal Novo e Talasnal, e parcialmente o Candal) é um exemplo interessante de como um fenómeno turístico (animado por população urbana) pode contribuir para reutilizar o espaço rural, salvaguardando o meio e o espaço cultural e dar um contributo importante no desenvolvimento da economia local (Cravidão, op. cit.).

Vaqueirinho e Catarredor foram ocupadas pelos “amantes da natureza” (ou “desiludidos da civilização”), população oriunda de países da Europa Ocidental mas também portugueses em fuga dos ambientes urbanos, que aí praticam agricultura (biológica), criação de gado, artesanato, sob uma certa forma de isolamento.

Entretanto outros valores e funcionalidades renovaram os interesses do espaço rural de montanha: prática de desportos aventura motorizados (do tipo todo-o-terreno, incluindo provas do calendário mundial); atletismo e ciclismo de montanha; parapente; rede de percursos de descoberta da natureza e património cultural com apoio logístico no interior da serra.

5. O Ecomuseu da Serra da Lousã

O projeto “Ecomuseu da Serra da Lousã”, idealizado pela Câmara Municipal da Lousã, foi lançado no final de 2000.

Na essência pretende constituir uma rede articulada de espaços com particularidades próprias, contribuindo todos para a construção de uma mesma identidade cultural – a Serra da Lousã.

“Caberá ao ecomuseu assegurar de forma permanente e continuada, no território em que se define o concelho da Lousã e na perspetiva do seu desenvolvimento, com a participação da população, as funções de investigação, conservação, valorização do património e desenvolvimento local” (CML, 2000).

Os objetivos gerais orientadores do projeto são:

- Promover a valorização do património concelhio, nas suas diversas vertentes.
- Promover a valorização das práticas do Mundo Rural, contribuindo para a sua revitalização.
- Contribuir para o desenvolvimento da investigação no âmbito do património da Serra da Lousã.
- Promover o desenvolvimento local sustentado (CML, op. cit.).

As linhas de ação para o desenvolvimento do projeto alicerçam-se no estabelecimento de uma rede sustentada de parcerias, com entidades públicas e associações locais.

Pensa o município da Lousã, desta forma, contribuir para o reforço da imagem da Serra, enquanto sistema rural vivo, pluriactivo e diversificado, e promover uma melhoria das condições de vida das populações, mobilizadas em torno da valorização dos seus próprios recursos naturais e culturais, considerados de elevado potencial.

As linhas estratégicas de inspiração e orientação apontam as características de um espaço aberto e vivo, com uma estrutura polinucleada e com funcionamento descentralizado e articulado, a saber:

- Núcleo Sede, que funcionará em edifício a recuperar na Rua Miguel Bombarda, no coração do Centro Histórico da Lousã.

- Núcleo de Gastronomia e Doçaria Regional – Lagar “Mirita Sales”, na Sarnadinha.
- Aldeias de Xisto, conjunto definido pelas aldeias serranas da Lousã.
- Núcleo de Pintura Serrana, a instalar na antiga casa-atelier do pintor Carlos Reis, recentemente adquirida pela autarquia com vista à total reabilitação, onde será integrado o espólio do insigne mestre da escola naturalista, entusiasta e divulgador da paisagem (terra e gentes) lousanenses, assim como o grande e variado espólio de pintura “Naif” e de outros géneros pertencentes à autarquia. Neste espaço funcionarão também “ateliers”, onde as pessoas poderão praticar esta arte, tornando-se assim um local de acontecimentos e de experimentação.
- Núcleo de Investigação que funcionará num edifício, adquirido pela Autarquia, na Rua Dr. Pires de Carvalho; aí poderão funcionar espaços de investigação sobre a Serra, por protocolo com universidades e institutos ligados a estas temáticas, espaços de experimentação/Ciência Viva na área do papel e do livro – área com forte tradição cultural no concelho, bem como espaços de formação.
- Fornos de Telha e Cal, património construído de valor arqueológico industrial, com iniciativas repartidas entre a recuperação de uma unidade em Foz de Arouce e o aproveitamento para divulgação e promoção de um outro (propriedade particular) localizado no setor Arneiro-Buçaqueiro, área com tradição secular nesta atividade.
- Moinhos de Água; na senda dos anteriores, prevê-se a recuperação de alguns moinhos existentes na Ribeira de S. João e que são propriedade da autarquia, e pretende-se efetuar um levantamento de outros existentes nas várias freguesias, com o objetivo de programar intervenções.
- Núcleo do Candal, composto por um edifício já recuperado (com o apoio do LEADER-ELOZ), e por um lagar de azeite recuperado, propriedade do médico e etnólogo Manuel Louzã Henriques, localizados à beira da estrada da Serra (Lousã-Castanheira de Pera).

As atividades a desenvolver e as intervenções estendem-se a outras áreas, nomeadamente:

- Criação de circuitos pedestres temáticos.
- Estabelecimento de protocolos de parceria ao nível nacional e da comunidade europeia com ecomuseus similares, para intercâmbio de experiências e “know how”.
- Estudo da antiga “Estrada Real” existente no concelho e análise das formas de intervenção.

– Edição de publicações que resultem de investigação sobre o património da Serra da Lousã.

– Promoção de produtos típicos da Serra da Lousã (Idem, ibidem).

O desenvolvimento deste Projeto, com custo total estimado de 325 mil contos (cerca de 1.625.000 Euros), será faseado e as iniciativas decorrerão segundo a calendarização esquematizada no Quadro 2.

Para sua implementação é essencial uma equipa técnica multidisciplinar (a tempo inteiro), a quem caberá a definição das grandes questões de funcionamento da iniciativa, bem como a implementação e acompanhamento do mesmo. É condição básica para o sucesso da iniciativa. Mas não só!

Reconhecemos o interesse, o significado (na ótica da qualificação do território), o valor (que não deixa de constituir igualmente um avultado investimento financeiro, de base municipal mas certamente com cofinanciamento público através do Programa Operacional da Região Centro-2000/2006) e a inovação deste projeto (o campo da investigação é disso excelente exemplo), e por isso entendemos pertinente questionar também a abrangência territorial deste tipo de iniciativa – no caso em análise confinada aos limites administrativos do município.

A indústria tradicional do barro vermelho de Miranda do Corvo, ainda uma espécie de museu vivo de uma arte secular, o potencial museológico da indústria têxtil de lanifícios de Castanheira de Pera, da indústria papeleira em Lousã e Góis, e até talvez a extração mineira que animou Góis e o Vale do Ceira, a riqueza patrimonial (ao nível dos moinhos e lagares hidráulicos) e paisagística/ambiental das ribeiras de Alge e Pera, o valor patrimonial, simbólico e cultural dos poços de neve, capela e terreiro do Santo António da Neve (que ultrapassa largamente as fronteiras do enquadramento administrativo), as piscinas fluviais e as barragens da Loucaínha (Espinhal-Penela), a sinfonia aquática das ribeiras da Pena e das Quelhas (Carvalho e Amaro, 1996), a imponência das poderosas bancadas quartzíticas elevadas a mais de mil metros de altitude nos Penedos de Góis ou a forma espetacular (canhão epigénico) que assumem na Senhora da Candosa, o contraste arquitetónico entre os granitos trabalhados no casario do Coentral e os xistos acastelados nas pequenas casas do Gondramaz, enfim são outros, entre tantos outros, “centros” patrimoniais repartidos pela Serra da Lousã, quais linhas representativas de valores próprios que merecem ser valorizados e conectados através de indispensáveis itinerários de reconhecimento e divulgação.

Quadro 2. Calendarização e síntese do “Ecomuseu da Serra da Lousã”

Fases	Iniciativas/Intervenções	Execução temporal	Custos
1ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Estabelecimento de Protocolos de Parceria * Recuperação e adaptação do edifício do Núcleo Sede * Implementação do Núcleo de Gastronomia e Doçaria Regional * Núcleo do Candal - Aquisição de equipamento 	<p>4º Trimestre de 2000</p> <p>e</p> <p>1º Trimestre de 2001</p>	125 mil contos
2ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Intervenção nas Aldeias de Xisto * Recuperação e adaptação do edifício do Núcleo de Pintura Serrana * Promoção de Produtos Típicos 	<p>2º Semestre de 2001</p> <p>a</p> <p>2º Semestre de 2002</p>	125 mil contos
3ª Fase	<ul style="list-style-type: none"> * Recuperação e implementação do Edifício para Núcleo de Investigação * Fornos de Cal * Moinhos de Água * Circuitos pedestres temáticos * Estudo - "Estrada Real" * Edição de Publicações 	<p>2º Semestre de 2002</p> <p>até final</p> <p>De 2003</p>	75 mil contos

Fonte: *Ecomuseu da Serra da Lousã*, C.M. Lousã, 2000.

Não será esta uma outra perspetiva válida (e possível) para o “Ecomuseu da Serra da Lousã”?

O intercâmbio de ideias e a partilha de experiências e projetos, numa base de sólido apoio técnico inter e transdisciplinar, afigura-se como caminho a percorrer para quebrar antigas barreiras e negar um certo determinismo histórico de isolamento e, acima de tudo, escrever um novo capítulo na relação que se pretende estreita entre as populações e os territórios da Serra da Lousã, com páginas ilustradas de complementaridade, cooperação e solidariedade, longe dos localismos e de certas perspetivas reducionistas de interesse e alcance paroquial.

6. Notas finais

Os novos valores e paradigmas do ordenamento do território e do desenvolvimento afirmam a participação dos atores e da população em geral, a contextualização das políticas, as novas formas da governação local (Silva, 1999), as redes de cooperação e solidariedade, aceitando-se que cada território deve seguir o seu próprio caminho, sem imposição e reprodução de um modelo único imposto do topo para a base.

A qualificação dos territórios, a imagem e qualidade ambiental, enfim os recursos patrimoniais e a sua organização e valorização, desempenharão um papel decisivo na afirmação dos territórios e na dimensão do exercício da cidadania.

O projeto “Ecomuseu da Serra da Lousã”, apresentado pela Câmara Municipal da Lousã, inscreve-se neste quadro teórico e resulta da necessidade de constituir uma rede coerente de estruturas e de acontecimentos notáveis, de recursos, tanto na perspetiva cultural como ambiental, onde os vários exemplos de equipamentos culturais, serviços públicos e espaços museológicos, locais e percursos de qualidade ambiental já existentes ou a constituir, possam ser articulados entre si.

Esta interessante proposta leva-nos a pensar o interesse e ambição regional de uma outra iniciativa desta natureza capaz de articular e integrar, numa rede coerente e dinâmica, ações e/ou propostas de intervenção de cada um dos agentes de desenvolvimento com incidência local mormente no âmbito da valorização dos recursos patrimoniais (no amplo espectro das dimensões natural e cultural), com o objetivo de racionalizar os recursos financeiros envolvidos, conciliar as vertentes económica, social, cultural e ambiental, reforçar a imagem e a identidade do território, afirmar a atividade turística sustentável e melhorar as condições de vida da população serrana.

Assim nasceria um outro “Ecomuseu da Serra da Lousã”, que seria mais do que a soma das partes (neste caso da parte: o “Ecomuseu da Lousã”, e outros que, entretanto, venham a ser lançados).

Estaremos perante um grande desafio ou, talvez, uma gigantesca utopia?

Referências Bibliográficas

AMARO, R. (1996): “O desenvolvimento local - um caminho para a sociedade providência?”. *Atas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*. Coimbra, IEG.FLUC.

AMIROU, R. (2000): *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris. PUF.

- BATISTA, A. J. M. (1999): *Políticas para o desenvolvimento do Interior. Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Série Estudos 2. Coimbra, CCRC.
- BARROS, V. C. (1998): “Desenvolvimento rural na última década”. *A Rede Para o Desenvolvimento Local*, Ed. Esp. (Dez Anos de Desenvolvimento Local em Portugal). Faro. Associação IN LOCO, 9-13.
- CARVALHO, A. e AMARO, P. (1996): *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã*. Porto, Quercus.
- CARVALHO, P. (1999): *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã.
- CARVALHO, P. e FERNANDES, J. L. (2001): “Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)”. In CAETANO, L. (coord.): *Território e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, IEG/FLUC, 241-271.
- CAVACO, C. (1996): “Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia”. *Atas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra, IEG/FLUC, 333-355.
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ (2000): *Ecomuseu da Serra da Lousã*. (Caderno policopiado).
- CRAVEIRO, M. T. (1999): “Desenvolvimento do plano integrado de qualidade ambiental de Lisboa – Agenda Local 21”. *Urbanismo*. Lisboa, 3, 24-29.
- CRAVIDÃO, F. (1989): *Residência secundária e espaço rural. Duas Aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*. Coleção Estudos nº 10. Coimbra, FLUC.
- CRAVIDÃO, F. e LOURENÇO, L. (1994): “Cordilheira Central”. *Livro-Guia das Excursões do II Congresso da Geografia Portuguesa*. APG. Coimbra, p. 37-62.
- CRAVIDÃO, F. et al. (1998): “Regional perceptions of marginality : a view from southern Europe”. In JUSSILA, H. Et al. (orgs): *Perceptions of Marginality (...)*. Ashgate, Aldershot, 147-163.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1999-A): *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra, CCRC.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1999-B): *Uma região qualificada, ativa e solidária – visão sobre a Região Centro para a próxima década*. Série Estudos Regionais nº 5. Coimbra, CCRC.
- DEWAILLY, J. M. (1998): “Images of heritage in rural regions”. In BUTLER, R. et al, (eds.): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons.
- FERNANDES, J. L. e CARVALHO, P. (1998): “Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the luso-spanish borders (a study of Elvas)”. *Book of Abstracts of the Second International Conference Urban Development: A Challenge for Frontier Regions*. Beer Sheva (Israel), University of Negev.
- GEOIDEIA/IESE (1999): *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II. Relatório Final*. Lisboa.

JACINTO, R. (1998): “A Região Centro e a recomposição da sua geografia: ensaio para uma leitura dos territórios e a interpretação das suas dinâmicas”. *Cadernos de Geografia* (Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira). Coimbra, 17, 315-321.

JORDÃO, N. (1998): “LEADER II, uma iniciativa comunitária”. *LEADER II-Semear desenvolvimento, colher futuro*. Suplemento do jornal Público, nº 2962, 24/04/1998, 4.

MONTEIRO, P. (1985): *Terra que já foi Terra. Análise sociológica de nove lugares agropastoris da Serra da Lousã*. Coleção Tempos Modernos. Lisboa, Edições Salamandra.

OSÓRIO, M. et al. (1989): “Aldeias da Serra da Lousã”. *Arunce*. Lousã, BML, 2, 39-48.

PESSOA, F. (1985): *Ecologia e território. Regionalização, desenvolvimento e ordenamento do território numa perspetiva ecológica*. Porto, Edições Afrontamento.

ROSETA, H. (1999): “A cidade insustentável ou as quatro condições da sustentabilidade urbana”. *Urbanismo*. Lisboa, 3, 12-22.

SANTANA, P. (1995): “Interpretação da imagem e qualidade ambiental de Barcelos”. *Cadernos de Geografia*. Coimbra, 14, 17-36.

SILVA, C. N. (1999): “Administração autárquica e governance local”. In CAVACO, C. (Coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50. Lisboa, CEG/UL, 69-72.

VARINE, H. (2000): “Teoria do Ecomuseu Comunitário”. *Ciências&Letras*. Revista da Fac. Porto-Alegrense de Educação, 27.

POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Resumo

A população é hoje reconhecida como elemento chave no quadro renovado do desenvolvimento territorial (das teorias às iniciativas de intervenção).

No caso dos espaços rurais periféricos a dinâmica dos últimos anos tem, regra geral, acentuado os processos de abandono e a degradação das estruturas edificadas e das paisagens rurais. Mas, alguns desses territórios são agora organizados e apropriados por populações urbanas que valorizam os elementos da paisagem outrora entendidos como sinal de arcaísmo, retrocesso e atraso de desenvolvimento, em resultado de processos espontâneos ou de linhas estratégicas de orientação e de instrumentos de política regional que enfatizam ações e medidas com o objetivo de requalificar esses territórios e promover as suas potencialidades.

A par da territorialização das políticas públicas, a organização em rede assume também crescente visibilidade como o demonstra o propósito de criar uma “Rede de Aldeias do Xisto” (Cordilheira Central Portuguesa).

1. População e desenvolvimento rural: uma perspetiva territorial

Os processos de reestruturação produtiva e globalização socioeconómica estão associados a importantes transformações que definem uma nova lógica territorial, na qual os distintos âmbitos espaciais procuram ativar os seus recursos para não ficar à margem, ou poder competir com êxito, num mundo cada vez mais interconectado (Porter, 1991, cit. em Pérez, 2002: 456). Por isso começam a revalorizar e a identificar recursos alternativos, generalizando-se cada vez mais a tese de que todo o processo de desenvolvimento requer a utilização imaginativa, racional, equilibrada, dinâmica e sustentável de todos os bens patrimoniais, sejam estes de carácter monetário, humano, físico-ambiental, cultural ou territorial (Pérez, op. cit.).

Isto quer dizer que o território deixa de ser considerado um agente passivo ou mero suporte físico dos processos de desenvolvimento para constituir um agente ativo e dinâmico que contribui, além disso, para gerar vantagens competitivas.

Neste contexto, também marcado pelo incremento da especialização funcional, os espaços rurais dos países desenvolvidos foram obrigados, uma vez que o processo (globalização) é essencialmente exógeno, a abandonar a sua tradicional função de

abastecedores de alimentos para reconverter-se em espaços multifuncionais ao serviço da satisfação das necessidades da população urbana, como principal estratégia para sair da crise em que muitos se encontram mergulhados (Valverde et al., 2002: 182).

Leonor de la Puente Fernández (2002: 234) afirma que “En las últimas décadas, y consubstancial al desarrollo del capitalismo en el sector agrario, en el mundo rural europeo se está profundizando en un doble proceso territorial de signo contrario, iniciado anteriormente, que la Comisión Europea denomina con los términos de concentración, especialización e intensificación por un lado, y de marginalización por outro (...)”. Ainda segundo a geógrafa da Universidade de Santander, os processos de abandono dominam as áreas marginais, e são acompanhados da destruição de infraestruturas, do património, da paisagem, enfim, de investimentos acumulados que todavia poderiam contribuir para a formação de riqueza no mundo rural mediante a sua reutilização em outras iniciativas socioeconómicas. Por outro lado, os espaços marginais são cada vez mais procurados por uma população urbana em busca de natureza, cuja presença, cada vez mais intensa, acelera o processo de destruição dos elementos diferenciadores e originais, e gera necessidades de equipamentos e serviços cuja exigência se reclama ao setor público e, em definitivo, à sociedade em geral.

Esta perceção territorial teve reflexo na Política Agrícola Comum fundamentalmente a partir da consideração do desenvolvimento rural como o segundo pilar da PAC, quer dizer, entendendo a agricultura como elemento chave para o (novo) desenvolvimento rural. O discurso territorial repercute-se na nova forma de entender a agricultura (e o mundo rural): de uma agricultura produtivista, orientada por critérios meramente económicos (crescimento dos rendimentos, formação de economias de escala, competitividade das explorações, liberalização dos mercados) para uma agricultura multifuncional, termo que indica que, além de abastecer de produtos agrícolas, “a agricultura produz bens públicos (cria natureza e paisagem, preserva o ambiente e facilita a gestão do território), pelos quais o cidadão contribuinte deverá pagar” (Férrandez, op. cit., 233).

Isto significa que a nova política para o mundo rural deve ser orientada para o desenvolvimento rural integrado, unindo a dimensão socio-rural e ambiental, assumindo que é necessária a diversificação das atividades produtivas nos espaços rurais, e determinando novos objetivos para a agricultura em função da perspectiva de ordenamento dos espaços rurais (Carrasco, 2000: 177). De igual modo há importantes modificações no plano social e cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao meio rural e, de forma paralela, a revalorização dos modos de vida e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a necessidade de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior

procura de natureza e “espaços naturais” por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países mais desenvolvidos.

Assim, nos últimos anos, nas áreas rurais abriu-se caminho a diferentes opções de desenvolvimento, dando lugar a uma nova articulação territorial entre áreas rurais, e entre estas e o espaço urbano. Para as áreas mais deprimidas favoreceu-se uma nova lógica, não de crescimento sectorial agrícola mas de desenvolvimento rural: a pluriatividade é a via que se impõe como solução para a crise agrícola, e uma das principais opções de desenvolvimento é o turismo rural (Carrasco, op. cit., 182).

Trata-se de um modelo emergente, em consequência de mudanças culturais e sociais, alicerçado numa diversificação da oferta turística, ao contrário do (seu antecessor) turismo costeiro, de sol e praia, massificado e capaz de gerar fluxos realmente extraordinários de visitantes. Como reflexo da crescente variedade de estilos de vida, o turista mais culto deixou de ser um objeto dirigido pela oferta, manipulado pela propaganda, para alcançar uma maturidade na eleição mais seletiva do espaço de destino e do tipo de oferta. Tem recebido o mais alto interesse por parte das entidades políticas (nacionais, regionais e locais) que em certos casos legislaram sobre o seu desenvolvimento e controlo e é objeto de importantes investimentos (por exemplo os projetos apoiados pelo LEADER), com o objetivo de orientar a diversificação produtiva dos meios rurais tradicionais, com o incremento de uma atividade turística, que pode basear-se na qualidade natural (é o caso da promoção de espaços naturais protegidos), ou os valores culturais do seu património, ou na sua potencialidade como uso recreativo e desportivo. A diversidade de termos como turismo rural, agroturismo, turismo de natureza, ecoturismo, sugerem fórmulas diferentes, que originam transformações espaciais e implicações variadas nas estruturas sociais (Manrique, 2000: 43).

A avaliação da transformação territorial (e da paisagem) que decorre do progressivo desenvolvimento de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, leva a considerar a existência (ou não) de políticas urbanas e turísticas consistentes durante o processo de criação do espaço turístico, afinal uma das causas fundamentais de certas discontinuidades e problemas. Por isso o “êxito” social da atividade em termos de conservação e valorização da paisagem não pode desvincular-se de medidas concretas derivadas da intervenção pública, nomeadamente planos de intervenção ancorados a matrizes físicas (de ordenamento) e suportes financeiros essenciais para impulsionar e consolidar a execução das medidas.

Mas este caminho (de revitalização económica e social) que se define para o desenvolvimento dos territórios rurais, coloca em evidência o papel estrutural de um outro

pilar, a população, considerada segundo uma dupla perspectiva: a população residente que exerce um papel inquestionável ao manter, preservar e valorizar a paisagem, e todos aqueles que passam aí algum do seu tempo livre, sobretudo aquelas situações de criação de vínculos e produção de impactos territoriais mais visíveis.

2. Dos lugares às redes: perspectivas inovadoras de valorização e desenvolvimento

“Rotas, circuitos, itinerários, convocando sítios e lugares, desenhados em diferentes contextos e escalas espaciais, ancorados ao património, assumem importância crescente na construção de novos caminhos de desenvolvimento” (Carvalho, 2005: 182).

Independentemente do contexto de análise (científico, empresarial, militar), a ideia de formular propostas compatíveis com uma estrutura em “rede” ganha expressão nos últimos anos.

No seio de uma dada organização funcional e territorial, a “rede” convoca temas ou ligações como o património (na amplitude das dimensões natural e cultural), os museus, acontecimentos históricos, entre outros. Por isso os “nós” são conotados com unidades museológicas, sítios, territórios, lugares – para referir apenas alguns exemplos (Carvalho, 2003)

Portanto o que está em causa é a integração de bens, sítios e estruturas em projetos e iniciativas com fio condutor e vínculos entre eles, no sentido de dar (ou melhorar a) visibilidade aos elementos de diferenciação, identidade e memória dos territórios.

É neste quadro de ideias que emerge o propósito de estruturar uma rede de lugares nas serras de xisto do Centro de Portugal.

Através do Programa Operacional (PO) da Região Centro (Quadro Comunitário de Apoio III, 2000-2006), definiu-se um novo caminho e uma nova estratégia para o desenvolvimento regional e local. No essencial o PO Centro (integrado no Eixo 4 – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional – do Plano de Desenvolvimento Regional para 2000-2006) estabelece uma estratégia e disponibiliza meios para estruturar o território segundo três eixos prioritários: apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal; ações integradas de base territorial; intervenções da administração central regionalmente desconcentradas, por sua vez estruturados em medidas de apoio ao investimento e nas quais são enquadráveis diversas linhas de ação.

No caso em análise, a medida II.6 “Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER)” é a referência de enquadramento da linha de ação “Infraestruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades” a qual dá suporte ao projeto de

“requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturização com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001: 38).

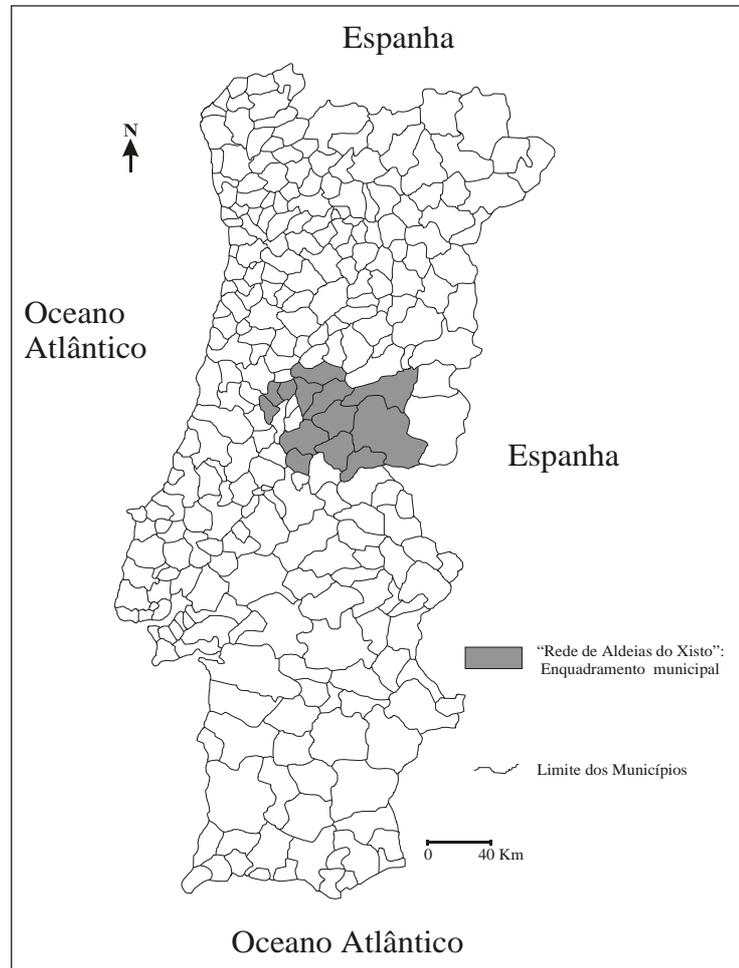
Isto significa que os lugares são agora integrados em redes segundo um plano de desenvolvimento (turístico) integrado de toda a região, do qual também fazem parte as estradas panorâmicas que ligam as aldeias e preveem além de circuitos panorâmicos, parques de lazer e áreas de paragem com leitores de paisagem.

Desde logo foi necessário estabelecer critérios para a configuração da futura rede, através da definição de “exigências” em relação aos lugares com o objetivo de moldar um todo coerente e original: “enquadramento em espaços vincadamente rurais; enquadramento em ambiente de montanha ou média-montanha (dos 500 aos 900 metros de altitude); dominância da arquitetura rural tradicional local, com utilização de materiais construtivos, técnicas de construção, volumetrias, cores e ordenamento do aglomerado, característicos da região; aglomerados que utilizam recursos locais (pedra e madeira) como principal material construtivo; aglomerados não completamente abandonados pelos seus habitantes; aglomerados abandonados pelos seus habitantes, mas reocupados por outros que mantêm as atividades tradicionais; predomínio da primeira habitação; componente de alojamento turístico não representa mais de 25% das residências existentes; enquadramento na rede de percursos global” (CCRC, s/d: 21). De igual modo, ainda segundo a mesma fonte, foram definidas “preferências”: “aglomerados em que o material de construção seja, predominantemente, o xisto e/ou quartzito; desejável existência de imóveis para serviços (ponto de informação, valência museológica, alojamento turístico, venda de produtos locais”.

A “Rede de Aldeias do Xisto” (Figura 3), enquanto expressão e imagem de marca deste projeto, congrega iniciativas em mais de duas dezenas de aldeias serranas (sobretudo na Cordilheira Central), distribuídas por treze concelhos: Arganil, Castelo Branco, Fundão, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Penela, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

Mas, para justificar a escolha e identificar as necessidades específicas de cada intervenção foi necessário que os promotores apresentassem, para cada caso, um Plano de Aldeia, documento ou figura de gestão territorial (centrada em microterritórios, periféricos e com fragilidades económicas, sociais e demográficas) que obedeceu a um conjunto de “etapas metodológicas”: caracterização da área de intervenção; diagnóstico das necessidades; proposta de intervenção e, finalmente, o plano de execução onde as diferentes tipologias de

intervenção são orçamentadas (segundo parâmetros definidos) e relacionadas com o tempo previsto para a intervenção (programa de execução) e com os recursos económicos disponíveis (plano de financiamento).



Elaboração própria

Figura 3. “Rede de Aldeias do Xisto”: enquadramento municipal

A leitura dos “Planos de Aldeia” sugere-nos um breve apontamento de sistematização que pretende evidenciar as assimetrias territoriais, os problemas e as potencialidades da Rede.

Assim, a primeira nota prende-se com a diferenciação dos títulos administrativos dos lugares, que corresponde também a quadros demográficos, económicos e sociais distintos. A estrutura edificada também é muito variável: número de imóveis; estado de conservação; tipologia e características arquitetónicas; tipologia de ocupação. As redes de infraestruturas básicas (água, energia elétrica, saneamento, recolha de lixo) indicam igualmente assimetrias territoriais; contudo, a situação comum mais negativa é a ausência de sistemas de tratamento público de águas residuais domésticas. O investimento total aprovado pela CCRC, cerca de 10

milhões de euros, (53% do investimento total apresentado pelos municípios), segundo as componentes estruturais (imóveis particulares, imóveis públicos, espaços públicos, infraestruturas) reflete também as diferenças anteriormente assinaladas.

Mas a imagem mais singular das aldeias serranas resulta da permanência dos traços da arquitetura vernacular e da envolvimento do casario muito apinhado, com os seus caminhos tortuosos e irregulares (talhados no fraguado telúrico), ladeados de muros de pedra solta, que conduzem às minúsculas parcelas de cultivo, também elas pedindo o auxílio aos muros de pedra para evitar o desmoronamento e o arrastamento do solo para o fundo dos vales; o cenário completa-se com os resquícios da velha floresta caducifolia composta de castanheiros (*Castanea sativa*), carvalhos (*Quercus pirenaica*, *Quercus robur* e *Quercus faginea*) e outras folhosas nobres (como, por exemplo, *Quercus suber* e *Prunus avium*).

Os estatutos de proteção destas paisagens culturais são também diferenciados. Ao nível local, os planos municipais de ordenamento do território dos municípios envolvidos na Rede revelam preocupações distintas: da definição de perímetros urbanos mais alargados (o que significa a intenção técnica e política de permitir mais construção nos lugares, como acontece sobretudo nas antigas vilas e nas aldeias maiores e mais descaracterizadas) ao desenho decalcado do espaço urbano consolidado da aldeia (neste caso o objetivo é impedir novas construções e estimular a reconstrução dos imóveis em mau estado ou em ruína e assim obter unidades de ocupação com áreas (m²) mais ajustadas às necessidades dos novos utilizadores. No plano nacional inscrevem-se as propostas e os processos de classificação do património cultural (em apreciação por parte da instância com competência na matéria), e as decorrências dos sítios nacionais da Rede Natura 2000.

A elaboração dos planos decorreu no seio e sob a responsabilidade técnica de diferentes entidades: equipas multidisciplinares no âmbito da instalação de Gabinetes Técnicos Locais; empresas externas contratadas pelos municípios, com currículo (trabalho realizado) na área do ordenamento do território e urbanismo; Gabinetes de Apoio Técnico (de base intermunicipal).

3. Notas Finais

Os espaços rurais europeus são hoje preocupações centrais no quadro conceptual das novas perspetivas de desenvolvimento.

Reconhecendo as diferenças existentes entre os territórios rurais em razão das suas peculiaridades e recursos próprios e as suas capacidades para usá-los, admite-se que o seu

desenvolvimento social e económico é benéfico para o equilíbrio territorial e por isso esse objetivo deve ser assumido no plano das políticas e materializado no domínio dos instrumentos de gestão e ordenamento, de forma a tornar mais coerentes e eficazes os investimentos em infraestruturas e serviços, destinadas a alcançar esse equilíbrio.

A participação comprometida dos poderes públicos, a territorialização das políticas e das ações de desenvolvimento, e a participação ativa das populações, sugere o reconhecimento desses territórios enquanto testemunhos vivos da história e da cultura rural e “depositários” de património (natural e cultural) imprescindível para as novas formas de vida nos territórios rurais. De igual modo, as sociedades pós-modernas consideram esses valores uma parte substancial do seu património (Riva, 2002).

O propósito de criar a “Rede de Aldeias do Xisto” enquadra-se nesta teia conceptual. Trata-se de uma abordagem integradora alicerçada num conjunto de ações que visam requalificar territórios rurais em declínio, melhorar as condições de vida das populações, elevar a sua autoestima e promover as suas potencialidades originais e excecionais, também como o intuito de estimular a sua integração nos lazeres turísticos designadamente os destinos vinculados às dimensões naturais e culturais.

No caminho aberto pela nova conceção de desenvolvimento (participado, individualizado e contextualizado), revitaliza-se a dimensão territorial das políticas públicas e lançam-se os estímulos e apoios indispensáveis para a redescoberta e reinvenção do rural (e das novas formas de viver a ruralidade) com dignidade e qualidade de vida.

Bibliografia

CARRASCO, J. (2000): “Los lugares y los procesos de globalización”. *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles*. Málaga, CEDMA, 171-186.

CARVALHO, P. (2003): “Património e território: dos lugares às redes”. *Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. Bragança, Escola Superior Agrária de Bragança/Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais/Asociación Española de Economía Agrária, 14 pp.

CARVALHO, P. (2005): “Território e desenvolvimento: novas matrizes em contextos rurais”. In CAETANO, L. (coord.): *Territórios e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 177-191.

CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro 2000/2006*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

CCRC (s/d): *Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – Plano Global de Intervenção*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

FERNÁNDEZ, L. P. (2002): “El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales”. *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural*. Santander, Universidad de Cantabria, 234-242.

MANRIQUE, E. G. (2000): “Los espacios del turismo”. *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles*. Málaga, CEDMA, 41-113.

PÉREZ, R. S. (2002): “Una propuesta tipológica de espacios rurales en el contexto de la globalización”. *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, pp. 456-465.

RIVA, E. R. (2002): “Thoughts about territorial heritage”. *Libro del I Congreso Internacional El Nuevo Pueblo (El futuro de los espacios rurales)*. Santander, Universidad de Cantabria, p. 79.

VALVERDE, F. N. et al. (2002): “Territorios de acción para el desarrollo rural. El caso de la provincia de Granada”. *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural*. Santander, Universidad de Cantabria, Servicio de Publicaciones, 181-190.

O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E O TURISMO CULTURAL NAS NOVAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Resumo

Nos últimos anos a literatura especializada tem sublinhado de forma crescente a ligação do turismo e do património ao mundo rural. Neste contexto de (re)descoberta dos territórios e de valorização social do património (que emerge no âmbito das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade), é relevante analisar a estruturação e avaliar os resultados das novas políticas e instrumentos de intervenção territorializada aplicados ao mundo rural, e ao mesmo tempo perspetivar orientações para o próximo período de programação e execução das políticas públicas.

A metodologia da investigação envolve a análise interpretativa de documentos normativos e orientadores; a leitura de elementos estatísticos e qualitativos atinentes a iniciativas em curso ou concluídas, bem como a realização de inquéritos a diversos atores, relacionados com a aplicação da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Programa Operacional da Região Centro de Portugal, 2000-2006).

Os resultados obtidos sublinham a relevância dos processos de salvaguarda, valorização e ativação do património; prefiguram preocupações em relação aos territórios e às populações, nomeadamente a manutenção da paisagem, a fixação de novos residentes, a dinamização sociocultural, a animação turística e a promoção da imagem dos territórios; e sugerem propostas concretas no âmbito da educação patrimonial.

1. A dimensão territorial na conceptualização e operacionalização do desenvolvimento

A perspetiva territorial configura um elemento central do equilíbrio espacial (Reigado, 2000; Alvergne e Tulelle, 2002) e o território emerge como desafio central da política de desenvolvimento sustentável (Lobo, 1999; Partidário, 1999), sendo este interpretado como preocupação em conciliar sociedade, ambiente e economia (Buttimer, 1998; Troughton, 1999; Bryant, 1999), mediante uma utilização equilibrada de recursos, e numa perspetiva de valorização da diversidade, descentralização (Becker, 2001) e responsabilidade coletiva (Lazarev, 1993), e de solidariedade com as gerações futuras, às quais pretendemos legar um ambiente natural e construído mais rico, diversificado e qualificado do que o atual, fundamental para a melhoria da qualidade de vida – “que envolve os níveis de bem-estar

individual, familiar e social, incluindo aspetos psicológicos, culturais e históricos que se prendem com a identidade e o sentimento de pertença” (Roseta, 1999: 13).

Importa referir que o conceito de sustentabilidade, emergente com a apresentação do relatório “O nosso futuro comum” (também designado de relatório Brundtland), foi adotado pelas Nações Unidas e consagrado pela Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, na Declaração do Rio de Janeiro (1992). Os países participantes acordaram a Agenda 21, estabelecendo um programa de ação internacional para implementar o desenvolvimento sustentável. Cada Governo adotou as recomendações mais relevantes a nível nacional. A tarefa de concretizar este processo foi deixada aos governos locais, uma vez que grande parte dos problemas que impedem a sustentabilidade têm as suas raízes a este nível. Assim nasceu a Agenda Local 21 (Vasconcelos, 2003). Trata-se, pois, de um desafio que visa criar planos de ação local para a sustentabilidade, fortalecendo ao mesmo tempo a cooperação entre as partes envolvidas, pois implica envolvimento alargado da comunidade através de uma atitude participativa.

Assim, o desenvolvimento local (DL) pode ser entendido como “um processo continuado de melhoramento das condições dos territórios e das populações, sempre que tal seja reconhecido pelos atores sociais” (Moreno, 2002: 170), compreendendo a ação de atores individuais e institucionais, partilha de responsabilidades e negociações e confronto de ideologias. Trata-se, então, de um conceito operativo que serve para conduzir a ação (pública), “*según pautas racionales no espontáneas, para conseguir los objetivos en los que atua la palabra desarrollo*” (Rodríguez Gutiérrez, 1996: 58).

O desenvolvimento local aparece também como estratégia para melhorar a eficiência dos recursos públicos, fomentar a equidade na distribuição da riqueza e do emprego e satisfazer as necessidades presentes e futuras da população com o uso adequado dos recursos (Caetano, 2003). Assim, a administração local tem uma responsabilidade acrescida e deve desempenhar o papel de animadora e de catalizadora estratégica de iniciativas concertadas com o setor privado, isto depois de uma primeira geração de políticas de desenvolvimento em que o ator estratégico de desenvolvimento era a administração central.

Na perspetiva da promoção de políticas de desenvolvimento local afirma-se cada vez mais frequente uma intervenção articulada entre a administração pública e outras entidades de direito público e de direito privado, em diferentes escalas, visando alcançar um conjunto de objetivos múltiplos. Esta (nova) situação reflete o papel central de outros tipos de organização na prossecução dos objetivos das políticas públicas. “Estas mudanças significam o aparecimento de novas formas de intervenção das autarquias locais e de novos mecanismos de

regulação dos territórios, envolvendo de forma articulada diferentes níveis da administração e dos diversos setores, público, privado e voluntário” (Silva, 1999: 70). No caso das autarquias portuguesas, é crescente a importância atribuída à oferta de ações municipais de desenvolvimento local, em campos como a criação ou participação em agências de desenvolvimento, iniciativas de marketing territorial, ou as medidas de apoio ao estabelecimento de empresas, isto com o estímulo da União Europeia, e depois de uma fase (lançada em 1974 e consolidada nos anos seguintes) em que a atividade das autarquias seguiu o modelo de prestação de serviços públicos.

Por outro lado, a dimensão local é uma escala apropriada para concretizar ações integradas, interdisciplinares, flexíveis, democráticas e participadas. Com efeito, a reflexão recente sobre as políticas de desenvolvimento aponta a necessidade de ultrapassar as tradicionais perspetivas sectoriais, segundo as quais cada setor é analisado de modo individual, e adotar uma visão estratégica e global de um determinado território, de maneira a definir políticas e intervenções territorializadas. Esta nova atitude permite equacionar o desenvolvimento do território de “forma global e integrada e “perspetivando a criação de sinergias entre setores, a articulação entre as dimensões social, cultural, económica e ambiental, e processos de descentralização, democratização e participação ativa dos cidadãos” (Cristóvão *et al.*, 2003).

O modelo de gestão territorializada influenciou, também, a estruturação dos quadros comunitários de apoio e o modo com a política regional tem sido aplicada, em particular no período 2000-2006. Os programas operacionais regionais, integrados no Eixo 4 – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões a Coesão Nacional – do Plano de Desenvolvimento Regional para 2000-2006, respondem ao objetivo de qualificar as regiões através de eixos e medidas capazes de apoiar as estratégias de investimento dos diversos atores territoriais.

No caso da Região Centro, o programa operacional (com quase 600 milhões de euros de apoio previsto) reflete eixos prioritários, como o apoio aos investimentos de interesse municipal total e intermunicipal (28% do montante de investimento previsto), as ações integradas de base territorial (11% do investimento previsto) e as intervenções da administração central regionalmente desconcentradas (61% do referido investimento). No primeiro caso, o eixo I, aplicável a toda a região, destina-se a financiar projetos de investimento e ações de desenvolvimento à escala municipal e intermunicipal que concorram para a qualidade de vida e o desenvolvimento local (CCRC, 2001). O eixo III integra as intervenções que, obedecendo a uma lógica nacional e sectorial, serão implementadas numa base regional, segundo as especificidades territoriais e enquadradas na estratégia de

desenvolvimento da região. Por sua vez, o eixo II integra as intervenções em espaços específicos onde se identificam oportunidades estratégicas de desenvolvimento, seja pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar ou pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar (CCRC, *op. cit.*). No exemplo em análise, as ações integradas de base territorial configuram a seguinte tipologia: ação integrada para a qualificação e competitividade das cidades; ações inovadoras de dinamização das aldeias; ação integrada “turismo e património no vale do Coa”; ação integrada de base territorial da Serra da Estrela, e ação integrada de base territorial do Pinhal Interior.

2. Novas orientações e perspectivas de desenvolvimento rural

2.1 Território, ambiente e património

O desenvolvimento rural emerge nos últimos anos como um dos eixos estruturantes e prioritários das políticas de desenvolvimento territorial. Para contextualizar a evolução recente, é importante destacar o papel que diversos documentos orientadores e normativos, produzidos à escala nacional e internacional³, tiveram na definição e aplicação das novas políticas e instrumentos para o mundo rural.

No caso da União Europeia, os espaços rurais estão hoje menos vinculados à função tradicional de abastecedores de alimentos, convertendo-se em espaços multifuncionais. A atual fase pós-produtivista significa que para além de abastecer de produtos agrícolas a agricultura produz bens públicos, isto é, aparece comprometida com a manutenção da paisagem, a preservação do ambiente, a salvaguarda e a valorização do património e constitui um elemento fundamental no âmbito da gestão do território.

Esta nova forma de conceber a agricultura (e o mundo rural) transmite-se também ao desenho do novo tipo de medidas de apoio. Depois da ênfase atribuída aos mercados, produtos, exportações e armazenamento, ganham expressão medidas concretas relacionadas com a manutenção das superfícies, as boas práticas agrícolas, a reflorestação e a preservação da paisagem. Isto significa que a nova política para o mundo rural tem sido orientada para o desenvolvimento rural, com o objetivo de conciliar a dimensão agrícola/rural e ambiental,

³

A título de exemplo, podemos referir: “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social” (Portugal, 1999); “Programa de Desenvolvimento Regional, 2000-2006” (Portugal, 1999); “Campanha Europeia para o mundo rural” (COE, 1988); “O Futuro do Mundo Rural” (CE, 1988); “Quel Avenir pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural” (OCDE, 1993); “Conferência sobre Desenvolvimento Rural – Declaração de Cork” (UE, 1996); “Agenda 2000” (UE, 1999); “2ª Conferência sobre o Desenvolvimento Rural – Salzburgo” (UE, 2003); “Construir o nosso futuro comum – desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013” (CE, 2004).

diversificar as atividades produtivas e definir novos objetivos para a agricultura em função da perspectiva de ordenamento rural (Puente Fernández, 2002).

As experiências LEADER são a expressão mais visível desta atmosfera de mudança que procura outorgar ao mundo rural uma papel mais ativo na condução do seu próprio futuro. O caráter inovador do Programa prende-se com a sua programação e gestão territorializada, envolvendo grupos da ação local, que com base numa estratégia de desenvolvimento local, recebem, avaliam e apoiam propostas de candidatura, de agentes privados e públicos, em áreas como a diversificação das atividades económicas (destacando-se o turismo em espaço rural), os equipamentos socioculturais, a preservação e a valorização do(s) património(s), e a promoção da imagem territorial.

De outro modo, a cooperação e o trabalho em rede constituem metodologias largamente elogiadas e referenciadas no âmbito da preparação de novas iniciativas de desenvolvimento (Carvalho, 2006). Assim acontece com a estratégia e programação do desenvolvimento rural, para o período 2007-2013, que pretende a integração de todas as medidas no âmbito de um instrumento único: o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). A regulamentação deste instrumento, aprovada em junho de 2005, estabelece três objetivos para a política de desenvolvimento rural: aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura; melhoria do ambiente e da paisagem rural; promoção da qualidade de vida e da diversificação económica das áreas rurais. Estes objetivos serão concretizados através de quatro eixos: três de natureza temática coincidentes com cada um dos referidos objetivos e um relativo à aplicação da abordagem LEADER no quadro dos programas de Desenvolvimento Rural. De igual modo, o FEADER determina a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (Rosa, 2005).

2.2. O turismo cultural e o património construído nas estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais

Como acabámos de referir, a fase pós-produtivista configura novas opções para o desenvolvimento dos territórios rurais, como é o caso do lazer e do turismo.

O turismo destaca-se, nos últimos anos, como fenómeno em rápida expansão (Butler *et al.*, 1998; Hall *et al.*, 2003) e configura uma das vias complementares que se pretende incentivar num contexto de marginalização económica e social de grande parte dos territórios rurais, através de diferentes políticas, instrumentos e iniciativas, tendo em vista converter

valores naturais e culturais em valores económicos (Carvalho, 2005). Contudo não são alternativas fáceis às agriculturas em crise ou letárgicas, como também não são, na sua maioria, incentivos viáveis e de longa esperança de vida (Cavaco, 1999). No mesmo sentido aponta Balabanian (1999), quando defende que os territórios rurais, particularmente os mais frágeis, são mais lugares de excursão e de lazer do que espaços turísticos, e mesmo assim o retorno económico desses lazeres é muito fraco.

Assim, retemos (e partilhamos) a ideia de que o turismo é uma atividade muito seletiva e que apenas alguns territórios apresentam potencial para serem, progressivamente, incorporados na categoria de espaços de turismo⁴. Prefigura um dos caminhos para o desenvolvimento, que deve ser integrado numa estratégia territorial sustentável (Carvalho, *op. cit.*).

Uma outra dimensão complicada refere-se à dificuldade em conciliar as diferentes orientações, perspetivas e interesses em relação ao turismo rural (figura 1), uma vez que os territórios rurais constituem plataformas de interesses divergentes e conflitos entre diferentes atores (Sharpley, 2003). Como sublinha este autor, a gestão dos territórios rurais é hoje mais complexa, com uma multiplicidade de estruturas e mecanismos políticos, que refletem o declínio do papel do setor agrícola e a emergência da diversidade de interesses e processos, incluindo o turismo. Ao mesmo tempo, o contexto político de governação rural conheceu algumas transformações, nomeadamente a partilha de poder e a participação de entidades governamentais e não governamentais. A pluralidade das intervenções e das instituições envolvidas traduz a confrontação de duas perspetivas ideológicas: de um lado, a perspetiva idílica, alicerçada em interesses ambientalistas e em práticas conservacionistas dos recursos e valores ambientais e culturais do mundo rural; de outro lado, a visão racionalista, assente na utilização e na maximização económica dos recursos turísticos rurais.

Nos últimos anos, tem-se assistido a um crescente uso turístico dos espaços rurais, através do incremento de novas modalidades turísticas, nomeadamente o turismo cultural. Esta modalidade demarca-se das formas mais convencionais de turismo, por via da sua

⁴ Na perspetiva de Joaquim (1999: 305), o “turismo em espaço rural (TER) recobre um conjunto diversificado de atividades turísticas, apresentando profundos contrastes no interior dos países europeus, o que se relaciona, por um lado, com os diferentes conceitos de rural e, por outro lado, com as várias formas que o TER pode assumir”.

O próprio conceito resulta de diversas perspetivas e contributos, de tal modo que não existe uma aceção única de TER. Porém, é possível identificar dimensões comuns (transversais) em várias definições. Assim, a ênfase recai, em regra, nos seguintes domínios: utilização de recursos naturais e culturais que são próprios dos territórios e das paisagens; preocupação de conservar e valorizar diversos patrimónios; reduzida dimensão da unidade de exploração e dos equipamentos/infraestruturas associados; participação dos turistas nas atividades e nos costumes locais; tratamento personalizado dos utentes. De resto, trata-se de atividades e serviços realizados mediante remuneração em áreas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem.

De igual modo, importa sublinhar que a conceção de turismo cultural fazia referência apenas ao conjunto de elementos patrimoniais, especialmente aqueles que integram a “alta cultura” e o património monumental, deixando relegados para segundo plano a cultura popular e o património não monumental. Atualmente quase todos os elementos culturais são suscetíveis de aproveitamento de um ponto de vista turístico⁵, pela sua transcendência como aspetos diferenciadores e de identidade do território.

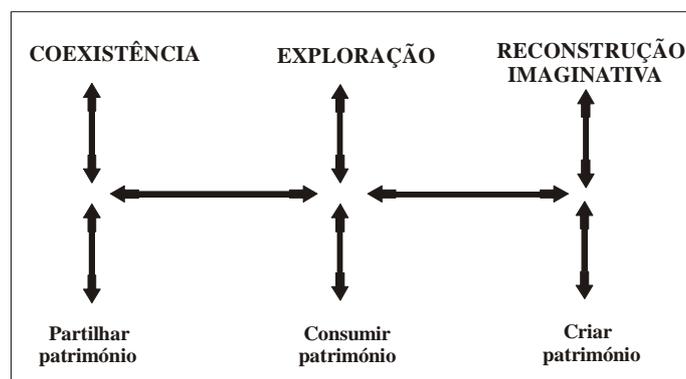
Com efeito, a maioria dos documentos sobre desenvolvimento sustentável do turismo, elaborados nos últimos anos, reconhece o património (na amplitude das conotações natural e cultural) como recurso para o desenvolvimento, e por isso as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares. Desta forma, o património é interpretado como um recurso, um ativo turístico, no sentido de que pode configurar uma ferramenta útil de desenvolvimento e um valor a conservar para o turismo rural. Também a qualidade estética, a autenticidade e a variedade nas composições territoriais fazem toda a diferença (Antón Clave, 2000).

Por sua vez, a relação entre turismo e património, tanto a nível internacional, como em Portugal, decorre em boa parte da crescente importância e visibilidade do turismo em todas as suas manifestações (das práticas recreativas às dimensões relacionadas com a atividade económica), bem como da preocupação pela preservação e valorização do património (Ashworth, 1994; Prentice, 1999).

Newby (1994) defende que essa relação pode ser pensada como um *continuum* (figura 2). “*At one end, culture is shared between residents and the visitors. At the other end, culture is packaged and shaped for presentation to tourists, the exact packaging being more influenced by need to generate tourist expenditure than by the cultural element itself. At both, there is an emphasis on the appropriateness of costume to the visitor experience (...). This relationship forms a continuum along which there are three principal focuses – coexistence, exploitation and imaginative reconstruction. While there is no inevitability that a place will evolve from one state to another, from coexistence through exploitation to reconstruction, it is quite clear that the growth in tourism has been partially responsible for the extension of this continuum and the development of new forms of relationship between culture and tourism*” (Newby, *op. cit.*, 208-209). A situação de coexistência significa que o turismo não domina a economia local. Quando o turismo começa a ocupar uma posição importante na economia

⁵ O alargamento da noção de património – ancorado em dimensões antes negligenciadas, como construções rurais, artesanato, velhas unidades fabris, sem esquecer as dimensões imateriais – e a patrimonialização (como processo social de ativação do património) são indissociáveis dos motivos de ordem económica, social e cultural, relacionados com o papel desses recursos no desenvolvimento do turismo.

local, impulsionado pela sociedade de consumo, o património cultural transforma-se na base de produção de mais valias económicas.



Fonte: Newby (1994)

Figura 2. A evolução da relação turismo/património

O processo de mercadorização do património, isto é, a transformação do património em produto de consumo, segundo a ótica de que a procura de nova função ou uso para certos imóveis com reconhecido valor patrimonial, no contexto da sociedade de consumo (e do espetáculo), privilegiará o acesso e o desfrute da população com mais capacidade económica e, em certos casos, pode subtrair o bem patrimonial ao seu contexto sociocultural. Como nota Barata (2003: 103-104), a massificação do consumo de bens culturais, expressão da rendibilidade do património cultural, quando centrado nos próprios sítios e não nas comunidades, «para além do esgotamento a que pode conduzir do próprio património, (...) pode ainda perverter o “espírito” dos lugares”, banalizando-o. Transformando os bens culturais em mais um produto de mercado, altera-se ainda a sua abordagem, porque à “itinerância viajante” se substitui uma fruição turística de “consumo” célere que apenas permite uma apreensão muito particular dos espaços».

Na medida em que assistimos ao progressivo desenvolvimento e consolidação de formas de ocupação e uso do espaço rural vinculadas ao turismo, no âmbito de um processo mais alargado de hipervalorização do património e patrimonialização em larga escala (Fortuna, 1997), que por sua vez decorre (em geral) de «estratégias de promoção e mercadorização dos lugares que respondem em simultâneo aos novos desafios da globalização e à esteticização pós-moderna dos quotidianos e dos seus cenários» (Henriques, 2003: 214), importa refletir sobre a sua tradução territorial, e perceber se o turismo cultural se constitui num novo fator de articulação económica e territorial, e de valorização patrimonial.

Como o “êxito” social do turismo não pode desvincular-se de medidas concretas derivadas da intervenção pública, é muito pertinente analisar as políticas e os instrumentos que permitem impulsionar e consolidar esta atividade (Carvalho, 2005).

3. Novas políticas e instrumentos territorializados de desenvolvimento: o exemplo da AIBT do Pinhal Interior (Região Centro de Portugal)

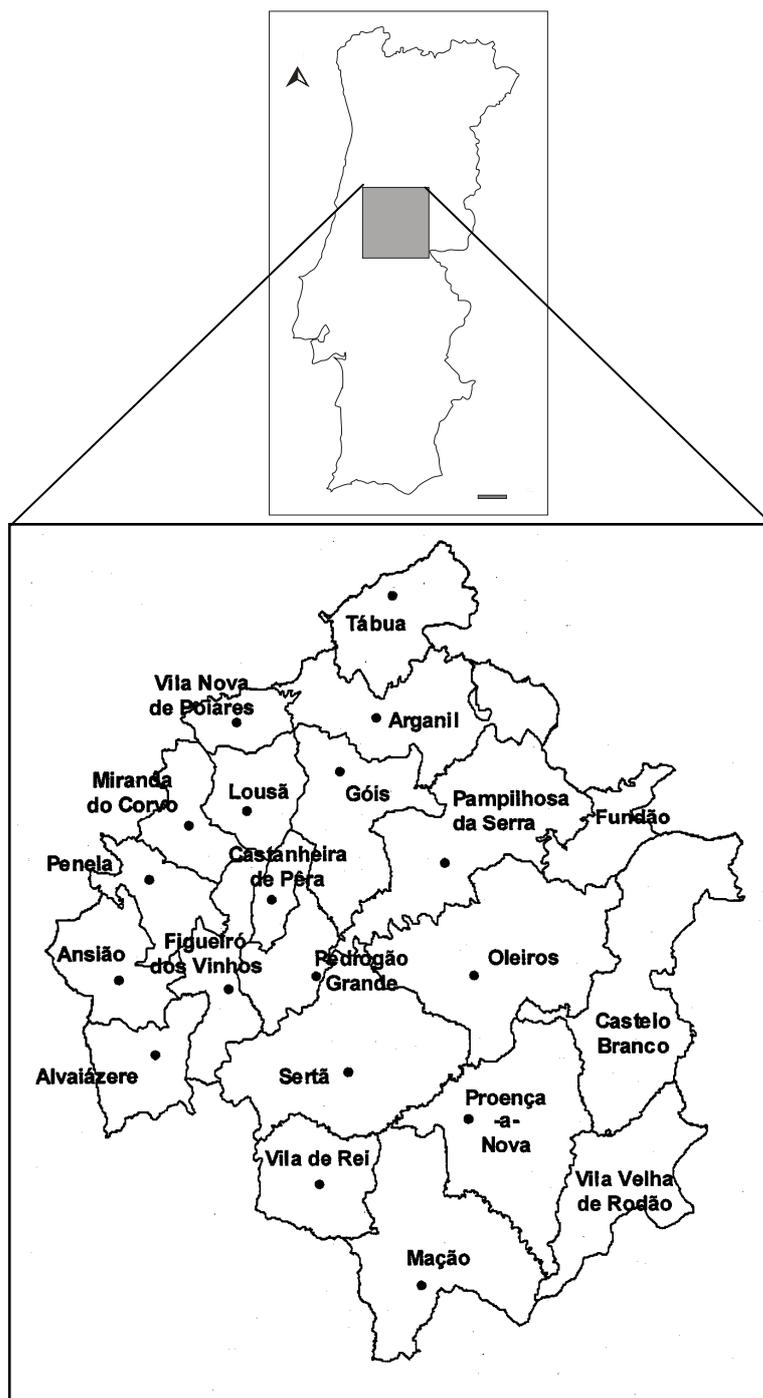
A territorialização das políticas públicas, a valorização de recursos patrimoniais e o papel do turismo como âncora indutora de dinâmicas de desenvolvimento, marca a estruturação e a execução de diversos programas, em especial no contexto da política regional europeia. No caso de Portugal, aponta-se o exemplo do Programa das Aldeias Históricas, lançado em meados dos anos 90 e com continuidade no atual quadro comunitário de apoio. Embora desconhecendo (por falta de elementos disponíveis) a metodologia de seleção dos lugares e o trabalho de planeamento realizado, podemos dizer que o Programa terá influenciado a estruturação de outras intervenções nomeadamente no âmbito territorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

De igual modo, reconhecemos outras intervenções alinhadas segundo preocupações semelhantes, em diversas regiões do país: a título de exemplo, referem-se as Aldeias Vinhateiras (Douro), as Aldeias Ribeirinhas (Alqueva) e as Aldeias do Xisto (Pinhal Interior). É a partir destas últimas que pretendemos realizar uma avaliação preliminar, utilizando como suporte de análise dados oficiais e informações de diversa ordem recolhidas no terreno nos últimos anos.

O Programa Operacional da Região Centro (2000-2006) reflete a organização dos objetivos de desenvolvimento regional segundo eixos prioritários (já referidos anteriormente) e, de modo inovador, pretende integrar as políticas sectoriais a um nível territorial. Os eixos são estruturados em medidas de apoio ao investimento que, por sua vez, são decompostas em diversas linhas de ação.

No caso concreto da ação integrada de base territorial (AIBT) do Pinhal Interior (figura 3), observamos o desdobramento desta iniciativa, segundo o apoio decorre do FEDER (medida II.6) ou do FEOGA (medida II.7), e a correspondente definição de linhas de ação prioritárias, centradas na floresta⁶, no património (natural e cultural) e no turismo.

⁶ Nomeadamente: apoio à silvicultura e ao restabelecimento do potencial de produção silvícola; apoio à produção de plantas e sementes; colheita, transformação e comercialização de cortiça; apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhosos e de gema de pinheiro; promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais; apoio à instalação de organizações de produtores florestais; apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais; apoio à prestação de serviços florestais;



Fonte: CCDRC (2005)

Figura 3. Âmbito de intervenção da AIBT do Pinhal Interior (Centro de Portugal)

apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos, e apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público (CCRC, *op. cit.*).

Por sua vez, a ação integrada de base territorial do Pinhal Interior, apoiada pelo FEDER, enquadra cinco linhas de ação, a saber: reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico; apoio à animação turística; promoção turística do território; acessibilidades locais e transversais; infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades.

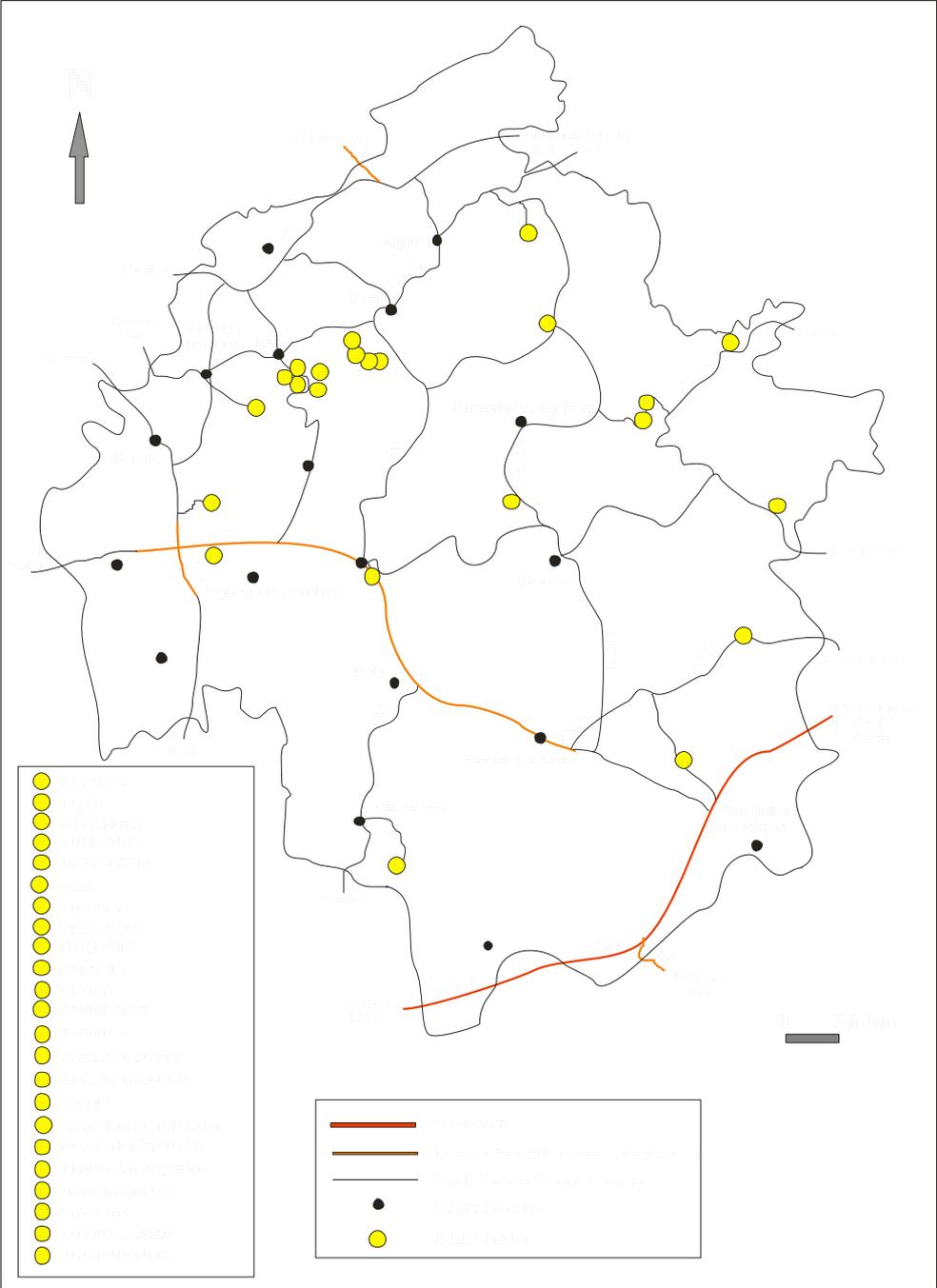
Esta última linha de ação, serve de suporte ao projeto de «(...) requalificação de um conjunto de aldeias serranas que sustente uma rede de sítios de interesse turístico» (CCRC, 2001: 38), e a outros projetos, de modo a constituir uma «rede de percursos ativos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitetura tradicional, arqueologia), numa perspetiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação ou o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados *in situ*» (CCRC, *op. cit.*).

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX), como expressão do primeiro projeto atrás referido, configura uma intervenção direcionada para a «recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturacão com redes básicas), que sustente uma rede de sítios de interesse turístico» (CCRC, *op. cit.*). Para a prossecução destes objetivos foram definidas as seguintes iniciativas elegíveis: sinalização (de acesso, de informação, identificação); infraestruturas (redes básicas, pavimentos, serviços em espaços exteriores e interiores) e imóveis públicos e particulares (arranjo de fachadas, coberturas, substituição de portas, janelas e respetivas caixilharias).

Trata-se, no essencial, de uma iniciativa aberta e transparente uma vez que foram definidas e conhecidas as condições prévias de acesso ao Programa, nomeadamente a preferência em relação aos lugares em que o material de construção seja, predominantemente, a pedra (xisto e/ou quartzito) e a madeira, e também a existência de imóveis para serviços (como, por exemplo, posto de informação, valência museológica, alojamento turístico, venda de produtos locais). A candidatura dos municípios teve subjacente a elaboração de um Plano para cada Aldeia, instrumento com uma certa afinidade em relação aos Planos de Pormenor, que traduz a realidade territorial e define propostas de intervenção que visam requalificar os territórios, melhorar as condições de vida das populações, elevar a sua autoestima e promover as suas potencialidades (originais e excecionais).

O trabalho realizado, envolvendo gabinetes técnicos locais, gabinetes de apoio técnico ou entidades externas de prestação de serviços na área do planeamento e do urbanismo,

conforme a estratégia das autarquias, conduziu, em geral, ao conhecimento aprofundado das aldeias (que, em muitos casos, corresponde ao primeiro exercício e registo deste género).



Elaboração própria

Figura 4. Expressão geográfica do Programa das Aldeias do Xisto (2006)

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que a iniciativa, ao envolver mais de duas dezenas de lugares, tem inerente uma certa heterogeneidade. Os principais elementos diferenciadores estão relacionados com os títulos administrativos dos lugares, os estatutos de proteção das paisagens, as características demográficas, económicas e sociais, e as estruturas edificadas nomeadamente o número de imóveis, o estado de conservação, a tipologia e as características arquitetónicas, e a tipologia de ocupação.

A apreciação das propostas de candidatura permitiu considerar 23 microterritórios (figura 4), marcados por fragilidades económicas, sociais e demográficas, repartidos por treze municípios (Arganil; Castelo Branco; Figueiró dos Vinhos; Fundão; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oleiros; Pampilhosa da Serra; Penela; Sertã; Vila de Rei e Vila Velha de Ródão) das sub-regiões do Pinhal Interior Norte e Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira.

A informação sobre os projetos aprovados e/ou executados no âmbito da AIBT do Pinhal Interior (componente FEDER) e do PAX, a partir de elementos estatísticos oficiais reportados ao início de 2006, permite realizar uma leitura preliminar do Programa.

A primeira ideia a sublinhar, considerando a totalidade dos projetos segundo os grandes domínios de intervenção (quadro 1), é a de que o património cultural e natural está presente de forma direta na esmagadora maioria das propostas de ação, conforme sugere a estrutura conceptual da AIBT do Pinhal Interior.

Quadro 1. Domínios de intervenção e investimento da AIBT do Pinhal Interior (FEDER)

Tipologia de Intervenção	Total de Investimento Elegível Aprovado		Apoio do FEDER (Euros)	Apoio do FEDER (%)	Taxa de Execução
	(Euros)	%			
Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior (SIEPI)	762 373	3,2	266 830	35,0	0%
Programa das Aldeias do Xisto	10 631 960	44,8	7 188 731	67,6	39%
Iniciativas de valorização do património natural e cultural; acessibilidades	12 358 948	52,0	8 297 216	67,1	82%
Total	23 753 281	100,0	15 752 777	66,3	44%

Fonte: AIBT do Pinhal Interior, CCDRC, 2006

A segunda nota, a respeito da distribuição do total de investimento elegível aprovado, sublinha a preponderância de dois grupos de projetos: por um lado, o Programa das Aldeias do Xisto, com as vertentes já assinaladas, que é responsável por quase 45% do investimento

(pouco mais de 10,5 milhões de euros); por outro lado, os projetos relacionados com as iniciativas de valorização do património natural e cultural (que perfazem quase 12,5 milhões de euros, ou seja, 52% do total de investimento aprovado), como por exemplo, os museus (da geodesia, em Vila de Rei, e do azeite, em Sarnadas do Ródão), os núcleos ecomuseológicos (na Lousã), as praias fluviais e a sua envolvente (como acontece com a Praia das Rocas, em Castanheira de Pera, que corresponde ao maior investimento por projeto da AIBT – superior a 2 milhões de euros; Góis, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Oleiros e Proença-a-Nova). A política de construção, ampliação e beneficiação das praias fluviais, na linha de continuidade do anterior Programa Operacional (1994-1999) e do apoio concedido por outros programas (como, por exemplo, o LEADER), permitiu estruturar uma rede de grande expressão no panorama nacional. Ainda neste domínio, embora sem a importância dos exemplos que acabámos de assinalar, aparecem alinhados projetos como estradas panorâmicas, parques de campismo, beneficiação de caminhos municipais, centros de interpretação da paisagem, ações de promoção e animação turística, miradouros, planos de desenvolvimento e intervenções no património.

A terceira evidência refere-se ao investimento aprovado no âmbito do Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior, como unidades de alojamento de TER, unidades de restauração, empresas de animação turística, instalação ou modernização de estabelecimentos de artesanato e de divulgação de produtos tradicionais, o qual é de apenas 3.2% do montante global (cerca de 23,75 milhões de euros) da AIBT.

No plano dos investidores, destaca-se o ator público e em especial as câmaras municipais, embora se reconheça o apoio concedido a outras entidades como a Região de Turismo do Centro, a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e a Associação Pinus Verde (responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto).

Em relação ao PAX (quadro 2), importa analisar a distribuição do investimento aprovado, segundo as categorias de intervenção e os territórios envolvidos no Programa.

No primeiro caso, observamos que os imóveis particulares correspondem à maior fatia do investimento, com quase 4 milhões de euros (37,5% do total). Por sua vez, os espaços públicos (19,7%) e as infraestruturas (10,9%), considerados de modo isolado, ou de forma conjugada (13,2%), foram responsáveis por quase 44% do investimento (ou seja, mais de 4,66 milhões de euros). A intervenção nos imóveis públicos equivale a 10,4% da verba total aprovada. Portanto, os projetos e as ações decorrem por iniciativa de entidades privadas

(quase sempre a título individual) e das autarquias locais, sendo estas últimas, regra geral, o maior investidor do PAX.

Quadro 2. Distribuição do investimento do PAX, por lugar (16-01-2006)

Município	Lugar	1		2		3		4		5		6		Total	
		Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%
Arganil	Benfeita	216 872	23,3			465 033	50,0			214 377	23,1	32.971	3,6	929 254	100,0
														929 254	100,0
Castelo Branco	Martim Branco							25 624	20,1	101 978	79,9			127 602	100,0
	Sarzedas	335 484	40,8	154 270	18,8					326 249	39,7	6.248	0,8	822 251	100,1
														949 853	100,0
Figueiró dos Vinhos	Casal de São Simão	39 375	25,9	112 500	74,1									151 875	100,0
														151 875	100,0
Fundão	Barroca	205 876	41,6					135 378	27,4	127 667	25,8	26 016	5,3	494 966	100,1
	Janeiro de Cima			50 400	4,2			42 163	3,5	773 760	65,0	325 089	27,3	1 191 412	100,0
														1 686 378	100,0
Góis	Aígra Nova	150 929	31,6	72 686	15,3					162 575	34,0	91 365	19,1	477 554	100,0
	Aígra Velha					111 391	62,4			67 147	37,6			178 538	100,0
	Comareira					115 297	50,7			48 189	21,2	63 767	28,1	227 252	100,0
	Pena	125 890	26,7	155 600	32,9					190 922	40,4			472 412	100,0
														1 355 756	100,0
Lousã	Candal			87 000	28,5					218 293	71,5			305 293	100,0
	Casal Novo			57 160	34,1					110 528	65,9			167 688	100,0
	Cerdeira					128 550	48,6			135 994	51,4			264 544	100,0
	Chiqueiro			38 233	29,4					62 089	47,8	29 574	22,8	129 896	100,0
	Talasnal					143 976	44,2			182 064	55,8			326 040	100,0
														1 193 460	100,0
Miranda do Corvo	Gondramaz	229 914	50,9							212 809	47,1	9 030	2,0	451 753	100,0
														451 753	100,0
Oleiros	Ávaro	226 547	36,2	111 735	17,8					288 319	46,0			626 601	100,0
														626 601	100,0
Pampilhosa da Serra	Fajão					439 900	47,5	270 337	29,2	216 133	23,3			926 370	100,0
	Janeiro de Baixo							400 000	100,0					400 000	100,0
														1 326 370	100,0
Penela	Ferraria de São João	20 791	6,1	76 237	22,4					242 655	71,4			339 683	99,9
														339 683	100,0
Sertã	Pedrógão Pequeno	326 239	34,5	208 570	22,1					208 987	22,1	201 287	21,3	945 083	100,0
														945 083	100,0
Vila de Rei	Água Formosa	22 413	14,3	37 098	23,6					97 548	62,1			157 059	100,0
														157 059	100,0
Vila Velha de Ródão	Foz do Cobreão	194 142	37,4									324 693	62,6	518 834	100,0
														518 834	100,0
TOTAL		2 094 472	19,7	1 161 489	10,9	1 404 147	13,2	875 532	8,2	3 988 283	37,5	1 110 040	10,4	10 631 963	99,9

Fonte: AIBT do Pinhal Interior, CCDRC (2006)

Legenda:

- 1: Espaços públicos 2: Infraestruturas 3: Espaços públicos e infraestruturas
4: Diversas categorias 5: Imóveis Particulares 6: Imóveis Públicos

Por outro lado, verificamos uma desigual representatividade das áreas de intervenção no espectro dos lugares, segundo o total de investimento. A título de exemplo podemos assinalar a importância da recuperação de imóveis particulares nas intervenções realizadas, em curso ou a efetuar, em janeiro de Cima (65%), Ferraria de São João (71,4%), Candal (71,5%) e Martim Branco (79,9%); o significado da intervenção nos imóveis públicos na Foz do Cobreão (62,6%), Comareira (28,1%), janeiro de Cima (27,3%) e Pedrógão Pequeno (21,3%); a grande expressão do investimento nos espaços públicos em Barroca (41,6%), Sarzedas (40,8%) e Gondramaz (50,9%), assim como o peso elevado do investimento em infraestruturas e espaços públicos, em Casal de São Simão (100%), Benfeita (73,3%), Sarzedas e Pena (ambas com 59,6%). Embora com valores mais reduzidos, na escala do investimento aprovado pelo PAX, é de salientar o esforço de investimento da autarquia da Lousã que assumiu mais de 460 mil euros de despesa não elegível (56,2% do total desta rubrica no âmbito do PAX), situação relacionada com as infraestruturas das aldeias serranas de Candal, Casal Novo, Cerdeira e Talasnal.

Em relação aos lugares que fazem parte do PAX podemos referir as desigualdades de distribuição do investimento total, identificando situações que não excedem os 180 mil euros (casos de Martim Branco, Casal de São Simão, Aigra Velha, Casal Novo, Chiqueiro e Água Formosa) e, por oposição, lugares que apresentam investimento superior a 900 mil euros (como Benfeita, janeiro de Cima, Fajão e Pedrógão Pequeno) – quadro 2. A leitura, na perspetiva da dimensão municipal, permite destacar os concelhos com maior investimento no PAX, como Arganil (929,25 mil euros), Sertã (945,08 mil euros), Castelo Branco (949,85 mil euros), Lousã (1193,46 mil euros), Pampilhosa da Serra (1326,37 mil euros), Góis (1355,76 mil euros) e Fundão (1686,38 mil euros). Em situação oposta, identificamos os municípios que correspondem aos valores de investimento mais modestos: Figueiró dos Vinhos (151,88 mil euros), Vila de Rei (157,06 mil euros), Penela (339,68 mil euros) e Miranda do Corvo (451,75 mil euros).

A questão do território pode, igualmente, suscitar interesse do ponto de vista da expressão geográfica dos concelhos de enquadramento dos lugares selecionados no âmbito do PAX. Em nosso entender destaca-se de forma evidente a Serra da Lousã e a sua bordadura, com mais de 50% das aldeias apoiadas pelo PAX, em especial os concelhos de Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal) e Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena). Ao mesmo tempo, assume alguma importância o eixo de lugares na proximidade do Rio Zêzere (Barroca, janeiro de Cima, janeiro de Baixo, Álvaro e Pedrógão Pequeno).



Fotografia 1. Intervenção no espaço público e em imóveis particulares (Gondramaz, Miranda do Corvo, 2006)



Fotografia 2. Intervenção no espaço público (Candal, Lousã, 2006)

Para finalizar esta leitura preliminar dos resultados do PAX, de acordo com os dados disponíveis, podemos referir que, no início de 2006, estavam aprovadas 424 intervenções em imóveis particulares, 34 intervenções em imóveis públicos, 47 ações em espaços públicos e

cerca de 30 iniciativas relacionadas com infraestruturas básicas, isto num quadro de execução que estava próximo de 50%.

Assim, após uma primeira fase, orientada para a requalificação e infraestruturização das aldeias serranas (fotografias 1 e 2), ainda não concluída e com resultados muito diferenciados, está em execução a fase de dinamização e animação turística, etapa essencial para integrar estes territórios na agenda cultural dos destinos turísticos. A criação de incentivos específicos orientados para apoiar iniciativas de investimento empresarial, é outro contributo muito importante para a prossecução dos objetivos do PAX.

4. Conclusão

O território tem marcado a conceção e a execução das recentes políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento. O modo de fazer e executar reflete também a crescente valorização da dimensão local, numa tentativa de envolver de forma articulada os atores locais, incentivar os processos de cooperação/parceria, partilhar responsabilidade, estimular e promover o exercício da cidadania ativa e esclarecida.

Por sua vez, a abordagem do mundo rural, na perspetiva das novas políticas territorializadas de desenvolvimento, reflete o objetivo de ultrapassar a visão sectorial e a desarticulação entre diversas políticas e ações com incidência territorial, bem como configura uma clara tentativa de utilizar de forma eficiente os meios financeiros disponíveis.

O turismo aparece de modo recorrente como atividade geradora de novas oportunidades no quadro de afirmação de novas funções do mundo rural. O reconhecimento e o apoio que tem granjeado no âmbito dos programas de desenvolvimento rural alargou-se nos últimos anos em resultado da aplicação dos programas operacionais regionais, nomeadamente as ações integradas de base territorial.

Trata-se, em geral, de modalidades centradas na utilização de recursos como o património, natural e cultural (na amplitude das dimensões materiais e imateriais), e acompanhadas de reduzidas externalidades negativas para o território. Também por isso, são elevadas as expectativas em relação ao efeito dinamizador e revitalizador do turismo em espaço rural.

O exemplo da AIBT do Pinhal Interior (Região Centro de Portugal), particularmente o Programa das Aldeias do Xisto, permite perceber o carácter inovador do apoio a microterritórios muito marcados por heranças ou tendências pesadas que conduziram ao seu progressivo enfraquecimento e desvitalização social e económica. As autarquias responderam de modo positivo, apresentando propostas de intervenção e assumindo uma parte significativa

do esforço de investimento, nas operações de requalificação dos espaços públicos, de infraestruturação e reabilitação de imóveis públicos destinados a desempenhar novas funções, de acordo com a matriz de apoio ao turismo e aos turistas. Por sua vez, os particulares utilizaram o apoio financeiro do PAX para recuperar imóveis e, em casos muito pontuais, apresentaram propostas concretas destinadas a instalar ou a reforçar atividades económicas (unidades de alojamento de TER; animação turística; restauração; modernização ou instalação de estabelecimentos de artesanato e de divulgação de produtos locais).

Contudo, enquanto destino turístico, o significado da sub-região do Pinhal Interior é ainda reduzido, apesar da evolução dos últimos anos evidenciar um crescimento gradual da atividade turística, muito ligado a dimensões da natureza e do património cultural e edificado, dinamizados, como temos vindo a referir, pelo PAX. De igual modo, sabemos que quem determina, maioritariamente, a oferta rural são as novas procuras urbanas (COVAS, 2006).

À guisa de remate, é oportuno reter algumas preocupações a respeito do PAX, nomeadamente:

- O número e a dispersão geográfica dos lugares, num quadro dominado pela montanha.
- A dificuldade de acesso na perspetiva de quem pretende visitar diversas aldeias, principalmente as ligações internas na Serra da Lousã e a travessia para a Serra das Caveiras (e de Açor).
- O resultado das intervenções, segundo diversas categorias, e sua relação com dificuldades e insuficiências no plano do acompanhamento técnico das obras realizadas.
- A falta de informação *in loco* sobre o PAX, mesmo naquilo que é obrigatório publicitar, que caracterizou ou caracteriza a generalidade dos lugares, perdendo públicos que não tiveram oportunidade de compreender os efeitos (esperados) das intervenções.
- A persistência da velha metodologia paroquial que em diversas situações impediu a cooperação, as parcerias e o trabalho em rede, perdendo-se por entre as mãos possibilidades de apoio consagradas na AIBT para iniciativas que não podem avançar de forma isolada.
- A ausência de documentação, como um guia ou um roteiro, de apresentação dos territórios, definidor de propostas de visita ou de participação no quadro das paisagens culturais serranas, e com indicações úteis relacionadas com alojamento, restauração e serviços de animação turística.
- A criação de uma marca, Aldeias do Xisto, não chega para impor o território no panorama de um certo turismo cultural. É necessário divulgar, mas também urge trabalhar muito a montante, sedimentar ou (re)estruturar uma estratégia comum de salvaguarda e

valorização do património e desenhar caminhos seguros e sedutores capazes de convidar a descobrir e a partilhar as paisagens culturais que entrelaçam algumas Aldeias do Xisto.

– O modo pouco perceptível como está a ser equacionado e sobretudo implementado o objetivo de aproximar os patrimónios das populações, ou seja as estratégias formais e informais de educação patrimonial.

Por outro lado, é pertinente avaliar, de forma independente e com o contributo de diversos atores, os efeitos (multiplicadores) do PAX, não perdendo de vista os seus objetivos iniciais, nomeadamente: dignificar a qualidade de vida daqueles que permanecem nas aldeias serranas e desempenham um papel decisivo na manutenção da paisagem; salvaguardar e valorizar património construído; reduzir as dissonâncias construtivas; fixar população residente; travar o despovoamento; melhorar as condições de permanência, de habitabilidade e de conforto urbano dos lugares.

O PAX, para além de constituir uma plataforma ou estratégia comum de desenvolvimento local em meio rural, centrada na salvaguarda e valorização do património cultural edificado (e natural) da sub-região do Pinhal Interior, é também um dos primeiros e mais decisivos contributos para a elevação da autoestima dos residentes e/ou proprietários.

Invocando a velha máxima, “pensar global, agir local”, retemos a necessidade de reforçar a articulação, integração e cooperação tendo em vista recriar uma abordagem estruturada que corresponda cada vez mais a uma estratégia comum capaz de sustentar todas as atividades ligadas ao turismo e aos patrimónios.

Numa perspetiva de remate, afirmamos que a energia e o entusiasmo dos diversos atores que têm participado de forma empenhada na génese e evolução das Aldeias do Xisto, merece ser redobrado em expectativa e confiança de que as dificuldades vão ser ultrapassadas. Assim a abordagem territorial, acompanhada de maior exigência em relação à integração de projetos, parcerias e construção de redes efetivas, permaneça no centro da conceção das políticas e da aplicação dos instrumentos de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- ANTÓN CLAVE, S. (2000): “Los espacios del turismo”. *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles (El Territorio y su Imagen)*. Málaga, CEDMA, 115-128.
- ASHWORTH, G. (1994): “From history to heritage: from heritage to identity: in search of concepts and models”. In ASHWORTH, G. & LARKHAM, P.J. (eds.): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge, 13-30.
- ALVERGNE, C. et TAULELLE, F. (2002): *Du Local à l'Europe. Les Nouvelles Politiques d'Aménagement du Territoire*. Paris, PUF.

- BALANABIAN, O. (1999): “Le tourisme vert : défi ou utopie? ”. In CAVACO, C. (coord) : *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, EPRU n.º 50, CEG/UL, 255-261.
- BARATA, M. F. (2002): “Algumas reflexões sobre património”. *Património/Estudos*, n.º 2, Lisboa, IPPAR, 100-105.
- BECKER, B. (2001): “Redefinindo a Amazónia: o vetor tecnológico”. In CASTRO, I. *et al.* (org.): *Brasil. Questões atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 223-244.
- BRYANT, C. (1999): “Community-based strategic planning, mobilisation and action at the edge of the urban field: the case of haliburton county”. In BOWLER, I. *et al.* (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. Lisboa, IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da UNL, série estudos n.º 2, 211-222.
- BUTLER, R.; HALL, C. M. e JENKINS, J. (1998): “Continuity and Change in Rural Tourism. Introduction”. In BUTLER, R. *et al.*: *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, 3-16.
- BUTTIMER, A. (1998): “Landscape and Life: Appropriate Scales for Sustainable Development”. *Irish Geography*, 31 (1), 1-33.
- CAETANO, L. (2003): “Introdução”. In CAETANO, L. (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 11-19.
- CARVALHO, P. (2005): *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra.
- CARVALHO, P. (2006): “Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades”. *Comunicações do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, Huelva, Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 467-499.
- CAVACO, C. (1999): “O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, 281-292.
- CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra.
- CLAVAL, P. (2003): “El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio”. *Boletín de la A.G.E.* (Asociación de Geógrafos Españoles), n.º 34 (2002), 30-39.
- CRISTÓVÃO, A. *et al.* (2003): “O espaço rural e os novos instrumentos de intervenção territorializada: o caso da AIBT-DOURO”. *Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).
- FENNEL, D. (1999): *Ecotourism. An Introduction*. London, Routledge, 29-64.
- FORTUNA, C. (1997): “Destradicionalização e imagem da cidade”. In FORTUNA, C. (org.): *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras, Celta Editora, 231-257.
- GRANDE IBARRA, J. y ÁLVAREZ SOLÍS, C. (1998): “Turismo cultural: análisis de la oferta; el producto y su comercialización”. *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, 115-175.
- HALL, D.; ROBERTS, L. & MITCHELL, M. (2003): “Tourism and the Countryside:

Dynamic Relationships”. In HALL, D.; ROBERTS, L. & MITCHELL, M. (eds.): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, 3-15.

HENRIQUES, C. (2003): *Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa, Edições Sílabo.

HENRIQUES, E. B. (2003): *Cultura e território, das políticas às intervenções. Estudo geográfico do património histórico-arquitetónico e da sua salvaguarda*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa, Faculdade de Letras.

HOWARD, P. (2003): *Heritage: management, interpretation, identity*. London, Continuum, 1-13.

INSKEEP, E. (1991): *Tourism Planning. An integrated and Sustainable Development Approach*. New York, Van Nostrand Reinhold.

JOAQUIM, G. (1999): “Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, 305-312.

LAZAREV, G. (1993): *Vers un écodéveloppement participatif. Leçons et synthèse d’une étude thématique*. Paris, L’Harmattan.

LOBO, M. C. (1999): *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa, Universidade Aberta.

MORENO, L. (2002): *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminhantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

NEWBY, P. T. (1994): “Tourism. Support or threat to heritage?”. In ASHWORTH, G. J. & LARKHAM, P.J. (eds.): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge, 206-228.

PARTIDÁRIO, M. R. (1999): *Introdução ao Ordenamento do Território*. Lisboa, Universidade Aberta.

PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. *et al.* (2003): “Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa”. *Ería* (Revista Cuatrimestral de Geografía), Oviedo, 61, 211-227.

PRENTICE, R. (1999): *Tourism and Heritage Attractions*. London, Routledge, 21-50.

PUENTE FERNÁNDEZ, L. (2002): “El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales”. *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural. Los espacios rurales entre el hoy y el mañana*. Santander, Universidad de Cantabria (Servicio de Publicaciones), 234-242.

PUJADAS, R. e FONT, J. (1998): *Ordenación y planificación territorial*. Madrid, Editorial Síntesis, 265-283.

REIGADO, F. M. (2000): *Desenvolvimento e Planeamento Regional I*. Col. Referência n.º 25, Lisboa, Editorial Estampa.

RIBEIRO, M. (2003): “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. C. (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, 199-215.

RICHARDS, G. (1998): “Cultural tourism in Europe: recent developments”. *Proceedings of European Congress about Cultural Itineraries and Thematic Routes*. Logroño, Fundación Caja Rioja, 105-113.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (1996): “El desarrollo local, una aplicación geográfica.

Exploración teórica e indagación sobre su práctica”. *Ería* (Revista Cuatrimestral de Geografía), Oviedo, 39-40, 57-73.

ROSA, M. (2005): “Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007-2013”. *Pessoas e Lugares* (Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+), II Série, 31, p. 3.

ROSETA, H. (1999): “A cidade insustentável ou as quatro condições da sustentabilidade urbana”. *Urbanismo*. Lisboa, Associação dos Urbanistas Portugueses, 3, 12-22.

SILVA, C. (1999): “Administração autárquica e *governance* local”. CAVACO, C. (coord.). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50. Lisboa, CEG/UL, 69-72.

SHARPLEY, R. (2003): “Rural Tourism and Sustainability – A Critique”. In HALL, D.; ROBERTS, L. & MITCHELL, M. (eds.): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, 38-53.

TROUGHTON, M. (1999): “Rural heritage and rural sustainability: an assessment of the linkages and an example from southern Ontario (Canada)”. In BOWLER, I. *et al.* (eds): *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*. IGU Commission on “The Sustainability of Rural Systems”/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, série estudos n.º 2, 27-39.

VASCONCELOS, L. 2003): “O território em contextos expandidos de participação. O desenvolvimento sustentável local”. In CAETANO, L. (coord): *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, CEG, 278-290.

WEARING, S. & NEIL, J. (2000): *Ecotourism (impacts, potentials and possibilities)*, Butterworth Heinemann, 10-21; 130-138.